

CAROLINA RITTER

**O MERCADO DE TRABALHO PARA O ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A
LEI: a economia solidária como alternativa de inserção social em Santo
Ângelo?**

Dissertação apresentada à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – Faculdade de Serviço Social – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Orientador: Dr. Carlos Nelson dos Reis

Co-orientadora: Dra. Berenice Rojas Couto

Porto Alegre

2010

CAROLINA RITTER

**O MERCADO DE TRABALHO PARA O ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A
LEI: a economia solidária como alternativa de inserção social em Santo
Ângelo?**

Dissertação apresentada como requisito para
obtenção do título de Mestre em Serviço Social do
Programa de Pós-Graduação da Faculdade de
Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do
Rio Grande do Sul.

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Professor Doutor Carlos Nelson dos Reis (Orientador)
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Professora Doutora Beatriz Gershenson Aginsky
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Professora Doutora Sheila Kocourek
Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Nara Miriam Ritter e Nabucodonosor Ritter, por me proporcionarem o acesso ao Ensino Superior e também pelo apoio e pelo incentivo que sempre me deram para a realização do mestrado;

Ao meu irmão Fábio Ritter, que sempre me ensinou a ter uma visão crítica do mundo, o que colaborou para a minha inserção no Serviço Social;

Ao meu irmão Eduardo Ritter, que residiu comigo neste último ano, pela amizade, pelo companheirismo e pelo cuidado;

À minha grande amiga e irmã de coração Jaqueline Goulart Vincensi, pela amizade, pela atenção, pelo cuidado, pelo apoio, pela força e por estar sempre ao meu lado desde a graduação;

Ao meu grande amigo Fabio Jardel Gaviraghi, também colega de graduação, de mestrado e de apartamento, pela companhia, pelo apoio e pela amizade;

Aos meus colegas de apartamento, Fabio Gaviraghi, Jaina Raqueli Pedersen, Maria Paula, e Eduardo Ritter, por darem leveza e alegria à minha vida. Foi um prazer ser e ter vocês como minha “família provisória”.

A todos os meus colegas, pelo companheirismo e pelas trocas realizadas nesses dois anos, especialmente Ana Caroline Jardim, Jaina Raqueli Pedersen, Fabio Gaviraghi, Jaqueline Vincensi, Thaísa Closs e Marinez Garlet;

À amiga querida Caroline Göerck, por todos os ensinamentos e pelo incentivo e apoio que sempre me deu para a realização deste mestrado;

Aos meus “filhos de coração” Thales Juan e Lorenzo Gabriel de Lima Machado, ou simplesmente Thalex e Lolô, que alegraram cada ida minha a Santo Ângelo;

Aos meus amigos santo-angelenses, que compreenderam minha ausência em muitos momentos, pelo apoio, pelo incentivo, pela força, pelas trocas teóricas e por ouvir meus desabafos. Em especial, Carolina Roratto Kohn, Daniela Zancan, Tiago da Silveira e Eduardo Frizzo;

Ao meu orientador, Prof. Dr. Carlos Nelson dos Reis, que aceitou ser meu orientador já no segundo e último ano de mestrado, pelos ensinamentos, pelo

conhecimento transmitido – principalmente pelos “e daí?” que acompanharão minha trajetória acadêmica, sem dúvidas – e por toda a atenção dispensada;

À Prof^a. Dr^a. Berenice Rojas Couto, com quem convivi quase que diariamente no NEPES, pelos ensinamentos, pela paciência e pelos incentivos;

Aos colegas do NEPES, e também do GEPsTAS, pelas trocas e pelas contribuições importantíssimas que me proporcionaram;

À Prof^a. Dr^a. Gleny Guimarães, pelo conhecimento transmitido durante o convívio no GEPsTAS;

À Prof^a. Dr^a. Patricia K. Grossi, por disponibilizar sua disciplina para a realização de meu estágio docente, no qual aprendi muito;

Ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, pelo aprofundamento teórico proporcionado pelos professores que o integram;

Aos secretários do PPGSS, Juliana e Antonio, pela atenção e pela disponibilidade;

À Prof^a. Dr^a. Sheila Koucoreck, que tive o prazer de conhecer durante o trabalho como Assistente Social do então Serviço Sentinela do município de São Borja-RS, contribuindo para a implantação desse serviço e “abrindo as portas” da universidade para os profissionais que compunham esse programa, e também por ter aceitado o convite para a banca e pelas pertinentes contribuições na qualificação;

À Prof^a. Dr^a. Beatriz Aginsky, pela compreensão e pelo apoio dado principalmente como coordenadora do PPGSS, no ano de 2008; e pelas contribuições na banca de qualificação, pelos empréstimos e pelas sugestões de materiais;

Ao Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de estudos integral que me possibilitou a realização deste mestrado;

À ONG à qual o grupo em estudo está vinculado, por autorizar a realização desta pesquisa;

E, principalmente, aos jovens entrevistados, pela disponibilidade e pela confiança em participar desta pesquisa.

*“As revistas, as revoltas, as conquistas
da juventude
São heranças, são motivos pras mudanças
de atitude
Os discos, as danças, os riscos da
juventude
A cara limpa, a roupa suja
Esperando que o tempo mude
...Nessa terra de gigantes
que trocam vidas por diamantes
a juventude é uma banda
numa propaganda de refrigerantes...”*

Terra de Gigantes- Engenheiros do Hawaii

RESUMO

A presente dissertação estuda a inserção de jovens e egressos do sistema de atendimento ao adolescente em conflito com a lei em uma experiência de concepção econômica e solidária voltada para a geração de trabalho e renda no município de Santo Ângelo, no Rio Grande do Sul. Trata-se, portanto, de um estudo de caso, caracterizado como uma pesquisa do tipo qualitativa, orientada pelo método dialético-crítico. Aborda as dimensões teóricas e conjunturais do mercado de trabalho no Brasil, sobretudo a partir das transformações ocorridas no decorrer do século XX e no início do século XXI, bem como seus impactos para a inserção das juventudes nesse cenário. Analisa também aspectos relacionados aos adolescentes em conflito com a lei, bem como as restrições para sua inserção no mercado de trabalho. A pesquisa aproxima-se de uma das alternativas atuais para a geração de trabalho e renda, designada de Economia Solidária, que, neste estudo, é destinada aos adolescentes em conflito com a lei. Desse modo, este estudo procura contribuir com o debate acerca das políticas públicas para a juventude, bem como com o tratamento dado aos egressos do sistema socioeducativo, a partir das reflexões que propõem.

Palavras Chave: Mercado de trabalho, adolescentes em conflito com a lei, Economia Solidária.

ABSTRACT

The present dissertation studies the insertion of youngsters and egresses of the care system of adolescents in conflict with the law in an experience of economical and solidarity concept focused to the generation of work and income in the city of Santo Ângelo, in Rio Grande do Sul. It is, therefore, a case study, characterized as a research of the qualitative kind, guided by the dialectic critical method. Approaches the theoretical and conjuncture dimensions in the job market in Brazil, mainly since the transformations occurred in the world of labor during the XX century and in the beginning of the XXI century, as well as its impacts to the insertion of the youngsters in the scenery. It also analyzes aspects related to the adolescents in conflict with the law, as well as the restrictions of their insertions in the job market. The research approaches of one of the recent alternatives to the generation of work and income, nominated as Solidary Economy, that, in this study, is destined to the adolescents in conflict with the law. So, this study aims to contribute with the debate regarding public politics for the youngsters, as well as the treatment given to the egresses of the social educative system, from the reflections proposed.

Key words: Job market, adolescents in conflict with the law, Solidary Economy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1- Adolescentes em conflito com a lei, segundo o tipo de regime, Brasil - 2006.....	86
Gráfico 2- Internação de Adolescentes segundo os principais delitos praticados, Brasil –2002.....	90
Gráfico 3- Escolaridade dos Adolescentes Privados de Liberdade no Brasil – 2002.....	92
Gráfico 4- Adolescentes que cumprem medida de privação de liberdade segundo a renda familiar no Brasil – 2002.....	93
Quadro 1- Síntese dos caminhos metodológicos da pesquisa.....	129

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Taxas de desemprego juvenil no Brasil, 1989/1996.....	73
Tabela 2- Estrutura etária da população de Santo Ângelo-RS, 2000.....	101
Tabela 3- Faixa etária dos sujeitos da pesquisa/2009.....	136
Tabela 4- Escolaridade dos sujeitos da pesquisa/2009.....	139
Tabela 5- Síntese das condições de vida dos sujeitos da pesquisa/2009.....	145

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CASE- Centro de Atendimento Socioeducativo

CCQs- Círculos de Controle de Qualidade

DCA- Departamento da Criança e Adolescente

EAF- Entidades de Apoio e Fomento

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

EES- Empreendimentos Econômicos e Solidários

EJA- Ensino de Jovens e Adultos

ES- Economia Solidária

EUA- Estados Unidos da América

FASE- Fundação de Atendimento Socioeducativo

FAT- Fundo de amparo ao trabalhador

FEBEM- Fundação do Bem- Estar do Menor

FECA- Fundo Estadual da Criança e do Adolescente

FMI- Fundo Monetário Internacional

Ideb- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDH- Índice de Desenvolvimento Humano

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ITCP- Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

MDS- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome

MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTE- Ministério do Trabalho e Emprego

OIJ- Organização Internacional da Juventude

ONGs- Organizações não-governamentais

PDV- Plano de Demissão Voluntária

ProJovem- Programa Nacional de Inclusão de Jovens: educação, qualificação e ação comunitária

RS- Rio Grande do Sul

SENAES- Secretaria Nacional de Economia Solidária

SENAR- Programas de Aprendizagem Rural

SICREDI- Sistema de Crédito Cooperativo

SINASE- Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

PBF- Programa Bolsa Família

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 MERCADO DE TRABALHO, JUVENTUDE EM CONFLITO COM A LEI E ECONOMIA SOLIDÁRIA: DIMENSÕES TEÓRICAS	17
2.1 TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO	18
2.1.1 Requisitos e alternativas para a inserção da juventude no mercado de trabalho	31
2.1.2 O adolescente em conflito com a lei e as restrições à sua inserção no mercado de trabalho	43
2.2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA	59
2.2.1. Concepção e princípios	60
2.2.2 As organizações solidárias como alternativas de inserção ao trabalho	65
3 PANORAMA BRASILEIRO SOBRE O MERCADO DE TRABALHO PARA A JUVENTUDE.....	70
3.1 MERCADO DE TRABALHO PARA O JOVEM	71
3.2 ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI E A INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO.....	85
3.3 AS PARTICULARIDADES DO MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO	100
3.3.1. A experiência em Economia Solidária em Santo Ângelo	108
4 ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ALTERNATIVA DE TRABALHO PARA O ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI EM SANTO ÂNGELO	115
4.1 CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA.....	116
4.1.1 Caracterização do tipo de pesquisa	121
4.1.2 Sujeitos da pesquisa	121
4.1.3 Coleta das Informações	123
4.1.4 Análise das Informações.....	125
4.2 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE A ORGANIZAÇÃO.....	130
4.3 AS EVIDÊNCIAS ENCONTRADAS.....	135
4.3.1. Características socioeconômicas dos membros da cooperativa	136
4.3.2 Características dos processos de articulação, organização e gestão da cooperativa.....	152
REFERÊNCIAS.....	168

APÊNDICE 1 Formulário de entrevista com os membros do empreendimento.....	180
APÊNDICE 2 Formulário de entrevista com o coordenador do empreendimento	183
APÊNDICE 3 Roteiro de coleta grupal	184
APÊNDICE 4 Termo De Consentimento Livre e Esclarecido.....	185
APÊNDICE 5 Termo De Consentimento Livre e Esclarecido	187
APÊNDICE 6 Carta de Autorização do Coordenador do Serviço.....	189
ANEXO 1 Aprovação Comissão Científica.....	190
ANEXO 2 Aprovação Comitê de Ética em Pesquisa.....	191

1 INTRODUÇÃO

As transformações do mundo do trabalho no final do século XX e no início do século XXI acarretaram mudanças socioeconômicas e atingiram diretamente o modo e a condição de vida das classes trabalhadoras, que passaram a vivenciar o desemprego estrutural somado a condições e relações de trabalho precárias. Nesse cenário, invariavelmente, os jovens são diretamente afetados.

Em razão do excesso de oferta de mão de obra, as juventudes brasileiras, sobretudo aquela oriunda das classes trabalhadoras, encontram-se frente às piores condições de competição em relação aos adultos, tais como menor qualificação e experiência profissional. Contudo, quando se faz o recorte para os adolescentes que cometeram ato infracional, essa possibilidade de inserção se torna ainda mais difícil. Estes, para além das dificuldades usuais de ingresso, possuem outros condicionantes que restringem ainda mais a inserção no mercado de trabalho.

Nesse cenário, a Economia Solidária se estabelece como uma das alternativas para geração de trabalho e renda. Envolvendo associações, cooperativas e grupos informais que em sua relação desenvolvem a autogestão, a democracia, a igualdade e a valorização do trabalhador, esses empreendimentos econômicos e solidários, além de englobar os trabalhadores usuais que se encontram fora do mercado de trabalho, também incorporam certas parcelas da população com menores possibilidades de acessar o mercado de trabalho, entre as quais estão egressos do sistema penal, pessoas portadoras de deficiência e adolescentes em conflito com a lei.

Nessa perspectiva, esta dissertação possui como tema a ser investigado: jovens em situação de vulnerabilidade social, adolescentes egressos do sistema de atendimento socioeducativo e a experiência de Economia Solidária voltada para geração de trabalho e renda.

O município de Santo Ângelo foi escolhido para a realização da pesquisa, pois nele é desenvolvida uma experiência de Economia Solidária, vinculada a uma organização não governamental. Esse grupo se organiza por meio de uma cooperativa informal, que visa a geração de trabalho e renda para os adolescentes egressos do sistema privativo de liberdade, bem como para aqueles que estão

cumprindo ou já cumpriram medidas socioeducativas em meio aberto. Contudo, constituem o foco deste estudo somente os adolescentes que já cumpriram medida socioeducativa (tanto meio aberto como a privação de liberdade), pressupondo que estes estão na cooperativa por livre adesão e não por determinação judicial, bem como possuem acesso aos rendimentos produzidos por ela.

Trata-se, portanto, de uma investigação vinculada à linha de pesquisa Serviço Social e Políticas Sociais, que objetiva analisar a inserção de jovens e adolescentes em conflito com a lei em um empreendimento econômico e solidário, com vistas a contribuir com o debate acerca das políticas sociais para a juventude. Para tanto, o seguinte questionamento permeou todo o estudo: como se caracteriza a inserção dos jovens e adolescentes em conflito com a lei em um empreendimento de Economia Solidária?

Procurando encontrar possíveis respostas a esse problema de pesquisa, novos questionamentos, que o englobam, foram elencados: quais são as características socioeconômicas dos sujeitos que compõem o empreendimento econômico e solidário? Como os sujeitos do grupo estudado realizam processos de articulação, organização e gestão do empreendimento de Economia Solidária? Quais as condições ofertadas pelo empreendimento estudado para contribuir para a inserção social dos sujeitos? Qual a contribuição dessa experiência econômica e solidária na vida dos sujeitos?

Tendo em vista esses questionamentos e na busca por respostas, optou-se pela realização de uma pesquisa embasada no método dialético crítico e nos três elementos que o compõem: historicidade, totalidade e contradição. Partiu-se assim de um fato concreto – no caso, a existência de adolescentes em conflito com a lei organizados em um empreendimento de Economia Solidária – considerando-se como parte de uma totalidade em constante movimento dadas as contradições que precisam ser desvendadas para que se possa contribuir para a análise de tal situação. Dessa maneira, trata-se de um estudo de caso, caracterizado como uma pesquisa do tipo exploratória, desenvolvida com base no estudo qualitativo.

Importa ressaltar ainda que pesquisar a inserção, no mercado de trabalho, de jovens em conflito com a lei via empreendimento de Economia Solidária instiga esta mestrandia desde a sua graduação, quando realizava leituras acerca da temática dos adolescentes em conflito com a lei, bem como participava de estudos sobre

Economia Solidária. Além disso, este estudo justifica-se dada a relevância acadêmica e social que possui, pois possibilita o adensamento da temática condizente ao adolescente em conflito com a lei, prevendo a discussão da inserção profissional desses jovens. Também proporciona uma reflexão acerca da própria Economia Solidária, na medida em que incorpora outro segmento no grupo de trabalhadores desse campo.

Com base nessas considerações, o segundo capítulo desta dissertação aborda as dimensões teóricas do mercado de trabalho, sobretudo a partir das transformações ocorridas no mundo do trabalho no decorrer do século XX e no início do século XXI, bem como seus impactos para a inserção das juventudes nesse cenário. Analisa também aspectos relacionados aos adolescentes em conflito com a lei, bem como as restrições para sua inserção no mercado de trabalho. E, por fim, aproxima-se de uma das alternativas atuais para a geração de trabalho e renda, a Economia Solidária.

O terceiro capítulo ilustra a conjuntura brasileira dos aspectos trabalhados no capítulo anterior. Explicita-se então como se configura o mercado de trabalho para o jovem no país, bem como para os adolescentes em conflito com a lei, considerando aspectos da realidade social na qual estão inseridos. Além disso, analisam-se os elementos socioeconômicos relacionados ao município de Santo Ângelo, no qual a pesquisa foi desenvolvida, e as características da Economia Solidária, tanto no Brasil como no município referido, já que esta é apresentada como uma possível alternativa de geração de trabalho e renda para estes adolescentes.

No quarto capítulo, são apresentados os resultados desta pesquisa, as características dos sujeitos pesquisados, como se desenvolvem os processos de articulação, organização e gestão do empreendimento, bem como outros aspectos que contribuem para a resposta do problema de pesquisa. Para tanto, primeiramente refere-se como se deu a construção metodológica da pesquisa, seguida da breve contextualização sobre o empreendimento econômico e solidário pesquisado. Por fim, são tecidas as considerações finais.

2 MERCADO DE TRABALHO, JUVENTUDE EM CONFLITO COM A LEI E ECONOMIA SOLIDÁRIA: DIMENSÕES TEÓRICAS

Pensar o mercado de trabalho para adolescentes em conflito com a lei e a possibilidade de inserção destes em cooperativas de Economia Solidária requer a compreensão acerca das transformações que vêm ocorrendo no mercado de trabalho a partir dos processos globais de reestruturação produtiva e de implementação de políticas respaldadas no aporte teórico neoliberal. Estas incidem diretamente nas condições de inserção dos trabalhadores e, sobretudo, dos jovens.

Este capítulo objetiva apresentar as transformações ocorridas no mundo do trabalho no decorrer do século XX e no início do século XXI, bem como seus impactos para a inserção da juventude¹ nesse cenário. Também serão tratados aspectos relacionados aos adolescentes em conflito com a lei, já que estes, além das dificuldades usuais de ingresso, possuem outros determinantes que restringem ainda mais essa inserção no mercado de trabalho. E, por fim, será trabalhada uma das alternativas atuais para a geração de trabalho e renda, designada de Economia Solidária².

¹ Salienta-se que, como será explicitado no decorrer deste capítulo, o termo juventude deve ser compreendido no plural, ou seja, juventudes, na medida em que os jovens vivenciam realidades desiguais, o que faz com que suas demandas também se diferenciem.

² A Economia Solidária diz respeito a uma formulação teórica de uma nova forma de fazer economia, implicando comportamentos sociais e pessoas novos. Engloba produtores, poupadores, prestadores de serviço, entre outros, organizados sob a forma de cooperativas, associações e grupos informais. Nesses espaços, cooperação, autogestão, solidariedade, desenvolvimento sustentável e valorização do trabalhador são estimulados. Contudo, cabe reiterar que a Economia Solidária a partir desses princípios refere-se a uma dimensão teórica, na medida em que, na realidade, estes não se efetivam por completo.

2.1 TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

Por trabalho compreendem-se todas as formas de contratos de dispêndio de energia, física ou intelectual. Para realizá-lo, o homem utiliza-se do processo de racionalização, ou seja, parte de uma intencionalidade para chegar a uma finalidade. O trabalho constitui-se em um elemento essencial na vida do homem, pois é por meio dele que este se relaciona na sociedade, transforma a natureza e se autotransforma (MARX, 1989).

Em linhas gerais, a sociedade capitalista é constituída e explicada a partir do trabalho:

Facetas essenciais do processo de socialização, da construção identitária, das formas de dominação e de resistência, enfim, da dinâmica contraditória da economia de mercado, têm origem nas situações laborais e nas relações estruturadas na atividade produtiva (CATTANI, 2000 p. 39).

Nessa perspectiva, o trabalho se constitui em uma experiência social. Suas dimensões contraditórias, como a opressão e a emancipação, a tortura e o prazer e a alienação e a criação, não se limitam à atividade produtiva, mas repercutem no todo social (CATTANI, 2000).

Desse modo, as transformações propagadas no mundo do trabalho no final do século XX, limiar do século XXI, acarretam mudanças socioeconômicas e atingem diretamente o modo e a condição de vida³ das classes trabalhadoras. O modelo de gestão da mão de obra *taylorista/fordista* agora divide espaço com o *toyotismo* e outros modelos de processos produtivos que se assemelham a esse novo protótipo e que caracterizam a reestruturação produtiva do capital (ANTUNES, 2007).

³ O modo de vida compreende as características subjetivas dos sujeitos. Estas envolvem um conjunto de valores e normas estabelecidas, envolvendo as formas de vida dos sujeitos, como se relacionam, quais suas experiências sociais e os significados que atribuem a isso. O “[...] modo de vida é bastante diferente, é um conceito introduzido por um historiador inglês contemporâneo chamado Edward Thompson, que nos mostra que o modo de vida é, exatamente, o modo como esse sujeito constrói e vive a sua vida. Envolve, portanto, seus sentimentos, valores, crenças, costumes e práticas sociais cotidianas” (MARTINELLI, 1999, p. 22-23). A condição de vida diz respeito às características sociodemográficas, tais como condições de moradia, número de pessoas que residem na casa, renda da família, entre outros aspectos que interferem no cotidiano dos sujeitos.

Para compreender essas transformações, é necessário retomar o final do século XIX e o transcorrer do século XX, período marcado pelo desenvolvimento e aprimoramento dos processos produtivos, com vistas à acumulação capitalista⁴. Há a intensificação da criação de novas tecnologias, bem como das formas de exploração da força de trabalho para a geração de excedente, por intermédio da desregulamentação dos direitos trabalhistas e do crescimento do trabalho autônomo, bem como do aumento de condições e relações de trabalho precário⁵.

O final do século XIX e o início do século XX foram caracterizados pelo desenvolvimento do modelo de gestão da mão de obra *taylorista* e, posteriormente, pelo aprimoramento *fordista*. As contribuições do chamado *taylorismo*, desenvolvido por Taylor⁶, foram fundamentais para permitir, dentro dos processos de trabalho nas indústrias, a padronização de gestos, das formas de fazer, dos processos e dos produtos, possibilitando a obtenção do máximo de rendimento com o mínimo de esforço e no menor tempo. Sua doutrina estava fundada nos seguintes princípios: mecanização da produção, estudo dos tempos e movimentos e treinamento.

No entanto, a implantação dos princípios de Taylor gerou reação negativa dos trabalhadores, que passaram a reclamar do controle excessivo e do não repasse

⁴ Destaca-se que o capitalismo sempre busca o aprimoramento de tecnologias e exploração da mão de obra para geração de lucros. O que se modifica são os processos produtivos e, conseqüentemente, as relações sociais geradas a partir deste.

⁵ “É precário o trabalho que se realize sob uma ou mais das seguintes condições: a) em tempo parcial do dia/semana/mês, com extensas jornadas de trabalho, com pagamento por produção/serviço; b) destituído de garantias legais de estabilidade ou proteção contra dispensas, de carga horária definida, de descanso semanal e férias remuneradas, realizado em condições insalubres, sem seguridade social, seguro-desemprego, aposentadoria, licença-maternidade e licença doença, sem cobertura de acidentes de trabalho, entre outros quesitos. É precário por submeter o trabalhador a condições de vida arriscadas, à cruel dominância da concorrência no mercado, sem ações coletivas de enfrentamento, sem segurança da cobertura social no futuro ou no momento em que não puder mais dispor da força de trabalho” (BARBOSA, 2007 p. 40). Destaca-se, também, que a taxa de desemprego oculto pelo trabalho precário ou desalento (o primeiro diz respeito a pessoas que realizam trabalhos precários; e o desemprego oculto pelo desalento são pessoas que não possuem trabalho nem procuraram nos últimos trinta dias anteriores ao da entrevista, por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos doze meses) em outubro de 2009 era de 3,9%. Além disso, em comparação com o mesmo período do ano anterior (2008), a taxa de assalariados do setor privado sem carteira assinada cresceu 3,7%, sendo que as ocupações com carteira assinada aumentaram apenas 1,9% (DIEESE, 2009).

⁶ O engenheiro americano Frederick Taylor, conhecido como o precursor da “Teoria da Administração Científica”, desenvolveu técnicas de racionalização do trabalho, com vistas a garantir uma produção com menores custos (ANTUNES, 2007).

aos salários dos ganhos de produtividade. Henry Ford⁷, então, propôs o estabelecimento de um pacto de trabalho, no qual se teria o repasse aos salários e a garantia de direitos em troca da produtividade. Além disso, Ford aperfeiçoou a linha de montagem, a padronização do produto e a produção em grandes quantidades.

Os processos de trabalho nesse modelo de gestão da mão de obra *taylorista/fordista* estavam fundados em uma fabricação com ritmo controlado, cronometrada, homogênea, em série e em linhas rígidas. Garantia-se assim uma produção em massa e, conseqüentemente, um barateamento nos preços, que contribuía para o aumento do consumo, e incremento dos salários dos operários (ANTUNES, 2006).

Durante o vigor desse modelo de gestão de mão de obra, mais especificamente nas décadas de 1920 e 1930, desencadeou-se uma crise de acumulação capitalista que resultou no período conhecido como a Grande Depressão⁸. Para essa crise capitalista, o aporte teórico liberal⁹, que embasava a ação do Estado até então, passa a ser questionado na medida em que não encontra respostas para aquele colapso.

Como resposta a essa crise de acumulação, a teoria desenvolvida por Keynes¹⁰, também conhecida na literatura como *keynesianismo*, ganha espaço. Ela sugeria a intervenção do Estado objetivando a reativação da produção (BEHRING, BOSCHETTI, 2006):

⁷ Henry Ford, fundador da Ford Motor. Iniciou sua carreira profissional como mecânico, passando a engenheiro-chefe de uma fábrica. Em 1906-1907, organizou a companhia Ford com vistas a produzir carros padronizados e para o consumo em massa (ANTUNES, 2007).

⁸ A Grande Depressão deu-se no final dos anos 1920 e início dos anos de 1930 nos Estados Unidos e, posteriormente, nos países da Europa. Foi marcada por altas taxas de deflação, desemprego e empobrecimento da população (COUTO, 2006).

⁹ A escola do liberalismo clássico surge com o economista Adam Smith no século XVIII, sendo aperfeiçoada por outros autores, como David Ricardo e John Stuart Mill. Esta corrente teórica tem como base a lei da oferta e da procura. "A economia liberal extraiu sua legitimidade de uma complexa série de fatores. Entre os de ordem ideológica, destaca-se a convicção, amplamente partilhada, de que a organização produtiva, regulada pelo livre mercado, é eficientemente racional. Por possuir essas qualidades, superiores a outros sistemas, sua expansão far-se-ia de maneira equilibrada, homogênea e amplamente integradora" (CATTANI, 2000 p.40).

¹⁰ John Maynard Keynes, inglês, autor de "A teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro", sendo esta uma das suas principais obras. Defendia que o Estado deveria ter um papel fundamental na administração macroeconômica.

[...] o liberalismo heterodoxo de Keynes e seus seguidores é a expressão intelectual sistemática das propostas de saída da profunda crise cujo ápice foram os anos de 1929-1932, o que combinou às mudanças intensas no mundo da produção, por meio do *fordismo* que também se generaliza no pós-guerra, com novos produtos e processos de produção [...] Essa é a base material que vai propiciar a expansão dos direitos sociais (BEHRING, BOSCHETTI, 2006 p. 83).

A teoria *keynesiana* objetivou encontrar soluções capitalistas para a crise do próprio capitalismo (BEHRING, BOSCHETTI, 2006). A partir daí, acreditava-se que, se a economia não crescesse, caberia ao governo criar condições para que tal crescimento acontecesse. O Estado deveria cuidar do planejamento econômico e social, com vistas a garantir o pleno emprego dos trabalhadores, bem como a distribuição da renda socialmente produzida. Destaca-se que essa intervenção do Estado ganha força, sobretudo, após a Segunda Guerra Mundial, quando a economia estava fragilizada (SILVA, 2004).

Com a intervenção estatal na atividade produtiva, propagou-se o chamado Estado de Bem-Estar Social ou *Welfare State*, paralelamente ao desenvolvimento do modelo de gestão da mão de obra *taylorista/fordista*. Coube ao Estado canalizar o fundo público tanto para o financiamento de capital quanto para a reprodução da força de trabalho. O fundo público – a partir da perspectiva de Keynes adotada pelos Estados, sobretudo pelos países desenvolvidos – passou a ter um papel ativo na administração macroeconômica, isto é, na produção e regulação das relações econômicas e sociais. Assim, o bem-estar ainda deveria ser buscado individualmente no mercado, mas as ações estatais eram aceitas: na área econômica, para garantir a produção; e, na área social, com vistas à regulação das relações sociais, bem como para as pessoas consideradas incapazes para o trabalho, como crianças, pessoas portadoras de deficiência e idosos (BEHRING, BOSCHETTI, 2006).

Desse modo, manter altas taxas de lucro, fundadas na superexploração dos trabalhadores durante certo período de tempo, pressupunha concessões e acordos com o movimento operário da época, sobretudo da Europa. Esses fatores acarretaram a diminuição do número de greves e formas de lutas da classe trabalhadora. Porém, não se pode ocultar que, nesse período, houve uma melhoria efetiva nas condições de vida dos trabalhadores, o que implicou a diluição da radicalidade das lutas e a crença da efetividade da combinação entre acumulação e

certos níveis de desigualdade. Assim, as aplicações concomitantes de técnicas do *fordismo* e orientações teóricas do *keynesianismo* constituíram os pilares do processo de acumulação da época¹¹ (BEHRING e BOSCHETTI, 2006).

Mesmo com melhorias nas relações e condições de trabalho e maior acumulação do capital, não se pode negar nesse processo a contradição inerente ao sistema capitalista. As reivindicações por melhores salários e a consequente intervenção do Estado para garantir o desenvolvimento não deixam de representar a conflituosidade entre o capital e o trabalho. Desse modo, após um período de crescimento, considerado a “idade de ouro do capitalismo”, caracterizado pela “internacionalização da produção industrial (e de serviços), expansão do comércio internacional e concentração acentuada do capital, sob a hegemonia dos EUA” (ALVES, 1998 p. 112), os principais países capitalistas passaram a conviver a partir do início dos anos 1970 com um novo período de crise do capital.

A crise na década de 1970 foi “a consolidação de dificuldades crescentes de realização de mais-valia socialmente produzida, o que gera superprodução, associada à superacumulação” (BEHRING e BOSCHETTI, 2006 p. 117). Representou o esgotamento da base produtiva e do padrão de financiamento:

[...] foi uma crise clássica de superprodução [...]. O já presente agravamento do problema do desemprego (não nas proporções atuais) pela introdução de técnicas capital-intensivas e poupadoras de mão-de-obra, a alta nos preços de matérias-primas importantes, a queda do volume do comércio mundial, e um poder de barganha razoável dos trabalhadores empregados, advindo do ainda recente período de pleno emprego no capitalismo central: todos esses são elementos que estão na base da queda da demanda global (de um ponto de vista keynesiano) e da erosão inexorável da taxa média de lucros, de uma óptica marxista, no início dos anos 1970 (BEHRING e BOSCHETTI, 2006 p. 116).

Assim, entre as principais características da crise na década de 1970 estão o excesso de mercadorias e de estoque e o questionamento do papel interventor do

¹¹O Brasil teve um desenvolvimento *keynesiano-fordista* restrito em comparação aos países de capitalismo central. As políticas sociais se deram por meio de uma cidadania regulada do governo de Getúlio Vargas a partir de 1930 e, posteriormente, de J. Kubitschek (1955-1960). Este último objetivou desenvolver “50 anos em 5”. Essas características perpassaram o período de ditadura militar, acarretando o endividamento nacional e o desenvolvimento lento dos direitos (BEHRING e BOSCHETTI, 2006). Apenas na Constituição Federal de 1988 é que a universalidade dos direitos é legalizada; no entanto, não significou que eles fossem efetivados por completo.

Estado na atividade produtiva. O referencial teórico neoliberal, nesse cenário, ganha espaço.

O então chamado Estado de Bem-Estar, ou *Welfare State*, passa a ser questionado por teóricos de orientação neoliberal:

[...] a partir do final dos anos 60, o processo de rompimento da separação entre sociedade e Estado é analisado com instrumentos novos, que levam em conta os primeiros sinais de crise no desenvolvimento das políticas sociais, bastante linear até esses anos. A crise fiscal do Estado é tida como um indício da incompatibilidade natural entre as duas funções do Estado assistencial: o fortalecimento do consenso social, da lealdade para o sistema das grandes organizações de massa, e o apoio à acumulação capitalista com o emprego anticonjuntural da despesa pública. A particular relação que o *Welfare State* estabeleceu entre o Estado e sociedade não é mais entendida em termos de equilíbrio, mas como elemento de uma crise que levará a natural eliminação de um dos dois pólos (BOBBIO, 1986 p.418).

A crise fiscal do Estado aparece como uma das principais causas do questionamento acerca do *Welfare State*. Iniciam-se então críticas, dentro do discurso teórico neoliberal, que afirmam o excesso de paternalismo e a limitação da acumulação capitalista mediante o recolhimento de muitos impostos.

Como solução para a crise, as políticas respaldadas no aporte teórico neoliberal¹² apresentaram como principais características:

[...] governo mínimo, sociedade civil autônoma, fundamentalismo de mercado, autoritarismo moral, somado a forte individualismo econômico, mercado de trabalho se depura como qualquer outro, aceitação da desigualdade, nacionalismo tradicional, *Welfare State* como uma rede de segurança, modernização linear, baixa consciência ecológica [...] (SILVA, 2004 p. 84).

As propostas do ideário neoliberal propuseram então a minimização do Estado – sendo que este não deve intervir na atividade produtiva –, com práticas de

¹² Destaca-se nessa perspectiva que diversos países entraram em diferentes períodos no processo de reforma do ajuste neoliberal. O primeiro país foi a Inglaterra, em 1979, no governo Thatcher. A Suécia e a Áustria ainda resistiam à onda neoliberal no final dos anos 1980. Fora do continente europeu, o Japão também resistia. Mas, no final dos anos 1980 e nos anos 1990, a maioria dos países avançou nas reformas. Na América Latina, o primeiro país a implantar mais radicalmente o ideário neoliberal foi o Chile, na década de 1970. O México implantou em 1980, e o último país foi o Brasil, em 1990 (ANDERSON, 1995).

privatizações, abertura de mercados, diminuição da interferência do Estado nas políticas sociais.

Em síntese, esse novo modelo de acumulação implica que: os direitos sociais perdem identidade e a concepção de cidadania se restringe; aprofunda-se a separação entre público-privado e a reprodução é inteiramente devolvida para este último âmbito; a legislação trabalhista evolui para uma maior mercantilização (e, portanto, desproteção) da força de trabalho; a legitimação (do Estado) se reduz à ampliação do assistencialismo (SOARES, 2000 p. 13).

Essas propostas são incorporadas tanto por empresas, corporações e conglomerados transnacionais como pelos governos nacionais (IANNI, 2002).

Junto a essas medidas, o modelo de gestão da mão de obra também se modifica. O chamado modelo *toyotista* traz novas características à organização dos processos de trabalho, objetivando a busca da qualidade total, juntamente com o desejo do lucro máximo. Assim, concomitantemente ao desenvolvimento e à implantação de políticas respaldadas no neoliberalismo, tem-se a reestruturação produtiva desenvolvida a partir da década de 1970. Nela, a indústria automobilística japonesa Toyota mostrou ser superior no mercado mundial ao aplicar métodos de participação em sua gestão. Agora os trabalhadores, em vez de permanecerem junto à linha de montagem, acompanhando a esteira, são organizados em células de produção, onde há rodízio de tarefas, exigindo a polivalência dos trabalhadores. Dessa forma, o *toyotismo* propagou-se mundialmente, juntamente com a revolução microeletrônica, robótica e de automação, que elimina aos poucos o trabalho padronizado do proletariado (SINGER, 2003).

A chamada produção flexível é marcada então por um novo processo de gestão da mão de obra, tanto nos países desenvolvidos como nos em desenvolvimento, como o Brasil. Nessa nova forma de operar, o cronômetro e a produção em larga escala e de massa do *fordismo* são gradualmente substituídos pela flexibilização da produção e por novos mecanismos de se adequar às exigências do mercado.

Ensaíam-se modalidades de desconcentração industrial, buscam-se novos padrões de gestão da força de trabalho, dos quais os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), a 'gestão participativa', a busca da 'qualidade total', são expressões visíveis não só no mundo japonês, mas em vários países de capitalismo avançado e do Terceiro Mundo industrializado. O *toyotismo* penetra, mescla-se ou mesmo substituiu o padrão *fordista* dominante, em várias partes do capitalismo globalizado (ANTUNES, 2007 p.24).

No *toyotismo*, pelos Círculos de Controle de Qualidade, gestão participativa e busca da qualidade total, organizam-se os trabalhadores em torno de um líder, que organiza o trabalho, reduzindo-se o número de chefes, desenvolvendo a polivalência dos trabalhadores e criando uma relação de co-responsabilidade. Criam-se grupos de trabalho que realizam mais que uma tarefa, tendo assim a possibilidade instantânea de observar problemas de qualidade. Dessa forma, todos são responsáveis pelo controle de qualidade do produto. Esses novos mecanismos estão sendo adaptados em todo o mundo, substituindo gradualmente a rigidez do modelo *taylorista/fordista* (ANTUNES, 2007).

Juntamente com o *toyotismo*, tem-se o desenvolvimento da globalização, proposta que visa ao mercado livre e sem fronteiras, de acordo com o ideário neoliberal. A nova etapa de integração internacional, que aparentemente engloba tudo e todos, se caracteriza por uma revolução tecnológica, institucional e financeira.

Nesse sentido, em 1989, no chamado Consenso de Washington, os parâmetros neoliberais são ditados, sobretudo, aos países em desenvolvimento. Nesse encontro, reuniram-se funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados (Fundo Monetário Internacional – FMI, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID). Entre as conclusões e recomendações desse Consenso, está a ampla reforma do Estado, tendo como base a teoria neoliberal. “Estas propostas podem ser resumidas em dois pontos básicos: redução do tamanho do Estado e abertura da economia” (TEIXEIRA, 1998, p. 225).

A incorporação dessas propostas nesses países representou a inserção deles no mundo globalizado, bem como a sua aceitação das propostas neoliberais.

Nos debates sobre a globalização, tende-se a reduzi-la à questão econômica. Mas existem outras transformações no sistema mundial que são simultâneas, como o aumento das desigualdades entre ricos e pobres, o acirramento das manifestações

da questão social¹³, como a sobrepopulação, os conflitos étnicos, a catástrofe ambiental, a migração internacional em massa, guerras civis, crimes globalmente organizados, entre outros (SANTOS, 2002).

No âmbito da globalização social, as políticas respaldadas na teoria neoliberal – que visam ao crescimento e à estabilidade econômica – baseiam-se na redução de custos salariais, sendo necessário “liberalizar o mercado de trabalho, reduzindo os direitos [...], proibindo a indexação dos salários aos ganhos de produtividade e os ajustamentos em relação ao custo de vida e eliminando a prazo a legislação sobre salário mínimo” (SANTOS, 2002, p. 34). O que, por sua vez, resulta na precarização das relações e condições de trabalho, bem como no aumento do desemprego.

Todas essas mudanças fazem com que o recorte neoliberal apareça não somente como uma teoria econômica, mas também como um instrumento sociocultural, no qual tudo se mercantiliza e os espaços e interesses públicos desaparecem ou se debilitam, já que o individualismo se sobressai. Privilegiam-se a propriedade privada, o mercado livre de restrições políticas, culturais ou sociais, as grandes corporações, a produtividade, a lucratividade e a tecnificação generalizada dos processos de produção e de trabalho. E, sob o discurso de uma nova ordem econômica, agravam-se as desigualdades e os arranjos estruturais: “o trabalho subordinado ao capital, o trabalhador à máquina ou computador, o consumidor à mercadoria, o bem-estar à eficácia, a qualidade à quantidade, a coletividade à lucratividade” (IANNI, 2002 p.220). Assim, mesmo que se tenham grupos de trabalho, maior participação do trabalhador na gestão, como se desenvolve a partir da reestruturação produtiva, o trabalhador continua subalterno ao capital e à máquina, que agora possui maior tecnologia.

A nova ordem econômica mundial apenas considera os interesses das corporações transnacionais ou as diretrizes das organizações multilaterais, que geram a economia mundial e os interesses da maioria dos governos nacionais ligados à teoria neoliberal. A maior parte da população mundial vive expressões de desigualdade da questão social em escala global (IANNI, 2002).

Assim, para os neoliberais:

¹³ Questão social diz respeito ao conflito suscitado entre capital e trabalho (IAMAMOTO, 2003).

Os pobres são os insolventes (o que inclui os consumidores que ultrapassam o limite do sobreendividamento). Em relação a eles devem adaptar-se medidas de luta contra a pobreza, de preferência medidas compensatórias que minorem, mas não eliminem, a exclusão, já que esta é um efeito inevitável (e, por isso, justificado) do desenvolvimento assente no crescimento econômico e na competitividade a nível global. Este consenso neoliberal entre os países centrais é imposto aos países periféricos e semiperiféricos através do controle da dívida externa deixada efetuada pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial. [...] A nova pobreza globalizada não resulta da falta de recursos humanos ou materiais, mas tão só do desemprego, da destruição das economias de subsistência e da minimização dos custos salariais à escala mundial (SANTOS, 2002, p. 35).

As políticas respaldadas no recorte teórico neoliberal então colocam a pobreza como algo justificável e inevitável. Em relação a ela, devem ser tomadas medidas assistencialistas, que apaziguem a situação de precariedade na qual vive a maioria dos sujeitos. A economia é posta em primeiro plano, e na base da sociedade civil mundial, conseqüentemente, manifestam-se as contradições do discurso neoliberal na prática (IANNI, 2002).

Destaca-se que o mais brutal resultado dessas transformações é a expansão do desemprego estrutural, que atinge o mundo em escala global (ANTUNES, 2007). Contrariamente ao desemprego conjuntural¹⁴, o desemprego estrutural “implica a expulsão mais ou menos permanente das atividades produtivas” (IANNI, 2002, p. 225). Deriva, sobretudo, da generalização da tecnificação dos processos de trabalho e produção, ou seja, vem da crescente potencialização da capacidade produtiva da força de trabalho, advinda de tecnologias informáticas e eletrônicas, que caracterizam o processo de acumulação flexível.

Junto a isso, a flexibilização dos direitos trabalhistas constituídos ao longo do século XX é necessária para o mercado.

Direitos flexíveis, de modo a dispor desta força de trabalho com função direta das necessidades do mercado consumidor. O *toyotismo* estrutura-se a partir de um número mínimo de trabalhadores, ampliando-os, através de horas extras, trabalhadores temporários ou subcontratação, dependendo das condições de mercado (ANTUNES, 2007 p.36).

¹⁴ O desemprego conjuntural diz respeito ao andamento regular da economia, e a um desemprego passageiro devido aos altos e baixos do ciclo econômico (SINGER, 2003).

Os novos postos de trabalho que estão sendo criados em função das transformações tecnológicas e da divisão internacional do trabalho, em geral, não oportunizam ao seu eventual ocupante as compensações usuais que os contratos coletivos e as leis vinham garantindo (SINGER, 2001).

O desemprego estrutural envolve o pauperismo e a lumpenização; as xenofobias, os etnicismos e os racismos atingem principalmente os setores sociais assalariados, desempregados, pauperizados ou migrantes; as intolerâncias relativas a sexo e idade também permeiam principalmente esses setores. Generaliza-se e intensifica-se a privatização da terra, do mar e do ar, do rio, do lago e do oceano, dos campos, das florestas e das plantações, das ilhas, dos arquipélagos e dos continentes (IANNI, 2002 p.223).

Assim, podem-se relacionar ao desemprego estrutural consequências que vão além da pobreza, da miséria, e das precárias condições de vida de grande parte dos seres humanos. O grande capital, que visa privatizações, traz graves consequências sociais, como as acima descritas, e até mesmo ambientais, já que o lucro máximo está acima da sustentabilidade.

É característico do capitalismo o aproveitamento incompleto da capacidade de trabalho do proletariado, o que Marx conceituou de “exército industrial de reserva”. Com a reestruturação do capital, esse exército ganhou maior significância e fez emergir os sobrantes – sujeitos qualificados, mas que não conseguem se inserir no mercado formal de trabalho, pois não há empregos disponíveis (CASTEL, 2004). No mesmo sentido, aparece um novo tipo de pobreza, no qual amplos setores das classes médias sofreram uma queda socioeconômica e constituem os chamados “novos pobres” (KLIKSBERG, 2001).

Cabe referenciar nesse processo a chamada “nova desigualdade” (MARTINS, 1997). Esta diz respeito a uma desigualdade que se dá em âmbito material, mas que se unifica ideologicamente.

A nova desigualdade resulta do encerramento de uma longa era de possibilidades de ascensão social [...] Apesar disso, o imaginário que cimta essa ruptura é um imaginário único, mercantilizado, enganador e manipulável (MARTINS, 1997 p.22).

No “mundo” dos ricos e dos pobres, podem ser encontradas as mesmas coisas, aparentemente até as mesmas mercadorias, as mesmas ideias individualistas; contudo, as oportunidades continuam desiguais. A nova

desigualdade acaba por recobrir e anular o potencial de transformação das classes sociais, na medida em que aparentemente praticamente todos têm acesso ao consumo. Ruma-se, diante desse cenário, para o conformismo (MARTINS, 1997).

Concomitantemente, tem-se a designada “inclusão precária” ou instável, marginal. Compreende-se que a sociedade capitalista exclui para posteriormente incluir, mas segundo a sua lógica. Como já abordado, as transformações no mundo do trabalho acarretam a precarização das condições e relações de trabalho, bem como o crescimento do desemprego. Contudo, o consumo é necessário para o desenvolvimento da economia. Nesse sentido, faz-se necessário que esses sujeitos que são excluídos de alguma forma desse circuito sejam incluídos.

Como, sobretudo a partir dos últimos anos do século XX, a inclusão no mercado formal de trabalho começou a demorar, surgem outras formas de inclusão que implicam certa degradação, situação esta que não está sendo transitória. Os sujeitos encontram então, como forma de reinclusão no mercado de trabalho, o trabalho informal, autônomo, terceirizado. Porém, essa reinclusão é precária e se dá no plano econômico, na medida em que o sujeito consegue rendimentos para sobreviver, mas não se dá no plano social, já que muitas vezes utiliza estratégias de resistência a partir de atividades consideradas ilegais ou que não sejam reconhecidas socialmente.

No Brasil, o ideário neoliberal passa a ser implantado no governo Collor (1990-1992), tendo continuidade com os governos que o seguem. O país se insere no plano econômico internacional e desenvolve políticas embasadas na teoria neoliberal, conforme ditado no Consenso de Washington.

A partir desse momento, passa-se a governar com base na desregulamentação, na privatização e na abertura comercial. Devido a significativa dívida externa¹⁵, o país se sujeitou às políticas de liberalização financeira e comercial e de desregulamentação cambial a fim de atrair recursos externos, dando-se a sua inserção no panorama global de uma forma subordinada (ANDERSON, 1995).

¹⁵ No período da ditadura militar no Brasil, teve-se o chamado “milagre econômico”, com o desenvolvimento de infra-estrutura e o crescimento do Produto Interno Bruto. Contudo, dentre os resultados herdados desse período, destacam-se: “ampliação do déficit público, o endividamento externo, a crise fiscal, dada a diferença entre o volume despendido pelo governo com a área social e o volume de arrecadação dos recursos” (COUTO, 2004, p. 133-134).

No mesmo período, propagam-se os novos métodos de organização do trabalho e de novas tecnologias. A reestruturação produtiva faz com que o *fordismo* passe a dividir espaço no Brasil com o modelo de gestão da mão de obra *toyotista*. As empresas que aderem a esse novo protótipo demitem funcionários bem como incentivam o Plano de Demissão Voluntária (PDV), o que representa o incentivo ao empreendedorismo¹⁶, e a desresponsabilização do Estado na geração de empregos. Conseqüentemente, ampliam-se as desigualdades, já que muitos dos trabalhadores demitidos não conseguem se inserir novamente no mercado formal de trabalho, e aqueles que aderem ao PDV investem o dinheiro recebido em negócios que, muitas vezes, vão à falência, sobretudo, pelas próprias condições de concorrência do mercado¹⁷.

Nesse cenário em que políticas de recorte neoliberal prevalecem e em que novas tecnologias são somadas aos processos de produção, crescem as relações e condições de trabalho precárias, bem como o desemprego, que possuem maior visibilidade em países em desenvolvimento, como o Brasil¹⁸. Os jovens são diretamente afetados por esse processo, devido às suas condições peculiares, conforme será mencionado no item a seguir.

¹⁶ O desenvolvimento do empreendedorismo, difundido como pequenos negócios, e os trabalhadores como novos empreendedores, diz respeito às inovações desenvolvidas pelas transformações econômicas e políticas no contexto capitalista, que envolve também processos culturais, produzindo e disseminando ideias e valores em prol do dessalariamento, o que pode ser chamado de cultura do autoemprego. Desse modo, não houve apenas mudanças econômicas, na forma de gerir a mão de obra, e na apropriação da riqueza socialmente produzida, mas também nas formas pelas quais as classes sociais pensam, organizam e resolvem os dilemas sociais. Nessa via, a cultura do autoemprego representa o modo como as classes sociais estão respondendo à reestruturação do trabalho a partir de soluções engendradas pelo capital para enfrentar sua própria crise (BARBOSA, 2007).

¹⁷ Tendo em vista o maior acúmulo de capital e o processo de concorrência, os capitalistas possuem como alternativa: crescer ou desaparecer. Assim, a condição de concorrência das pequenas empresas está na sua capacidade de tornarem-se grandes. Com o desenvolvimento do capitalismo, a partir do século XIX, os pequenos empresários são expropriados de seu capital, tornando-se assalariados. Desse modo, desenvolve-se um processo de maior concentração e centralização de capital, ou seja, há uma redução no número de capitalistas a partir de fusões, absorções de pequenas empresas, desenvolvendo os monopólios e, posteriormente, os oligopólios, que possuem melhores condições de concorrência e determinam os preços dos produtos independentemente da lei da oferta e da procura (SALAMA, 1975).

¹⁸ Refere-se ainda que, concomitantemente a essas transformações, houve um dismantelamento das pautas de reivindicações dos sindicatos dos trabalhadores. Há uma individualização das negociações de trabalho, que agora são realizadas junto ao empregador, não mais via sindicatos – que passam a ser institucionalizados. Além disso, dada a atual conjuntura, as negociações são realizadas visando à manutenção dos empregos e de direitos sociais básicos, bem como da redução da jornada de trabalho, objetivando, no plano da imediatidade, a diminuição do desemprego estrutural (ANTUNES, 2007).

2.1.1 Requisitos e alternativas para a inserção da juventude no mercado de trabalho

Comumente, a juventude tem sido identificada como a transição da adolescência para a idade adulta, englobando sujeitos de 15 a 24 anos. Essa fase etária é normalmente caracterizada por certa dependência econômica e ligada à educação e à formação profissional (POCHMANN, 2007).

No entanto, cabe ressaltar que o conceito e a faixa etária de juventude variam de acordo com o momento histórico e a forma de organização de determinadas sociedades:

[...] “jovens” e “adultos” são construções sociais dotadas de limites etários variáveis se consideradas, por exemplo, as distintas regras de envelhecimento que vigem nos mercados locais de trabalho, com contextos determinados, ou mesmo ocupações específicas (GUIMARÃES, 2005 p. 153).

A organização da sociedade interfere diretamente no processo de diferenciação das etapas da vida. As relações entre crianças, jovens e adultos deram-se de diversas formas no decorrer dos períodos históricos. Pode-se citar como exemplo, a Idade Média, período no qual as crianças juntavam-se aos adultos assim que eram consideradas capazes de dispensar o auxílio das mães ou das avós, aproximadamente aos 7 anos de idade, participando, inclusive, junto aos demais, nos processos de trabalho. Já a partir da modernidade, com o desenvolvimento da educação, família e escola retiraram a criança da sociedade dos adultos (ÁRIES, 1978)¹⁹.

Reitera-se então que a juventude é uma produção social histórica e que se desenvolve na inter-relação geracional (TEJADAS, 2007). Atualmente, ela ocupa um lugar diferenciado do que nos séculos anteriores, reafirmando o movimento presente na sua delimitação.

¹⁹ Sobre o desenvolvimento da história social da criança e da família, ver ÁRIES, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1978.

[a juventude] Não é gerada espontaneamente, mas interioriza um mundo que lhe é apresentado, no lugar social que ocupa, na interação com os adultos, com a comunidade, com os meios de comunicação social e, posteriormente, com o grupo de iguais, professores, líderes comunitários, entre outros. Por outro lado, não parece existir 'a juventude', mas múltiplas formas de existir da juventude, dependendo do contexto de onde se fala (TEJADAS, 2007 p. 70).

Nesse sentido, afirmam-se a necessidade de se compreender a juventude como juventudes. O termo no plural significa a compreensão de que os jovens vivenciam realidades totalmente desiguais, em seu modo e condições de vida, e, conseqüentemente, nas demandas que apresentam. Busca-se abordar os jovens como sujeitos concretos, mas também se fala nas juventudes na pluralidade que o termo traz, já que este é constituído de múltiplas possibilidades do que possa ser jovem, de tal forma que é preciso reconhecer a diversidade das circunstâncias sociais, materiais, culturais que o abarcam (VELASCO, 2006; GUIMARÃES, 2005).

Assim, a delimitação por faixa etária já não é determinante para falar dos jovens, pois existem circunstâncias em que ela começa muito cedo, como, por exemplo, no caso do trabalho infantil. Outros fatores também implicam essa condição, como o crescimento da expectativa de vida²⁰, que faz com que essa fase da vida se amplie e chegue aos 29 anos de idade, conforme aponta a Organização Internacional da Juventude (OIJ) (VELASCO, 2006), ou até mesmo abarque a faixa de 16 a 34 anos de idade (POCHMANN, 2007).

Compreendem-se então as juventudes também como categoria sociopolítica. Pensar nas juventudes requer pensar qual é o lugar dos jovens no cenário atual a partir de diferentes ângulos: como sujeito político, social e/ou cultural. Ao mesmo tempo, é preciso romper com a visão do jovem como salvador da humanidade ou como ameaça à ordem social²¹. Ou, em outras palavras, é necessário pensar a juventude enquanto campo/área do conhecimento e superando a lógica da ordem/desvio e reposicionando o jovem como sujeito social, portanto, como sujeito interventor nos rumos políticos da sociedade (BARBIANI, 2007).

²⁰ Ao longo do século XX, a expectativa de vida ao nascer cresceu significativamente no Brasil. Praticamente dobrou de 33,4 anos para 63,5 anos para o homem e de 34,6 anos para 70,9 anos para a mulher (POCHMANN, 2007).

²¹ Como no caso dos adolescentes em conflito com a lei, principalmente quando observado o tratamento dado pela mídia a estes, conforme será trabalhado no capítulo 3 desta dissertação.

Em realidade, os jovens devem ser compreendidos dentro de uma estrutura social (classe, gênero, políticas, gerações, etc.), das experiências sociais (estilo, afetos, imagens, signos, etc.), da interligação de ambas com a família, das condições sociais e representações culturais. Ou seja, os jovens estão vinculados aos contextos sócio-históricos, produto das relações de força de determinada sociedade. Desse modo, não é apenas a faixa etária que varia, mas também a condição de ser jovem:

É nesse processo, onde tempo e movimento adquirem “roupagem” própria, que os jovens assumem/conquistam (ou não) a condição de sujeitos “juvenis”. Essa noção nos remete à ação e à experiência dos jovens em cenários, práticas, mercados, políticas que o mundo adulto convencionou chamar de esfera pública [...] (BARBIANI, 2007 p. 143).

No pano de fundo está a concepção de sociedade de classes e suas disparidades sociais, políticas, étnicas, raciais, migratórias, junto a profundas desigualdades na distribuição de recursos, aspectos que condicionam a alteração do jovem em cada setor social. Muitos autores chegam a mencionar que a condição de juventude está quase reservada às classes média e alta, já que estas acessam com maior frequência a educação superior, bem como o lazer e o acesso ao consumo (BARBIANI, 2007).

Desse modo, é fundamental verificar aspectos relacionados às juventudes, sobretudo, àquela que se encontra em situação de vulnerabilidade social, compreendida como a situação decorrente da pobreza, da privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos e outros) e/ou fragilização dos vínculos afetivos-relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiência, entre outras) (BRASIL, 2004). Uma vulnerabilidade de massa, que deixa de atingir somente os assistidos ou desfilados, tornando-se um risco que afeta a condição do trabalho enquanto tal, ou seja, a maioria da população, seja ela do campo ou da cidade (CASTEL, 1998), neste caso, especificamente, os jovens.

Observa-se ainda que a juventude engloba a etapa do desenvolvimento humano denominado adolescência. Esta abarca a faixa etária dos 12 aos 21 anos

de idade, segundo o Sistema de Atendimento Socioeducativo²², e pode ser compreendida como:

[...] etapa evolutiva peculiar ao ser humano. Nela culmina todo processo maturativo biopsicossocial do indivíduo. Por isto, não podemos compreender a adolescência estudando separadamente aspectos biológicos, psicológicos, sociais ou culturais. Eles são indissociáveis e é justamente o conjunto de suas características que confere unidade ao fenômeno da adolescência (OSÓRIO, 1992 p. 10).

Conceituar a adolescência torna-se então extremamente complexo, ao se considerar as divergências teóricas que abarcam o tema (já que as diversas áreas que abordam a temática analisam-na sob diferentes aspectos – psicologia, sociologia, antropologia, medicina, etc.). No entanto, pode-se partir de um consenso: a adolescência tem início na puberdade, fase na qual se iniciam mudanças orgânicas que transparecem no corpo. É considerando esse aspecto que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) define juridicamente a infância (0 a 12 anos) e a adolescência (12 a 18 anos)²³ (TRASSI, 2006).

Desse modo, o ECA define adolescência etariamente, englobando os sujeitos que tenham entre 12 e 18 anos incompletos e, excepcionalmente, as pessoas entre 18 e 21 anos de idade²⁴. O mesmo estatuto assegura o direito à Profissionalização e à Proteção ao Trabalho, sobretudo na disposição dos artigos 60 a 69. Isto é, nesse Estatuto está garantida uma legislação especial aos adolescentes. Aos menores de 14 anos é proibido qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, e tendo-lhe assegurada bolsa de aprendizagem. Já aos maiores de 14 anos são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários. Também devem ser observados os aspectos quanto à condição peculiar de sujeitos em desenvolvimento, bem como a capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho (BRASIL, 1990).

Para garantir formação profissional e o acesso aos direitos oriundos do trabalho, tem-se então uma legislação específica, que considera os adolescentes

²² Ver item 2.1.2.

²³ Dadas essas transformações societárias em curso, pode-se questionar a delimitação etária acerca do que se considera juventudes, bem como a adolescência. As mudanças nos padrões de inserção produtiva das últimas décadas, que tendem a retardar a entrada dos jovens no mundo do trabalho, ou até mesmo, como no caso do trabalho infantil, antecipar, interferem nessa limitação. Reitera-se então a imprecisão conceitual que abarca o tema, bem como a utilização, por parte da pesquisadora, da faixa etária imposta pela legislação nacional. Concomitantemente, problematiza-se a validade dessa delimitação mediante esse cenário.

²⁴ Nos casos expressos em lei.

sujeitos na peculiar condição de pessoas em desenvolvimento²⁵. Nessa perspectiva, revela-se que a adolescência atualmente tem sido percebida como uma importante fase da vida, na qual ocorrem transformações físicas e psicossociais. Isto é, não incorpora apenas dimensões físicas ou psíquicas, mas também dimensões sociais, culturais, toda uma forma de se ver e ver o mundo.

Na linha do tempo, a vida das pessoas é marcada por etapas, sejam elas sinalizadas pelo desenvolvimento biológico, por ritos sociais, por determinações de ordem objetiva, por tudo isto e muitas outras variáveis históricas ou circunstanciais conectadas. Quando nos referimos ao desenvolvimento endócrino do púbere não quer dizer que consideramos exclusivamente os aspectos orgânicos como definidores, mas este é um fato inegável, comprovado e produz alterações importantes na vida da pessoa. Estas alterações poderão ser maximizadas ou minimizadas, em seus efeitos de conduta, dependendo dos ritos sociais que cercam esta passagem [...] A pobreza, por exemplo, poderá implicar que este aspecto, o biológico, deixe de ser significativo porque independentemente dele, o sujeito deverá ingressar na vida adulta, o trabalho, como provedor da renda familiar – uma função destinada aos adultos, em nossa sociedade (TRASSI, 2006 p. 212).

Consideram-se, então, as condições e as vivências dos sujeitos para dirigir-se à adolescência. Para aqueles que dependem de estratégias de ganhos para garantir a sobrevivência sua e/ou de sua família, identifica-se um processo de “adulterização precoce”. Já quando esse período da vida se estende para além do que é convencionalmente socialmente, e há um tardio ingresso no mundo do trabalho, fala-se em “adolescência terminal” (TRASSI, 2006). Além disso, aspectos anteriormente abordados referentes às juventudes, como o aumento na expectativa de vida, também interferem nesse processo.

Esse período da vida humana é considerado uma fase conturbada da vida, marcada por conflitos geracionais, sobretudo em relação às normas estabelecidas, bem como pela intensa aproximação com o grupo de iguais e vivências extrafamiliares, em que o meio social exerce importante influência ao adolescente (TEJADAS, 2007).

²⁵ O reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direito é resultado de um processo historicamente construído, marcado por transformações ocorridas na sociedade, no Estado e na família. A palavra sujeito pressupõe a concepção da criança e do adolescente como pessoa autônoma e íntegra dotada de personalidade e vontade própria, que, na sua relação com o adulto, não pode ser considerado como ser passivo, devendo participar das decisões que lhe dizem respeito, sendo considerada em conformidade com suas características e seu grau de desenvolvimento (BRASIL, 2006)

Na teoria, adolescência pode ser descrita como uma etapa do ciclo de vida caracterizada pelo 'desprendimento', num movimento gradual de afastamento do núcleo familiar de origem em direção ao mundo da escola, do bairro e da sociedade. Assim, a referência do grupo de colegas sobrepõe-se ao mundo da família e dos adultos e constitui aspecto fundamental para o processo gradativo de identificação e diferenciação em relação ao outro, para a construção de relações afetivas, amorosas e de amizade, bem como para o amadurecimento e entrada no mundo do trabalho e na vida adulta (BRASIL, 2006 p. 28).

A partir desse amadurecimento esperado, dar-se-ia a inserção profissional do sujeito no mundo do trabalho. No entanto, as transformações societárias em curso acabam incidindo diretamente nesse processo, incorporando novas dimensões.

O contexto atual sugere mudanças quanto à aceleração do tempo, sendo difícil precisar quando passado, presente e futuro. A sociedade oferece meios pelos quais os acontecimentos são apresentados em tempo real, onde a interpretação dos fatos apresenta junto à sua descrição. Essa aceleração do tempo traz ainda mais dificuldades ao processo vivenciado na adolescência, quanto à perda do corpo e da identidade infantis, na medida em que o tempo para elaboração do presente torna-se escasso (TEJADAS, 2007 p. 75).

A aceleração do tempo vivenciado pelos sujeitos em geral interfere diretamente no modo e na condição de vida dos jovens e acaba sendo consequência da aceleração do tempo de giro da produção, que acarreta, por sua vez, acelerações paralelas na troca e no consumo. Os sistemas aperfeiçoados de comunicação, juntamente com a racionalização nas técnicas de distribuição, possibilitam a circulação das mercadorias em maior velocidade. Tem-se, dessa forma, a mobilização da moda em mercados de massa, que acarretam transformações tanto no consumo como no estilo de vida e nos espaços de recreação (músicas, atividades de lazer, etc.) (HARVEY, 1993).

Acentua-se “a volatilidade e efemeridade de modas, produtos, técnicas de produção, processos de trabalho, idéias e ideologias, valores e práticas estabelecidas” (HARVEY, 1993, p. 258). Ganham ênfase nesse processo a instantaneidade e a descartabilidade. Esses aspectos acabam por significar mais do que jogar fora os bens produzidos, mas também descartar valores, estilos de vida, relações pessoais, modos de ser e agir, etc. (HARVEY, 1993).

A sociedade dos descartáveis se mantém como um sistema produtivo manipulando até mesmo a aquisição dos chamados “bens de consumo duráveis” que necessariamente são lançados ao lixo. É um tipo de produção desenvolvida pelo capitalismo avançado como um meio de perpetuação do ciclo vicioso (MÉSZÁROS, 2006).

Juntamente com essas características, tem-se a chamada “Sociedade do Espetáculo”²⁶. Espetáculo compreendido como a afirmação da aparência e a declaração da vida humana como simples aparência. Nessa sociedade onde a economia reina, “o espetáculo é o capital em tal grau de acumulação que se torna imagem” (DEBORD, 1997 p.25). É o lugar onde a estética triunfa sob a ética, e ampliam-se valores como o individualismo, a descartabilidade e a instantaneidade.

A partir desse cenário, a dificuldade de projetar o futuro, de construir a identidade, de alguma forma pode conduzir os jovens a uma perda de sentido, a um vazio existencial que compromete a sociabilidade, uma vez que a construção de projeto coletivos é muito abalada frente ao fortalecimento do individualismo (TEJADAS, 2007).

Além disso, os delineamentos da sociedade contemporânea vêm intensificando a transformação dos jovens em objetos de mercado. Ou seja, nesse cenário existe uma fenomenal proliferação de modelos de consumo para a juventude que, normalmente, são importados dos padrões de consumo dos países desenvolvidos. Há uma padronização de necessidades e valores, o que alimenta o mito de igualdade de oportunidades (BARBIANI, 2007), caracterizando a nova desigualdade, na medida em que, aparentemente, todos têm acesso ao consumo. Porém, as discrepâncias de oportunidade de acesso a direitos e a riqueza socialmente produzida são mantidas (MARTINS, 1997). Pode-se exemplificar essa situação com a impossibilidade da maioria da população em adquirir os produtos originais das grandes e famosas marcas –como *Nike*, *Adidas*, *Puma*. O acesso a esses produtos se dá por meio de um mercado paralelo, de produtos falsificados, o que gera tanto a possibilidade de acesso da população quanto à geração de renda para quem revende.

²⁶ Ver DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

Contudo, nesse contexto, conforme explicitado no item 2.1, o trabalho continua sendo considerado como referência e como meio de inserção social. No entanto, o atual estágio de desenvolvimento capitalista faz com que a inserção do jovem no mercado de trabalho torne-se mais difícil. Problematiza-se então como um jovem construirá suas perspectivas para o futuro, se este é incerto:

[...] a juventude é um dos segmentos sociais mais afetados pelo recrudescimento da questão social e suas novas configurações na contemporaneidade. [...] é um momento do ciclo da vida demarcado por profundas transformações e, ao mesmo tempo, de estruturação de rumos e perspectivas. Nesse sentido, torna-se vulnerabilizada, pois as perspectivas da sociedade como um todo se encontram em xeque [...] (TEJADAS, 2007 p. 75).

Assim, “cada vez mais o ‘trabalho’ passa a ser elemento central de integração social do indivíduo e, contraditoriamente, a dificuldade de acessá-lo a nova formulação da questão social” (TEJADAS, 2007 p. 83). Assim, muitos jovens revelam-se vulnerabilizados devido ao difícil acesso aos direitos, como educação, saúde, habitação e trabalho. Este último mostra-se revelador, na medida em que situações de pobreza, analfabetismo e violência constituem fatores que contribuem para a falta de expectativa dos jovens brasileiros. Os jovens passam a desacreditar no trabalho como condição de mobilidade e ascensão social²⁷ (VELASCO, 2006).

Questiona-se, a partir dessa realidade, o que o Estado vem desenvolvendo em termos de políticas públicas para esses jovens. Mesmo com a quantidade populacional que as juventudes representam no Brasil²⁸, elas não constituíram o foco principal de políticas públicas no decorrer da história, encontrando-se à margem destas. Somente a partir dos anos de 1990 é que entram para a agenda pública, não somente no país, mas no mundo inteiro. A partir desse momento histórico, os jovens passaram a ser considerados sujeitos de direito²⁹, devido às suas condições de

²⁷ De acordo com pesquisa realizada pela Organização das Nações Unidas, por meio do UNICEF, no ano de 1999, os jovens brasileiros encontravam-se em segundo lugar no *ranking* do pessimismo. Sete em cada dez jovens brasileiros acreditavam que não iriam ter condições de viver e trabalhar melhor do que seus pais (POCHMANN, 2000). As condições de inserção no mercado de trabalho agravaram-se ao longo dos anos que prosseguem, o que leva a crer que possivelmente essa taxa de pessimismo dos jovens continue estável ou que tenha se elevado

²⁸ Conforme será demonstrado no capítulo 3 desta dissertação.

²⁹ Também se desenvolveram discussões acerca da criança e do adolescente como sujeitos de direito, o que acaba por contribuir no debate sobre a juventude. Ver SARAIVA, João Batista Costa.

vulnerabilidade, em razão das transformações societárias incluindo as mudanças no mundo do trabalho anteriormente referidas.

A partir dos anos 1990, as políticas voltadas aos jovens passam a ser voltadas àqueles que estão excluídos do mercado formal de trabalho. Nos países latino-americanos, programas voltados para a capacitação ao emprego foram financiados por organismos internacionais. “Esse enfoque, de cunho marcadamente economicista, percebia o jovem como ‘capital humano’, contribuinte, portanto, quanto ao desenvolvimento econômico” (TEJADAS, 2007 p. 103).

O jovem passa então a ser inserido na política pública para o trabalho como público-alvo, já que vem ampliando as estatísticas do desemprego. As transformações ocorridas no mundo do trabalho acabam por interferir diretamente nesse processo, já que se tem um momento de modificação na forma e organização da produção, que exige um menor número de trabalhadores.

O resultado da tardia orientação neoliberal no Brasil, efetivamente na década de 1990, manifesta-se nas transformações no mercado de trabalho e nas relações de trabalho. O ajuste que ocorreu através da terceirização, do crescimento de empregos rotativos e de baixa qualidade e pela intensificação da informalização, histórica no país, fizeram, então, agravar fatores que já relegavam especificidades e complexidade aos problemas ligados às Políticas de Trabalho no Brasil (VELASCO, 2006 p. 194).

Passam-se a se desenvolver no país políticas focalizadas, e criam-se alguns programas de formação e qualificação profissional voltadas especificamente para os jovens pobres^{30 31}. Nesses programas, prevalecem a qualificação e a educação para cidadania e para o empreendedorismo. Porém, elas não garantem a inserção dessa juventude no mercado de trabalho. Isto é, não deixam de ser considerados exemplos de focalização, na medida em que não invertem o movimento de desestruturação do mercado de trabalho, o aumento do desemprego, do dessalariamento e da precarização das ocupações (VELASCO, 2006).

Adolescentes em conflito com a lei: da indiferença à proteção integral: *Uma abordagem sobre a responsabilidade penal juvenil*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Ed., 2005.

³⁰ Ver capítulo 3 desta dissertação.

³¹ Compreende-se pobreza como um fenômeno multidimensional, que compreende aspectos como carência de renda, não usufruto aos bens, aos serviços e à riqueza socialmente produzida, envolvendo também o plano “espiritual”, no campo dos direitos, das possibilidades e alternativas (YAZBEK, 2001).

A qualificação aparece como um dos requisitos fundamentais para a inserção em um mercado marcado pelo modelo de produção flexível e acaba por remeter ao indivíduo a organização das condições necessárias para inserir-se e manter-se no mercado de trabalho.

Desse modo, manifesta uma tensa e contraditória relação, pois, ao mesmo tempo em que pretende criar condições favoráveis à inserção do jovem no mercado de trabalho, tende à individualização [...]
[...] individualizam as relações sociais no trabalho, transferindo ao trabalhador as consequências de sua contratação, demissão, nível salarial, responsabilizando-o [...]
[...] Dados de avaliação têm revelado como na pós-qualificação o jovem é deixado à própria sorte, já que a entrada e a permanência no mercado de trabalho ainda se encontram débeis [...] (VELASCO, 2006 p. 196).

O sucesso ou o fracasso a partir da qualificação acaba por ser retribuído totalmente ao jovem, não questionando a estrutura que cria condições desfavoráveis para a sua inserção produtiva.

Diante das transformações atuais da economia brasileira, as alternativas ocupacionais do jovem estão distantes, cada vez mais, dos setores modernos da economia e associadas geralmente aos segmentos de baixa produtividade e à alta precariedade do posto de trabalho (POCHMANN, 2000 p. 55).

As ocupações autônomas, nesse cenário, e a formação para o chamado empreendedorismo aparecem como alternativas. No entanto, têm sido insuficientes para absorver o número de jovens que ingressam no mercado de trabalho anualmente. Desenvolve-se então o mito de que a educação e a qualificação por si só garantiriam e seriam os únicos requisitos para o acesso dos jovens e de toda a população ao mundo do trabalho.

Diante das novas tecnologias que caracterizam o desenvolvimento da reestruturação produtiva, a educação vem sendo reformulada a partir do final do século XX e início do século XXI. Novos desafios são postos diante de uma realidade de inovações tecnológicas e informacionais. Surgem novos analfabetos, que são excluídos do mercado de trabalho, por desconhecerem essas novas tecnologias e pela exigência cada vez maior do novo modelo de organização

empresarial oriundo das novas formas de produzir e de organizar o trabalho e, conseqüentemente, da própria sociedade.

Embora não exista um modelo pronto e acabado, percebe-se que nas economias avançadas, existe um forte esforço dirigido à melhora da qualidade do ensino, através da introdução de programas de facilitação da aptidão, de modernização dos sistemas educacionais e da adaptação às mudanças tecnológicas, com equipamentos e amplo material de informática (POCHMANN, 2000 p.25).

Já em países em desenvolvimento, como o Brasil, a realidade de baixa escolaridade por parte da população jovem³² acaba por se tornar praticamente incompatível com os objetivos de incorporar plena e universalmente os jovens aos avanços tecnológicos e informacionais³³. O funil das escolas brasileiras acaba por se transformar em um produtor e reproduzidor das desigualdades³⁴ (POCHMANN, 2000).

A escolarização como único requisito para a inserção das juventudes no mundo do trabalho revela-se um mito, pois, conforme observado, a escola por si só não garante trabalho, é “cínica porque culpa a vítima por ser pobre e por ter baixa escolaridade e mascara a estrutura social de desigualdade” (FRIGOTTO, 2007, p. 211 e 212).

A educação ainda permanece como um requisito para o ingresso no mercado de trabalho; no entanto, não é o único. Não é somente a partir dela que se garantirá

³² Segundo o último Censo realizado em 2000, existe uma taxa de analfabetismo no Brasil de 13,3%, composta por sujeitos acima dos 15 anos (disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/tabela3.shtm>. Acesso em 25/03/2009). Além disso, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que avalia o desempenho das escolas atribuindo uma nota de zero a 10, possui: a) nos anos iniciais da Educação Fundamental, conceito 4,2; b) nos anos finais da Educação Fundamental, 3,8; c) no Ensino Médio, 3,5 (2007). O IDEB nos países desenvolvidos possui a nota média 6 (disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/Site>. Acesso em: 25/03/2009).

³³ “No Brasil, a ineficiência do ensino é ainda agravada pela grande repetência escolar, bem como pelo despreparo nas condições objetivas de práticas gerais do ensino (infra-estrutura, professores, material didático, biblioteca, etc.)” (POCHMANN, 2000 p. 26).

³⁴ Nessa via destaca-se ainda que, como será abordado no capítulo 3 desta dissertação, a baixa escolaridade e a evasão escolar são realidades da grande parte dos adolescentes em conflito com a lei no Brasil. Ou seja, a manutenção dos jovens na escola carece de investimentos, já que o incentivo à educação não deve apenas representar a oferta de vagas, mas precisa envolver também outros aspectos como a própria concepção pedagógica utilizada no ensino. Além disso, a qualificação dos professores, a articulação com a rede de atendimento disponível na comunidade próxima e o próprio envolvimento da família e da comunidade são essenciais para que as escolas se tornem instituições de apoio social (TEJADAS, 2007).

à juventude vulnerabilizada o sucesso na sua inserção no mercado de trabalho e na trajetória de vida dos sujeitos (POCHMANN, 2000). As condições atuais do mundo do trabalho e das formas de gerar e organizar a produção fazem com que o desemprego aumente para todas as faixas etárias e até mesmo, conforme explicitado no item 2.1, para os sujeitos com qualificação profissional, configurando uma das expressões da nova pobreza.

Sendo assim, o desemprego está presente em todas as faixas etárias a partir da constituição do modo de produção capitalista no Brasil, sendo marca atual do mercado de trabalho no país. Contudo, o funcionamento do mercado de trabalho é desfavorável ao jovem. Com o excedente de mão de obra no mercado, este encontra piores condições de competição em relação aos adultos (menor experiência, menos qualificação), tendo que assumir postos muitas vezes de qualidade inferior aos dos adultos, com menores salários e jornadas mais extensas (POCHMANN, 2000; VELASCO, 2006).

Como se sabe, a *performance* geral da economia de um país repercute direta e indiretamente no volume total do emprego da mão-de-obra, especialmente para ocupações juvenis. Quando há decréscimo da produção tende a ocorrer em geral, a diminuição do nível de ocupação, especialmente no caso dos jovens. Na situação inversa, ou seja, quando ocorre expansão da produção, há, na maior parte das vezes, aumento do nível do emprego, sendo mais favorável à contratação de trabalhadores adultos do que à de jovens. Por esse motivo o desemprego do jovem tende a ser tradicionalmente superior ao do adulto (POCHMANN, 2000 p. 72).

O ingresso do jovem no mercado de trabalho ruma, diante da carência de emprego, para uma situação de segregação ocupacional e reforço de novas condições de produção e reprodução da marginalidade social dos jovens. Além disso, essa inserção representa direta e indiretamente as condições prévias da vida familiar, quanto a raça, origem geográfica (meio urbano ou rural) e condições socioeconômicas³⁵ (VELASCO, 2006).

Desse modo, as condições que contribuem para a inserção ou não do jovem no mercado de trabalho se devem à atuação do mercado, por meio de uma procura de vaga ou do próprio exercício do trabalho. Já o que leva um jovem a não trabalhar

³⁵ Não se objetiva, diante dessa constatação, afirmar um determinismo a respeito do futuro dos jovens. No entanto, é inegável que essas condições possivelmente favoreçam a manutenção da situação de vulnerabilidade em que se encontram.

está diretamente ligado à renda familiar e aos programas públicos de garantia de renda (POCHMAMN, 2000).

Esse cenário é então marcado pela grande invisibilidade desses sujeitos nas políticas sociais destinadas à juventude, diluída nas propostas universais, e lembrada a partir dos “problemas sociais” que pode causar, como violência, uso de drogas, atos infracionais, remetendo a programas pontuais e desarticulados (TEJADAS, 2007). Nesse processo, a juventude desempregada, sem uma rede de proteção social, acaba exercendo qualquer atividade para sobreviver.

Neste sentido a juventude vê-se vulnerabilizada, exposta, necessitando encontrar sentido, o que, muitas vezes, ocorre por meio da inserção em grupos que se utilizam da violência como meio de se afirmarem e buscarem reconhecimento (TEJADAS, 2007 p. 79).

Tendo em vista essas condições, o próximo subitem pretende discorrer acerca dos aspectos relacionados aos adolescentes em conflito com a lei. Estes, para além da condição de jovens em desenvolvimento e de estarem muitas vezes em situação de vulnerabilidade social, cometeram ato infracional, o que, por sua vez, possivelmente dificulta ainda mais a sua inserção no mercado de trabalho.

2.1.2 O adolescente em conflito com a lei e as restrições à sua inserção no mercado de trabalho

O debate referente aos adolescentes em conflito com a lei remete a uma leitura crítica do cenário atual, com vistas a compreender quem são esses sujeitos e quais são as restrições enfrentadas por eles para o acesso ao mercado de trabalho.

Salienta-se que a Constituição Federal de 1988 e o ECA representam um avanço em relação aos direitos de cidadania para toda a população. Nessas legislações, o direito da criança e do adolescente deixa de ser considerado um direito do “menor” para se tornar um direito aos sujeitos em peculiar condição de desenvolvimento (SILVA, 2005).

Contudo, por mais que seja um grande avanço no que tange ao direito das crianças e dos adolescentes, a efetivação dos direitos promulgados pela

Constituição e pelo ECA não se deu e não se dá por completo. Nesse sentido, compreende-se a sociedade como um campo permeado de conflitos e interesses contraditórios, entre diferentes atores sociais, e que estão em permanente disputa. Assim, o instrumento legal, por mais que reflita a transformação e a vitória de determinado setor em favor dos direitos das crianças e dos adolescentes, não consegue alterar por si só a realidade (HECHLER, 2009)³⁶.

A Constituição Federal de 1988, que marca grandes avanços no que toca aos direitos sociais, civis e políticos, introduz um novo modelo de gestão e execução das políticas sociais públicas, indo ao encontro do princípio de universalidade e igualdade de direitos. O ECA, tendo em vista esse mesmo viés, introduz a Política da Proteção Integral, pautada em princípios e diretrizes internacionais de direitos humanos para crianças e adolescentes, concebendo esse segmento com prioridade absoluta³⁷.

Outras mudanças importantes relativas à implantação do ECA dizem respeito à participação da sociedade como um todo – considerando sempre suas contradições, limites e possibilidades de cada espaço – na busca pela efetivação desse estatuto. Tanto o Estado quanto a família e a comunidade possuem responsabilidade para com a população infanto-juvenil, a partir da constituição de conselhos de direito das crianças e dos adolescentes, da descentralização do atendimento – agora municipalizado – e da delimitação da competência da ação do Judiciário, restrito aos casos de infração da lei.

No entanto, concomitantemente a esse avanço, esses direitos foram construídos nos marcos do ideário neoliberal.

³⁶ As políticas sociais desenhadas a partir desse novo marco legal, ao mesmo tempo em que respondem às necessidades da classe trabalhadora, a partir das manifestações de resistências desta, também são empregadas como mecanismos do Estado e do modo de produção capitalista para responder a essas demandas. Isto é, as políticas sociais públicas também são instrumentos de cooptação e de amenização do conflito de classes (HECHLER, 2009).

³⁷ No Brasil, uma ampla trajetória foi percorrida até que crianças e adolescentes fossem reconhecidos como sujeitos de direito. Destaca-se que, durante o período da ditadura militar, foram instituídas duas legislações significativas: a Política Nacional de Bem-Estar do Menor, Lei nº 513 de 1964, e o Código de Menores, Lei nº 6697, de 1979. Ambas possuíam como foco uma parcela de crianças e adolescentes, aquelas consideradas pobres, em situação irregular. Não havia distinção entre as diferentes questões que as atingiam. O abandonado, o carente e o infrator eram tratados da mesma forma. Era comum recorrer a internatos, instituições de reclusão que eram comumente localizadas em regiões afastadas dos centros urbanos. No que se refere à intervenção do Estado, esta ocorria de forma centralizada e verticalizada, emanando da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) as diretrizes para atenção a esses sujeitos. Foi somente na década de 1970 que alguns movimentos começam a questionar o paradigma da “Situação Irregular” (TEJADAS, 2007).

Ocorre que foi uma conquista obtida tardiamente nos marcos do neoliberalismo, nos quais os direitos estão ameaçados, precarizados e reduzidos, criando um impasse na 'cidadania de crianças', no sentido de tê-la conquistada formalmente, sem, no entanto, existir condições reais de ser efetivada e usufruída (SILVA, 2005 p 36).

Assim, mesmo com a normatização da Constituição Federal e do ECA, esses direitos não foram efetivados por completo. Relembra-se, desse modo, que esse estatuto somente garante as possibilidades, constituindo-se em instrumento de pressão (ROSA, 2001). Isto é, esse campo não está finalizado e acabado, já que as possibilidades garantidas pelo ECA são dificultadas em um cenário em que prevalece o Estado mínimo para as políticas sociais.

O ECA se baseia no princípio de que todas as crianças e adolescentes, sem distinção, gozem dos mesmos direitos e sujeitem-se a obrigações compatíveis com a peculiar condição de desenvolvimento que desfrutam (SARAIVA, 2005). Traz consigo o princípio da prioridade absoluta, já definido pela Constituição Federal. Reafirma em seu artigos 4º³⁸ e 86 e levanta diretrizes para políticas públicas que priorizem crianças e adolescentes. É nesse sentido que o Sistema de Garantia de Direitos é construído, com eixos de estruturação – promoção, controle e defesa³⁹ –, envolvendo diferentes objetivos e atores sociais, mas que ao mesmo tempo se interconectam, em prol da efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Esse Sistema de Garantia de Direitos da criança e do adolescente envolve então a busca da garantia do acesso aos direitos por meio das políticas públicas, tendo como base a Constituição Federal, que incorpora em seu sistema de proteção social o tripé de saúde, previdência e assistência. Desse modo, o eixo da promoção dos direitos da criança e do adolescente busca impulsionar o princípio da criança e

³⁸ “Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária” (BRASIL, 1990).

³⁹ Eixos que compõem o Sistema de Garantia de Direitos: 1) promoção: atendimento direto dos direitos por meio de políticas públicas, tendo como responsáveis os Conselhos de Direito, Conselhos Setoriais e Entidades de Atendimento (Educação, Saúde e Assistência Social); 2) controle: vigilância do cumprimento da Constituição Federal e do ECA, sob a responsabilidade da sociedade civil; fóruns, sindicatos, entidades de classe; 3) defesa: responsabilização pelo não atendimento, pelo atendimento irregular ou pela violação de direitos, tendo como atores responsáveis o Judiciário, o Ministério Público, a Secretaria de Segurança, a Secretaria de Justiça, a Defensoria Pública, os Conselhos Tutelares e os Centros de Defesa. Saliencia-se que esses três eixos devem estar interligados, tendo em vista a responsabilização do Estado no seu papel regulador e garantidor de direitos (HECHLER, 2009).

do adolescente como prioridade absoluta, a partir da execução de políticas de saúde, educação, segurança, habitação e assistência social, entre outras⁴⁰.

Refere-se ainda, nesse campo, a importância da promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em 1993, que se caracteriza por ser uma política social pública na busca pela supremacia dos direitos sociais sobre as exigências econômicas, por direitos universais, e pela igualdade de acesso. Além disso, destaca-se a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2005. Neste último, o caráter da transversalidade com as demais políticas sociais básicas como educação e a saúde⁴¹, bem como a articulação de serviços, é uma inovação importante, tendo como projeção a garantia de direitos.

Porém, a concretização do Sistema de Garantia de Direitos das crianças e dos adolescentes, advindos da Constituição Federal e do ECA, tem enfrentado diversos limites. Entre eles, pode-se citar novamente o direcionamento teórico neoliberal de que o Estado vem fazendo uso para a implementação das políticas sociais, resultando em políticas focalizadas, bem como no deslocamento das expressões de desigualdade da questão social – que se acirram – do campo político para a filantropia. Assim, ao mesmo tempo em que se promulgam políticas universalizantes e democratizantes no plano legal, desenvolvem-se políticas e programas pontuais e focais em que os direitos sociais como dever do Estado passam a ser encarados a partir de um discurso clientelista e paternalista⁴², que desloca a responsabilidade do Estado para a sociedade civil⁴³.

⁴⁰ O artigo 87 do ECA discorre acerca das políticas de atendimento às crianças e aos adolescentes: “I- Políticas Sociais básicas; II- Políticas e Programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitem; III- serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão; IV- serviço de identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos; V- proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente” (BRASIL, 1990).

⁴¹ Destaca-se que, no que tange ao Sistema de Garantia de Direitos, a articulação com as demais políticas públicas é fragilizada. As escolas públicas, de um modo geral, sofrem com a falta de estrutura e qualidade do ensino, assim como os espaços de lazer como praças, locais para a prática de esportes também estão defasados. O acesso à saúde de qualidade também é questionável, além da ausência de políticas que atendam aos interesses das juventudes.

⁴² O clientelismo e o paternalismo fazem parte da herança histórica do Brasil, principalmente no que se refere à construção dos direitos sociais. Sobre essa temática, ver: Carvalho, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: O longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

⁴³ Sobretudo no que se refere ao crescimento de organizações não governamentais que passam a ser executoras de algumas políticas sociais. Ver item 3.3.2.

A violência, nesse contexto, aparece como expressão de como as relações sociais são organizadas, de como o capitalismo foi construído e se perpetua no país. É refração da exploração, dominação e opressão, “mas não é somente força pura, é também ideologia e sutileza” (SALES, 2007 p. 59). Violência que, embora seja estruturalmente produzida pelas classes mais privilegiadas, não constitui seu “bem” exclusivo. Reproduzida pelas mais diversas classes sociais, tende, porém, a ser associada de forma reducionista e invertida, pelo senso comum, aos pobres e miseráveis, vistos como “classes perigosas” e de onde emanam os “maus elementos” (SALES, 2007).

O ato infracional cometido por adolescentes acaba aparecendo somente como expressão mascarada da violência, como crime a ser punido.

O crime é a face mais descarada da violência. Acaba se constituindo numa cortina de fumaça, desviando a atenção da opinião pública de suas determinações. Por exemplo, uma criança ou adolescente trabalhando como cortador de cana na zona rural não é visto como objeto de violência, afinal, ‘é melhor trabalhar do que assaltar! (me assaltar)’. O trabalho precoce das crianças é apenas uma faca da ‘naturalização’ da violência, neste complexo tecido social (ROSA, 2001 p. 182).

O cometimento do ato infracional, visto somente como crime a ser punido, mascara a violência estrutural: a violência do não acesso aos direitos e pela fragilidade do Sistema de Garantia de Direitos diante do cenário atual:

Infelizmente, as principais problemáticas que afligem crianças e adolescentes, e seus familiares (mortalidade infantil, mortes violentas, trabalho infantil, exploração sexual e conflito com a lei) tendem a aparecer para a opinião pública como *icebergs*, isolados do contexto mais geral em que vivem e sobrevivem milhões de cidadãos privados do acesso a bens de consumo e da distribuição de riquezas (SALES, 2007 p.89).

Nesse sentido, tem-se a chamada criminalização da pobreza. O contexto que propicia a retirada do Estado em relação ao sistema de direitos, corroborando a ideia de um Estado mínimo, acompanha a fundamentação de um Estado máximo de repressão e investimento em políticas que, se não pautadas na prevenção e no enfrentamento das situações de vulnerabilidade social, agravam a situação social dos que passam pelo sistema de justiça, inferindo às políticas penais um caráter criminógeno (WACQUANT, 2001).

Observa-se que o desenvolvimento das políticas sociais no contexto neoliberal muitas vezes é reduzido à questão de polícia, de repressão, bem como às questões de condutas individuais⁴⁴, o que caracteriza o sistema penal a partir da década de 1970 nos Estados Unidos (WACQUANT, 2001).

A formação do Estado Penal configura-se por meio dos investimentos nessa área, de forma a serem deslocados recursos de outras áreas para a manutenção do Estado repressivo. “O aumento dos orçamentos e do pessoal destinados ao sistema carcerário, só foi possível ao se amputarem as somas destinadas às ajudas sociais, à saúde e à educação” (WACQUANT, 2001, p. 88). A expansão do aparato policial e penal traz consigo uma substancial contribuição à criação de postos de trabalho na vigilância dos rechaçados do mundo do trabalho. Desse modo, enquanto há uma diminuição da atuação do Estado na área social, amplia-se o financiamento do Estado Penal, tornando-se nítida a utilidade que o sistema prisional atinge, ou seja, políticas focalizadas de combate à pobreza, interligadas ao encarceramento dos pobres (JARDIM, RITTER, 2008).

Os adolescentes pobres sofrem duplamente com essa realidade. Por um lado pela própria condição de adolescentes, sujeitos em desenvolvimento, conforme o próprio ECA afirma. Por outro, pela sua condição de pobreza, não tendo acesso aos seus direitos nem mesmo ao consumo, uma das marcas da sociedade atual.

Para os jovens advindos das classes populares, o projeto de vida é permeado pela carência e pela falta de acesso aos direitos fundamentais. A inserção social é buscada de forma imediata, por meio do trabalho, do cometimento do ato infracional, da solicitação de esmolas, entre outros (ROSA, 2001).

A população brasileira enfrenta, entre outros problemas, o desemprego, um salário mínimo que não garante o mínimo para a sobrevivência e, sobretudo, uma política de segurança pública que, com seus métodos violentos e discricionários, instaura medo e insegurança. Essas determinações estão na gênese da problemática do adolescente autor de prática infracional (ROSA, 2001 p. 184).

⁴⁴ O crime por parte da classe marginalizada passa a ser encarado como condições pessoais, ou seja, centrando-se na (não) adaptação do indivíduo à sociedade. Tal fator não significa que a pobreza seja a grande responsável pela criminalidade, ou que só os pobres e excluídos cometam delitos, mas sim, que configuram a classe social vulnerável ao processo de exclusão e à sanção do Estado Penal (JARDIM, RITTER, 2008).

Dados esses fatores, quando adolescentes cometem um delito, aos olhos da sociedade tornam-se marginais, e a característica de sujeitos em desenvolvimento lhes é retirada. Nesse contexto, a questão da imputabilidade penal é trazida à tona, sobretudo pela mídia, que tende a dar um caráter sensacionalista à questão (ROSA, 2001). O cometimento do ato infracional ganha caráter de espetáculo, na busca de legislações mais rígidas para esses sujeitos⁴⁵.

O adolescente, ao cometer o ato infracional, ganha a visibilidade que até então não possuía, sobretudo no que diz respeito ao acesso aos direitos. Bem como afirmado anteriormente, o ECA não discorre sobre políticas públicas para crianças e adolescentes, apenas as referencia para aqueles que cometeram ato infracional. Assim, esses jovens ultrapassam a dimensão de invisibilidade social, para a chamada a visibilidade⁴⁶ perversa (SALES, 2007).

No Brasil, a violação de direitos trivializou-se, a agressão é quase um capricho, a violência compara-se a frivolidades, o homicídio rotinizou-se. O mais desanimador é que dizê-lo também banalizou-se. Na mídia os heróis quase sempre são violentos; as heroínas vão pelo mesmo caminho, desde Nikita. Nas vilas e favelas, a rapaziada do movimento associa armas e violência a virilidade, masculinidade e virtude pessoal. O cardápio das cenas consagradoras do valor individual inclui o assalto, a agressão, o encontro da esquina em que o menino invisível pede socorro recorrendo à arma (SOARES, 2005 p. 240).

Diversos aspectos relacionados ao cometimento do ato infracional, juntamente com as condições expostas sobre as transformações societárias em curso, devem ser considerados. Esse ato infracional possui inúmeras determinações, não sendo possível atribuí-lo somente a um único fator

⁴⁵ O Código Penal brasileiro, em seu artigo 27, afirma que “os menores de 18 anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas em legislação especial”. Aspecto reafirmado no ECA, sendo que, abaixo dos 18 anos, a conduta descrita como contravenção penal ou crime se constitui em ato infracional, partindo do pressuposto de que crianças e adolescentes estão na peculiar condição de sujeitos em desenvolvimento. No entanto, comumente o rebaixamento da maioridade penal para 16 anos ou 14 anos é apresentado como solução para a violência urbana. Essa visão é reforçada ganhando apoio de amplos segmentos sociais, sobretudo, em decorrência do aumento do sentimento de insegurança da população frente à ineficácia do Estado no combate à criminalidade (ROSA, 2001).

⁴⁶ A visibilidade aparece na modernidade em três dimensões: como condição humana, relacionada ao acesso aos direitos de cidadania; como fetiche, associado ao império da moda; e como mecânica de um poder que seduz, controla e vigia pelo olhar (SALES, 2007).

desencadeante. Os aspectos estruturais, relacionados ao contexto social mais amplo, às oportunidades de vida e ao acesso aos direitos; os aspectos subjetivos e familiares, relacionados à constituição da identidade e à socialização do sujeito; bem como aspectos comunitários relacionados ao grupo de iguais, no qual o adolescente está vinculado e outras estruturas sociais que contribuam quanto à constituição da identidade, devem ser considerados (TEJADAS, 2007).

A questão da (in)visibilidade demonstra esse aspecto heterogêneo do cometimento do ato infracional. A pobreza que traz consigo a indiferença e a invisibilidade demonstra isso.

Por força da projeção de preconceitos ou por conta da indiferença generalizada, perambulam invisíveis pelas grandes cidades muitos jovens pobres [...] Um dia um traficante dá a um desses meninos uma arma. Quando um desses meninos nos parar na esquina, apontando-nos esta arma, estará provocando em cada um de nós um sentimento – o sentimento do medo, que é negativo, mas é um sentimento. Ao fazê-lo, saltará da sombra em que desaparecera e se tornará visível. A arma será o passaporte para a visibilidade (SOARES et. al, 2005 p. 215).

O sujeito, que até então não era visto, impõe-se perante a sociedade. “Quem desfilava sua soberba destilando indiferença, agora submete-se à autoridade do jovem desconhecido” (SOARES, 2005 p. 216). Reconhecimento, valorização do “ter”, valores perpetuados pela própria sociedade capitalista, são dimensões associadas à prática do ato infracional. Nesse sentido, “há uma fome mais funda que a fome, mais exigente e voraz que a fome física: a fome de sentido e de valor; de reconhecimento e acolhimento; fome de ser” (SOARES et. AL., 2005 p. 215). Ou seja, aspectos relacionados ao acesso aos direitos básicos, como alimentação e moradia, mesmo que perpassem essa problemática, não são os únicos elementos que a envolvem.

A sociedade dos descartáveis (HARVEY, 1993; MÉSZÁROS, 2006), a aceleração da produção, o aumento da tecnologia, advindas da necessidade acumulativa do capital, acabam por gerar novas necessidades, nas quais determinados bens se diferenciam de outros. Nesse aspecto, podem-se citar como exemplo as marcas dos produtos. Determinadas marcas são utilizadas por determinada classe social e representam prestígio e condições de adquirir determinado produto. Jovens de todas as classes e idades são seduzidos

diariamente pela mídia para consumir esses produtos como forma de adquirir um suposto prestígio social.

Dependendo das características de personalidade da criança bem como suas experiências diárias, a mídia pode satisfazer necessidades diferentes e também se constituir em uma forma de violência simbólica que permeia o imaginário social, com signos e símbolos associados a personagens, marcas e produtos, que passam a ser adquiridos ou utilizados como modelos para a obtenção de um status ou identidade e senso de pertencimento ao grupo (SANTOS; GROSSI, 2005 p. 117).

No entanto, como se sabe, nem todos possuem condições financeiras para adquirir todos os produtos expostos pela mídia. Assim, muitas vezes o cometimento do ato infracional não está relacionado à condição de o jovem, por exemplo, não ter um tênis para calçar, mas sim por ele não ter aquele determinado tênis que gostaria de usar.

Concomitantemente, o uso de armas e a ligação com o tráfico de drogas, muitas vezes, em algumas comunidades, aparecem de forma mitificada pelos e para os jovens. Estes relacionam as expressões da violência com o poder, o respeito e o pertencimento ao grupo.

Ainda que por motivos ilusórios e passageiros, a violência dá prazer, fortalece a auto-estima, proporciona a fruição do respeito e da admiração que advém do pertencimento a um grupo, permite o acesso ao desejo das gurias (e dos guris), garante ingresso na festa hedonista do consumo (SOARES, 2005 p. 241).

Nesses processos, os adolescentes em conflito com a lei que ingressam no sistema de aplicação de medidas “protetivas” relacionadas ao cometimento do ato infracional, em geral, vivenciam então uma realidade permeada pela invisibilidade e também por desejos de visibilidade e projeção social. Comumente, esses sujeitos têm a exposição midiática de suas vidas e trajetórias como “contramodelos”, sendo levados eventualmente à condição de espetáculo quando suas ações expressam-se coletivamente associadas à violência (SALES, 2007).

Acrescenta-se a essa discussão a questão dos estigmas trazidos pela condição de jovens pobres e autores de ato infracional.

A situação de miséria vivida por grande parte da população brasileira se avoluma com intensidade espantosa. As crianças e os adolescentes que são excluídos do acesso aos seus direitos básicos, além de todos os problemas que enfrentam em relação à satisfação de suas necessidades básicas, ainda carregam vários estigmas, sendo reconhecidos como 'menor', 'pivete', 'malandro', 'trombadinha', 'abandonado', 'carente', etc. [...] (ROSA, 2001 p. 183).

Estigmas possivelmente contribuem para a crença de que a inserção desses sujeitos no sistema privativo de liberdade ou o cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto são soluções para a questão da violência. Além disso, esses estigmas podem contribuir para a não inserção desses sujeitos no mercado de trabalho.

Para além do estigma, pode-se referir também como restrição ao mercado de trabalho a baixa escolaridade que comumente acompanha esses jovens; a pouca ou nenhuma qualificação para o trabalho; bem como as condições adversas, já que outros jovens, na mesma idade, frequentam escolas particulares ou faculdades, tendo, portanto, as condições para a inserção no mercado de trabalho. Além disso, a própria condição em que estão – inseridos ou egressos do sistema privativo de liberdade ou em cumprimento de medida socioeducativa – pode contribuir para o não acesso ao trabalho.

Então, os fatores anteriormente descritos – como a invisibilidade, o uso da violência como passaporte para a visibilidade, bem como a falta de perspectivas futuras desses jovens – colaboram para um possível desinteresse destes em trabalhar, até porque, em muitos casos, o retorno econômico desse trabalho não se equipara ao rendimento proporcionado pelo ato infracional, principalmente quando esses jovens se inserem no tráfico de drogas, trabalho ilícito que garante acesso rápido aos bens de consumo desejados por esses adolescentes, que são maciçamente expostos à publicidade como forma de se sentirem pertencentes e aceitos na sociedade. Essa realidade faz com que a comparação entre os rendimentos dos trabalhos lícito e ilícito seja perversa. No entanto, essa relação faz-se necessária para que se possa refletir sobre a sociedade de consumo e os valores, bem como a estrutura do sistema capitalista.

Desse modo, como já referido, trata-se de jovens que comumente não tiveram seus direitos fundamentais garantidos. No entanto, o Estado não prevê especificamente políticas voltadas para essa etapa da juventude, exceto em relação

ao adolescente autor de ato infracional (TEJADAS, 2007). Ou seja, os adolescentes acabam por não ter seus direitos garantidos, e quando a expressão dessa situação vem à tona mediante a violência (como vítimas ou autores) é que esse sistema é acionado por meio das medidas socioeducativas⁴⁷.

Em sendo assim, tem-se a chamada socioeducação designada aos adolescentes autores de ato infracional, que engloba uma série de possibilidades de medidas a serem dedicadas aos jovens⁴⁸. Busca-se, desse modo, romper com o aspecto meramente punitivo e considerar as necessidades pedagógicas desses sujeitos. Assim, aquelas destinadas aos adolescentes autores de ato infracional⁴⁹ são: I) advertência; II) obrigação de reparar o dano; III) prestação de serviços à comunidade; IV) liberdade assistida; V) inserção em regime de semiliberdade; VI) internação em estabelecimento educacional (BRASIL, 1990).

Cabe neste estudo explicitar as medidas de prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida e internação em estabelecimento educacional, já que elas são orientadas a parte dos sujeitos pesquisados. A primeira diz respeito à prestação de tarefas gratuitas de interesse geral, por um período de no máximo seis meses, em jornada semanal de no máximo oito horas, respeitando as aptidões dos adolescentes, bem como a frequência à escola (BRASIL, 1990).

Já a liberdade assistida visa acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente em um prazo mínimo de seis meses. Por intermédio de um orientador – apoiado e

⁴⁷ Como já referido, a compreensão acerca da criança e do adolescente modifica-se no decorrer da história. No Brasil, até a promulgação do ECA, crianças e adolescentes pobres eram considerados “menores”. Carentes, abandonados e infratores recebiam os mesmos tratamentos. A partir do ECA, a punição aos adolescentes autores de ato infracional se dá por meio de aplicação de medidas socioeducativas. Cabe destacar que as formas de se punir e de compreender essa punição também variam de acordo com o momento histórico: “[...] numa economia servil, os mecanismos punitivos teriam como papel trazer mão-de-obra suplementar [...]; com o feudalismo, e numa época em que a moeda e a produção estão pouco desenvolvidas, assistiríamos a um brusco crescimento dos castigos corporais [...]. Mas como o sistema industrial exigia um mercado de mão-de-obra livre, a parte do trabalho obrigatório diminuiria no século XIX nos mecanismos de punição, e seria substituída por uma detenção com fim corretivo” (FOUCAULT, 1987 p. 27).

⁴⁸ Refere-se que a responsabilidade penal dos adolescentes transitou por três etapas na América Latina. A primeira é a etapa do tratamento penal indiferenciado (século XIX até 1919), que se caracterizava por considerar os menores de dezoito anos praticamente da mesma forma que os adultos. A segunda diz respeito à etapa de caráter tutelar, que separava os adolescentes dos adultos. Já a terceira diz respeito à responsabilidade penal dos adolescentes, representando uma ruptura com as etapas anteriores (MENDEZ, 2000). Contudo, considera-se que todas essas etapas estão presentes e em permanente disputa na sociedade. As propostas de redução da maioridade penal são um exemplo claro dessa disputa.

⁴⁹ “Art. 103. Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal” (BRASIL, 1990).

supervisionado por autoridade competente –, busca promover socialmente o jovem e sua família, bem como, se necessário, encaminhá-los e inseri-los em programas de auxílio e assistência social. Também engloba o acompanhamento escolar do adolescente e o incentivo de sua profissionalização e inserção no mercado de trabalho (BRASIL, 1990).

A medida de privação de liberdade caracteriza-se pelos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Só poderá ser imposta quando se tratar de ato infracional cometido mediante a grave ameaça ou violência à pessoa; pela reincidência no cometimento de infração grave e por descumprimento injustificável de medida anteriormente imposta. Esta medida não pode exceder o prazo máximo de três anos, sendo que a sua manutenção deve ser reavaliada a cada seis meses (BRASIL, 1990).

Contudo, parte da literatura especializada realiza críticas na perspectiva de que as medidas socioeducativas possuiriam um caráter essencialmente punitivo. A medida de prestação de serviço à comunidade representaria, desse modo, a realização de tarefas gratuitas de interesse de terceiros. Assumiria significado de controle correcional, já que aquele que se beneficiar da medida (sejam escolas, hospitais, ONGs, etc.), bem como a sociedade em geral, olharão o destinatário com o estigma do cumprimento de uma determinação judicial originada do descumprimento da norma. Além disso, essa medida se assemelharia à pena restritiva de direitos regulamentada no Código Penal em seu artigo 46 e nos artigos 149 e 150 da Lei de Execução Penal, que dispõem sobre a prestação de serviços à comunidade (KONZEN, 2005):

Assim, num exercício de mera imaginação, se dois co-autores de um mesmo delito, um com 16 e outro com 18 anos de idade por ocasião da prática do ilícito, restar aplicada a ambos a prestação de serviço à comunidade, ao imputável maior de idade àquela prevista no Código Penal [...], e ao imputável socioeducativo àquela preconizada no Estatuto da Criança e do Adolescente, havida como medida restritiva de direitos, não se saberá, *a priori*, ante compleições físicas assemelhadas, quem é o cumpridor de sentença penal e quem é o que cumpre a sentença socioeducativa (KONZEN, 2005 p. 48).

A medida de liberdade assistida prevê a submissão do destinatário a um regime de acompanhamento, auxílio e orientação. O termo assistida entende que os adolescentes não necessitam estar em permanente estado de controle e vigilância, e sim que são sujeitos em desenvolvimento que necessitam de apoio ou assistência para o exercício de sua liberdade. Concomitantemente, caso o adolescente deixe de cumprir as condições da sentença ou recomendação do orientador, poderá ter substituída essa medida por outra, como a privação de liberdade. Isto é, a liberdade assistida não deixaria de representar a restrição da liberdade e, sendo sentenciada juridicamente, poderia representar para o destinatário recriminação pela infração. Nela, outra pessoa interfere nas relações familiares e no modo de viver do adolescente. Poderia, assim, representar principalmente constrangimento e aflição na esfera emocional do jovem a que se destina (KONZEN, 2005).

A medida de privação de liberdade representa a institucionalização do jovem, com ruptura da vida familiar e do convívio comunitário. Nela, o jovem deve submeter-se à regra, ao modo de vida ditado pelo dirigente da instituição ou por seus pressupostos, voltados para a disciplina e a manutenção da ordem.

Em nossa sociedade os sistemas punitivos devem ser recolocados em uma certa economia política do corpo: ainda que não recorram a castigos violentos ou sangrentos, mesmo quando utilizam métodos suaves de trancar ou corrigir, é sempre do corpo de que se trata – do corpo e de suas forças, da utilidade e da docilidade delas, de sua repartição e de sua submissão (FOUCAULT, 1987 p. 27 e 28).

A privação da liberdade dos jovens representa, para além da perda da individualidade – em que as crenças e os valores de cada sujeito passam a ser substituídos pelas regras da instituição –, a utilização dos corpos em um campo político de utilidade econômica. O mercado de trabalho, assim como a ordem social, requer sujeitos obedientes e submissos. “Constitui-se a institucionalização em fenômeno oficial e proposital de exclusão, tudo em nome da paz social e da segurança da sociedade” (KONZEN, 2005 p. 50).

Porém, não se pode deixar de referir a perspectiva contraditória das medidas impostas aos adolescentes. Ao mesmo tempo em que representam a responsabilidade penal de adolescentes, o caráter socioeducativo não pode ser

ignorado. Responsabilidade penal que não deixa de ter seu significado social, já que pode representar um componente de acesso a um direito de cidadania dos próprios adolescentes (não deixando de considerar que estes, muitas vezes, não possuem seus direitos garantidos) (MENDEZ, 2000).

Ao mesmo tempo, considera-se que a pena, ou a medida socioeducativa no caso dos adolescentes, não é vingança porque o Estado não é um indivíduo envolvido, moral e emocionalmente, nos casos objeto de sua intervenção institucionalizada. Não é pedagógica porque ninguém aprende sendo humilhado. E não é psicoterapêutica porque o limite que a pena representa não corresponde a dinâmicas psicológicas voltadas para a valorização dos sujeitos individuais (SOARES, 2005 p. 220). A pena ou a medida socioeducativa, nesse cenário, responde à necessidade que a sociedade tem de inibir comportamentos refratários ao pacto de convivência, legitimado nas leis. Para o sujeito sobre o qual se aplica, não tem nenhum valor (SOARES, 2005).

Desse modo, a contradição das medidas socioeducativas está exatamente em suas faces da responsabilização penal juvenil e socioeducativa, que se dá em um contexto de imposição ao adolescente. Na prática, percorrem-se caminhos diversos, indo da exacerbação do viés punitivo à do viés tutelar. Nesse sentido, “configura-se um grande desafio constituí-las verdadeiramente responsabilizadoras e socioeducativas” (TEJADAS, 2007 p. 61).

A partir desse viés, destaca-se a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) em 1991 e, posteriormente, a criação do Sistema Nacional Sócio-Educativo (SINASE) em 2004. Ambos reafirmam a natureza pedagógica das medidas socioeducativas sustentada nos princípios de direitos humanos. Nesse sentido, ambos buscam a efetivação do Sistema de Garantia de Direitos das crianças e adolescentes, com interface com as demais políticas sociais.

O SINASE é orientado pelas normativas nacionais (Constituição Federal de 1988 e ECA) e internacionais das quais o Brasil é signatário (Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, Sistema Global e Sistema Interamericano dos Direitos Humanos: Regras Mínimas das Nações Unidas para Administração da Justiça Juvenil – Regras de Beijing –, Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade). Possui como princípios básicos: respeito aos direitos humanos; responsabilidade solidária da família, da

sociedade e do Estado pela promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes; adolescente como pessoa em condição peculiar de desenvolvimento, sujeito de direitos e responsabilidades; prioridade absoluta para a criança e o adolescente; legalidade; respeito ao devido processo legal; excepcionalidade, brevidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento; incolumidade, integralidade física e segurança; respeito à capacidade do adolescente de cumprir a medida, às circunstâncias, à gravidade da infração e às necessidades pedagógicas do adolescente na escolha da medida, com preferência pelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; incompletude institucional, caracterizada pela utilização máxima de serviços na comunidade, responsabilizando as políticas setoriais no atendimento dos adolescentes; garantia de atendimento especializado para adolescentes com deficiência; municipalização do atendimento; descentralização político-administrativa mediante a criação e a manutenção de programas específicos; gestão democrática e participativa na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis; co-responsabilidade no financiamento do atendimento às medidas socioeducativas; e mobilização da opinião pública no sentido da indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade (SINASE, 2004).

Nesse panorama, observa-se que o SINASE é uma política pública que visa à inclusão do adolescente em conflito com a lei, correlacionando-se com os diferentes campos das políticas sociais e públicas (Sistema Único de Saúde – SUS; Sistema Único de Assistência Social – SUAS; Sistema Educacional e Sistema de Justiça e Segurança Pública). A partir da interface com as demais políticas, tem-se a exigência da responsabilização dos jovens, bem como a busca pela satisfação de direitos a que muitas vezes não tiveram acesso. Assim, os sistemas de políticas de saúde, educação, trabalho, assistência, previdência, cultura, esporte e lazer são essenciais para a efetivação da proteção integral destinada a todos os adolescentes (SINASE, 2004).

Contudo, destaca-se também o que pode ser considerado uma crise de interpretação e implementação do ECA e, conseqüentemente, das próprias medidas socioeducativas. A primeira é de caráter político-cultural que caminha ao subjetivismo e à descricionalidade. Considera-se nesse sentido que o ECA representa uma “revolução cultural” no campo infanto-juvenil. Ao mesmo tempo em

que visa à ruptura com as “más” práticas autoritárias, repressivas e criminalizadoras da pobreza, visa também à ruptura com as “boas” práticas, as tutelares compassivas. Já a chamada crise de implementação diz respeito ao baixo investimento financeiro para com as políticas sociais (MENDEZ, 2000) – reflexos do Estado Penal em detrimento do Estado Social.

Dentro das interpretações do ECA que realizam práticas de caráter tutelar, refere-se a própria inserção dos adolescentes em conflito com a lei no mercado do trabalho. Inserção essa que, na maioria dos casos, se dá de forma precária, a partir de atividades com baixas remunerações, que não se articulam com as demais políticas sociais (política de educação, saúde, assistência social, habitação, entre outras) e que se esconde atrás de um discurso de gerar oportunidades e inclusão social desses jovens. E que também trazem à tona o viés meritocrático – que caracteriza o desenvolvimento das políticas sociais no Brasil (COUTO, 2006), já que, para ter acesso aos direitos, os jovens devem trabalhar, condicionando o seu desenvolvimento biopsicossocial a sua própria atuação, desconectado de um contexto mais amplo.

Tendo em vista tais considerações, sobretudo o que se refere à crise de interpretação do ECA e que esta dissertação visa estudar o mercado de trabalho para os jovens e adolescentes em conflito com a lei, questiona-se o sentido da inserção no mundo do trabalho para esses jovens.

Por se tratar de jovens que foram mutilados em sua existência, o caminho de volta é tortuoso, demorado e nem sempre bem-sucedido. De imediato, a inclusão na escola ou a inclusão no trabalho não lhes são mais atrativas (FRIGOTTO, 2007 p. 210).

Problematizam-se a partir disso os motivos pelos quais esses jovens devem trabalhar para ter acesso a seus direitos, bem como ao consumo, enquanto aqueles que provêm de classes sociais mais elevadas podem garantir sua qualificação profissional e ingressar mais tarde no mundo do trabalho. No entanto, mesmo com essa questão, existem formas alternativas para esses jovens que têm suas possibilidades reduzidas ao acesso formal no mercado de trabalho. Entre elas, cita-se a Economia Solidária como possibilidade de geração de trabalho e renda.

2.2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Foram muitas as transformações no mundo do trabalho oriundas do processo de reestruturação do capital, de políticas respaldadas em orientações neoliberais, que acarretaram, por sua vez, a precarização das relações e condições de trabalho, bem como o aumento do desemprego no Brasil. Nesse cenário, como uma das alternativas à geração de trabalho e renda, ressurgem⁵⁰ a partir da década de 1980, no Brasil, o associativismo⁵¹ e o cooperativismo⁵² entre os trabalhadores, sendo designados atualmente como Economia Solidária (ES)⁵³.

Sob a denominação de Economia Solidária, expressão desconhecida muitas vezes pelos seus próprios integrantes, abriga-se um leque diverso de

⁵⁰ Ressurge, pois existem registros de experiências fundadas no trabalho coletivo no Brasil desde o ano de 1610, com a fundação das reduções jesuíticas no estado do Rio Grande do Sul. Além disso, em 1932 surge a primeira Legislação Cooperativista do Brasil (GOERCK, 2006). No entanto, é a partir das transformações oriundas do processo de reestruturação produtiva que essas experiências ganham maior expressão no país. A Economia Solidária se diferencia do cooperativismo tradicional na medida em que apresenta em suas bases teóricas um discurso crítico frente ao modo de produção capitalista.

⁵¹ Associativismo é o processo pelo qual uma ou mais pessoas e/ou grupos reúnem-se de forma regular, mas não necessariamente contínua, para tratar de demandas comuns. É um processo fundado na pluralidade e que busca um consenso sobre as divergências, em que os resultados do que é decidido se pautem por princípios éticos, que visem à igualdade entre os sujeitos (ALBUQUERQUE, 2003).

⁵² O cooperativismo corresponde às associações autônomas de pessoas que se unem por vontade própria e constituem uma empresa de propriedade comum para satisfazer suas necessidades sociais, culturais e econômicas. Possuem como valores a ajuda mútua, a democracia, a solidariedade, a participação e a autonomia (SHMIDT; PERIUS, 2003).

⁵³ O desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil deu-se, sobretudo, a partir do desemprego, que se agrava a partir da década de 1990. Em 1991, assessores sindicais apoiam operários que se apossam da massa falida da empresa que anteriormente lhes empregava, constituindo uma cooperativa de produção, garantindo os postos de trabalho até então ameaçados pelo desemprego. Após três anos, nasce a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e de Participação Acionária (Anteag), fundada por diversas empresas autogestionárias com essa mesma origem (SINGER, 2003). O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) também se destaca dentro da história da Economia Solidária no Brasil. O MST se caracteriza por organizar os moradores do campo, e posteriormente também da cidade, que desejam se integrar à economia mediante a obtenção de terra improdutiva em latifúndios, que pela lei podem ser expropriadas e redistribuídas. Além disso, organiza diferentes tipos de cooperativas, com vistas a viabilizar economicamente os assentamentos. Frente à situação de desemprego estrutural e ampliação das desigualdades, surge também o movimento da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, que mobilizou milhões de pessoas, entre os anos de 1992 e 1994, no Brasil. A campanha visou, além da assistência emergencial, com a doação de alimentos, à geração de empregos, ultrapassando as formas tradicionais de assistencialismo (LECHAT, 2004). Decorrentes desse movimento surgiram, nos anos 90, as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP), pertencentes principalmente a Universidades, e que se dedicam à organização, em cooperativas de produção ou de trabalho, da população mais pobre, dando-lhes apoio administrativo, jurídico e formação sociopolítica, entre outros.

empreendimentos econômicos e solidários (EES), podendo ser associações para autoconsumo até grupos de trabalhadores que assumem empresas falidas. Para dimensionar essas experiências coletivas, em 2003 o Governo Federal instituiu a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (LECHAT, et al 2007).

A Senaes definiu um conjunto de características que podem identificar grupos de Economia Solidária como organizações: coletivas e suprafamiliares, cujos participantes são trabalhadores dos meios urbano e rural que exercem a autogestão das atividades e do destino dos seus resultados; permanentes; que disponham ou não de registro legal; que realizem atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito, de comercialização e de consumo solidário; que realizem atividades econômicas permanentes, ou seja, a razão de ser da organização; e que sejam singulares ou complexas. Dessa forma, podem ser consideradas as organizações de diferentes graus ou níveis, desde que cumpridas as características acima identificadas (SENAES, 2009).

2.2.1. Concepção e princípios

A Economia Solidária diz respeito a uma formulação teórica de um modo de fazer economia que implica comportamentos sociais e pessoais novos, tanto no que se refere a produção e a organização das empresas, como nos sistemas de destinação de recursos, de bens e serviços e nos mecanismos de consumo e distribuição (RAZETO, 1993).

Seu conceito se refere às organizações de produtores, poupadores, consumidores, prestadores de serviço, etc., que diferem dos demais empreendimentos por duas especificidades: estimulam a solidariedade entre seus membros mediante a prática da autogestão e praticam a solidariedade para com os trabalhadores em geral, com ênfase aos mais desfavorecidos (SINGER, 2003).

A Economia Solidária possui como princípios a cooperação, a autogestão, a solidariedade, o desenvolvimento sustentável e a valorização do trabalhador. Tem como orientação valores que incorporam as dimensões culturais, étnicas e ecológicas da sustentabilidade do desenvolvimento, visando a um processo de

emancipação⁵⁴ que incorpore a produção, a distribuição e a preservação dos recursos naturais e sociais (SENAES, 2009).

No que tange ao princípio de cooperação, salienta-se que a cooperação entre os homens possui um caráter ontológico. Esta compreende “a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes” (MARX, 1989 p. 374). Isto é, a cooperação significa a unidade entre os homens, que planejam e produzem conjuntamente. Entre os trabalhadores, esse princípio representa a força coletiva, que difere da soma das forças individuais, já que o homem coopera visando a objetivos comuns, como produzir mais em menor tempo (MARX, 1989).

A cooperação na dimensão da Economia Solidária engloba então união de esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária à vida humana (SENAES, 2009).

A autogestão é caracterizada pelo envolvimento de todos os trabalhadores na gestão de um empreendimento. Caracteriza-se pela tomada de decisões em assembleias em um curto prazo de tempo quando o empreendimento solidário é pequeno, ou em assembleias gerais quando é grande. É eleita pelos sócios uma diretoria, coordenadores, encarregados ou gestores. As instruções devem fluir de baixo para cima, representando um movimento contrário ao das empresas capitalistas. Assim, a autoridade maior se dá na assembleia, na qual todos os sócios decidem os caminhos a serem seguidos. Dessa forma, além de o trabalhador cumprir suas tarefas, ele deve preocupar-se com os problemas gerais da empresa (SINGER, 2002).

As práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho incorporam as definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses. Nesse contexto, os apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria, não devem substituir nem impedir o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação (SENAES, 2009).

⁵⁴ Emancipação no contexto da Economia Solidária diz respeito ao “processo ideológico e histórico de libertação de comunidades políticas ou de grupos sociais, da dependência, da tutela e da dominação nas esferas econômicas, sociais e culturais. Emancipar-se significa livrar-se do poder exercido por outros, conquistando, ao mesmo tempo, a plena capacidade civil e de cidadania no Estado democrático de direito” (CATTANI, 2003 p. 130).

Em relação ao princípio da solidariedade, destaca-se que este pode se dar em três formas: altruísmo (auxílio sem esperar contrapartida – organizações não governamentais e filantropia); lealdade (considerada promissora, visando a possíveis ganhos coletivos – algumas cooperativas e sindicatos); e reciprocidade (relação de troca) (SOBOTTKA, 2002). A partir dessas três dimensões, pressupõe-se que a solidariedade que se refere à Economia Solidária representaria uma relação de reciprocidade e lealdade. Desse modo, esse princípio compreende a justa distribuição dos resultados alcançados e as relações que os empreendimentos estabelecem com a comunidade local, bem como as relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório (SENAES, 2009).

O desenvolvimento sustentável significa a busca da conciliação entre o processo de desenvolvimento da sociedade e a manutenção do equilíbrio ambiental. Engloba o respeito ao meio ambiente, a justiça social, a viabilidade econômica e o respeito à diversidade cultural (MILANEZ, 2003). O desenvolvimento sustentável corresponde às necessidades das atuais gerações e não compromete a satisfação das necessidades das futuras. A Economia Solidária busca então a viabilidade econômica, permeada por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais.

A valorização dos trabalhadores está intimamente ligada aos demais princípios – que também se inter-relacionam. Na Economia Solidária, as oportunidades devem levar ao desenvolvimento de capacidades e à melhoria das condições de vida de seus participantes. Além disso, a preocupação com o bem-estar dos trabalhadores e consumidores deve ser presente nos empreendimentos, bem como o respeito aos direitos dos trabalhadores (SENAES, 2009).

Contudo, cabe ressaltar que a Economia Solidária, a partir dessas concepções e princípios, aparece como uma dimensão teórica de nível científico (RAZETO, 1993). A partir desses princípios referidos, a Economia Solidária não reproduziria em seu interior as relações capitalistas, pois as substitui por outras: autogestão, valorização do trabalhador, desenvolvimento sustentável, etc. Porém, ao mesmo tempo não elimina ou ameaça a reprodução do modo de produção capitalista, ao menos no horizonte da maioria dos empreendimentos estudados até o momento (GAIGER, 2003).

Diante dessa contradição, decorrente, sobretudo, da dialética entre a teoria e a prática, essas concepções e princípios, para alguns autores, representam “outro modo de produção” e uma alternativa ao sistema capitalista: “A Economia Solidária é ou poderá ser *mais do que mera resposta* à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar. Ela poderá ser o que em seus primórdios foi concebida para ser: *uma alternativa superior ao capitalismo*” (SINGER, 2002 p. 112). Porém, esse entendimento tende a não ser visto como problematizações ou hipóteses revisáveis, e sim como respostas seguras e tranquilizadoras, fazendo uso de posições e juízos definitivos (GAIGER, 2003).

Já para outros autores, representa uma iniciativa de construir práticas amenizadoras do não assalariamento, decorrente das transformações societárias em curso, para a subsistência de trabalhadores desempregados (BARBOSA, 2007):

O termo economia solidária já é em si objeto de controvérsia teórica na medida em que carrega duas imprecisões: uma, por supor segmentos diferenciados e autônomos de economia; outra por classificar a economia por uma categoria como a solidariedade, há muito tempo cara ao debate ético social e historicamente enraizado, mas profundamente questionável na sociedade capitalista [...] (BARBOSA, 2007 p. 21).

Diante dessa discussão teórica, o que se observa é que as práticas de Economia Solidária vêm demonstrando na maioria das experiências a não efetividade de suas dimensões cooperativa, autogestionária e solidária. Refere-se à dificuldade no desenvolvimento dos princípios da Economia Solidária, já que esta está inserida em um contexto em que se tem a hegemonia do modo de produção capitalista, e as relações sociais a partir dessa realidade se baseiam na individualidade, no consumismo e no espetáculo, conforme anteriormente referido. Ao mesmo tempo, a própria estabilidade e as condições de trabalho nesses empreendimentos solidários tornam-se ameaçadas⁵⁵.

⁵⁵ Ver BARBOSA (2007).

Sin duda, el apelo ideológico para fundamentar la unión solidaria es mucho fuerte, inequívoco y necesario. Sin embargo, ese apelo debe ser acompañado de un poco más de realismo, o sea, no se puede ingenuamente idealizar que esos movimientos estructurados en alguna de esas modalidades compongan una alternativa al modo de producción capitalista, o mismo que vengan a ser solución definitiva para los excluidos de los procesos formales (REIS; NASCIMENTO, 2008 p. 21)⁵⁶.

Dados esses fatores, a Economia Solidária por sua vez, em seu estágio de desenvolvimento atual, acaba por representar muitas vezes expressões de desigualdade da questão social, na medida em que incorporam relações e condições de trabalho precário. Sua realidade, dessa forma, não condiz com uma solução definitiva para as mazelas do sistema capitalista.

[...] as iniciativas solidárias vivem um momento de ebulição, ao mesmo tempo que de debilidade. A todo instante, surgem novas organizações de crédito, troca e consumo solidário, além de notícias de avanços nas que já existiam, gerando um ambiente pródigo em encontros e projetos de cooperativas de crédito, bancos populares, moedas sociais, redes de troca, etc. Entretanto, salvo poucas iniciativas de maior porte ou relativa maturidade, esses mecanismos são experimentais: valem por seu significado intrínseco, não pelo seu impacto (GAIGER, 2003 p. 2005).

Mesmo que essas iniciativas gerem trabalho e renda àqueles sujeitos em situação de vulnerabilidade social, não produzem impacto, tanto no que tange à economia de um modo geral como na efetiva melhora das próprias condições de vida dos trabalhadores. Estudos⁵⁷ vêm demonstrando a fragilidade dessas experiências e como elas geram renda ainda de forma incipiente.

Por outra via, cabe referir e problematizar que, diante do surgimento dos empreendimentos, em um cenário em que prevalecem a precarização do trabalho, a minimização do Estado e, conseqüentemente, a desregulamentação dos direitos sociais, os trabalhadores conseguem se organizar, mesmo que em condições

⁵⁶ Sem dúvida, o apelo ideológico para fundamentar a união solidária é muito forte, inequívoco e necessário. Contudo, esse apelo deve ser acompanhado de um pouco mais de realismo, ou seja, não se pode ingenuamente idealizar que esses movimentos estruturados em alguma dessas modalidades componham uma alternativa ao modo de produção capitalista, ou mesmo que venham a ser solução definitiva para os excluídos dos processos formais (tradução livre da autora).

⁵⁷ Existem estudos que aprofundam os conhecimentos relativos à Economia Solidária, demonstrando de forma mais densa como se dá essa contradição. Ver: NASCIMENTO (2009); GOERCK (2009); BARBOSA (2007).

precárias. Isto é, por mais que o capital se utilize dessas experiências e o próprio Estado fomenta-as de forma paliativa, não se pode negar a resistência dos próprios trabalhadores.

Nessa contradição, compreende-se então a Economia Solidária como algo dinâmico que acompanha o movimento histórico, não sendo possível condicionar o seu futuro. Quando se colocam as experiências de Economia Solidária apenas no patamar de “servidão ao capitalismo”, nega-se a capacidade de transformação dos sujeitos que as integram, reforça-se a centralidade do capitalismo, mesmo que esta seja inegável.

Assim, a efetividade de tais dimensões deve ser considerada a partir da realidade na qual estão inseridas essas experiências cooperativas e solidárias. Os aspectos e princípios da Economia Solidária devem ser entendidos como a expressão teórica de comportamentos tendenciais, e não como madura manifestação do que efetivamente existe na realidade (RAZETO, 1993).

2.2.2 As organizações solidárias como alternativas de inserção ao trabalho

A Economia Solidária aparece então como uma das alternativas para a geração de trabalho e renda. O desemprego estrutural faz com que parcela da população tenha que buscar outras formas de organização para garantir trabalho e renda. Além disso, pessoas que estão inseridas no mercado de trabalho formal ou informal acabam por utilizar essas experiências para incrementar seu rendimento. Assim, o seu desenvolvimento está associado ao desemprego e à precarização do trabalho (SINGER, 2002).

A Economia Solidária é então construída por iniciativas de natureza associativa ou cooperativa, envolvendo moradores que, em um determinado contexto, buscam a solução de problemas públicos concretos, relacionados à sua condição de vida cotidiana, por meio da criação de atividades socioeconômicas. A criação de empreendimentos econômicos e solidários se dá em função de demandas reais, expressas pelos sujeitos que vivenciam as expressões da questão social. Tal economia estimula, no local onde é desenvolvida, um circuito de relações

socioeconômicas que envolvem produtores/prestadores de serviços e consumidores/usuários de serviços (FRANÇA, 2007).

A realidade da Economia Solidária representa um campo de práticas em construção. Nesse sentido, no processo de geração de trabalho e renda, tem envolvido quatro grupos de atores ou instâncias organizativas que se inter-relacionam. O primeiro grupo é constituído pelos empreendimentos econômicos e solidários, que englobam práticas variadas. Por exemplo, as finanças solidárias envolvem experiências de bancos populares, cooperativas de crédito e bancos comunitários. Existem também iniciativas conhecidas como clubes de troca, que constituem uma categoria que poderia ser definida como “economia sem dinheiro”, já que se desenvolve a partir da oferta e troca de serviços e de bens de pessoas que não possuem recursos, mas podem oferecer algo aos potenciais consumidores (FRANÇA, 2007). Desenvolvem-se, do mesmo modo, associações de moradores que criam cooperativas de habitação, objetivando a construção da casa própria.

A Economia Solidária possui então um caráter heterogêneo, refletido na coexistência de cooperativas populares ou cooperativas de trabalhadores e produção; organização de trabalhadores que recuperam a massa falimentar de empresas e tentam criar um sistema de autogestão; bancos comunitários; e clubes de troca. Por meio dessa diversidade é permitido olhar para essas experiências a partir do âmbito de atuação de suas práticas e segundo o grau de institucionalidade dessas iniciativas. Isso permite distinguir práticas mais consolidadas, que envolvem um número mais significativo de pessoas e mobiliza recursos importantes, de outras iniciativas de menor porte, que estão na informalidade e enfrentam dificuldades quanto à sua sustentabilidade e ao nível de renda gerado (FRANÇA, 2007).

Outra categoria de atores presente na Economia Solidária são as entidades de apoio e fomento (EAF). Estas, como o próprio nome sugere, são dedicadas à assessoria dos grupos solidários. Tais entidades podem ser organizações não governamentais, bem como estruturas organizativas criadas nas universidades, ligadas a centros de pesquisa ou programas de extensão, sendo estas últimas as mais encontradas no Brasil. Prestam apoio e assessoria aos grupos, condição que costuma colocá-las como corresponsáveis, mesmo que temporariamente, do processo de gestão dos empreendimentos, objetivando a consolidação de seu processo de sustentabilidade (FRANÇA, 2007).

As entidades de apoio e fomento são organizações que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto junto aos empreendimentos, tais como capacitação, assessoria, incubação, assistência técnica, entre outros. São entidades ligadas à Igreja Católica, outras Igrejas, sindicatos e universidades, que difundem os princípios do cooperativismo, treinam os membros em autogestão, dão assistência técnica e na construção do relacionamento interno (SINGER, 2002).

O terceiro elemento diz respeito às formas de auto-organização política, ilustrada pelas redes e pelos fóruns de Economia Solidária. São dois modos de expressão de difícil distinção e que apresentam a tendência de se articularem. Assim, as redes dizem respeito a uma forma de organização mais evidente e antiga. Podem ser consideradas como um associativismo mais amplo, envolvendo certo número de experiências concretas de organizações de fomento e apoio que compartilham valores e regras comuns, possuindo certa independência em relação aos poderes públicos. Os fóruns são também espaços de reunião de atores, mas com uma dimensão mais ampla, pois supõem a participação conjunta dos sujeitos envolvidos na Economia Solidária com o poder público.

Destaca-se ainda a existência do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, de redes de produção e comercialização, organizações de representação de seus participantes, etc. Com isso, fortalecem-se as ações de elaboração coletiva e expressões de concepções e propostas, bem como de reorganização de fluxos econômicos, com vistas a fomentar os processos de produção, financiamento, desenvolvimento tecnológico solidário, intercâmbio, comercialização e consumo. Assim, a Economia Solidária ultrapassa a dimensão de iniciativas isoladas e insere-se em cadeias produtivas, redes e articulações com processos de desenvolvimento territoriais, indo ao rumo de uma articulação nacional⁵⁸ e latino-americana (SENAES/MTE, 2006).

E, por fim, um quarto componente envolve as políticas públicas de Estado. Foi criada em 2003 a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), juntamente com um conjunto de iniciativas governamentais que realizam uma série de programas de apoio e fomento à Economia Solidária. No âmbito federal, além da

⁵⁸ Salienta-se um avanço dessa realidade que envolve os Fóruns de Economia Solidária. Em 2002, eram apenas cinco estados participantes. A partir de 2006, os Fóruns Estaduais se fazem presentes nos 27 estados brasileiros (GOERCK, 2009).

SENAES, há um avanço significativo na participação de outros ministérios e órgãos governamentais, sobretudo na articulação com políticas de enfrentamento à pobreza, segurança alimentar, reforma agrária e agricultura familiar, educação de jovens e adultos, desenvolvimento urbano e territorial, ciência e tecnologia, meio ambiente e saúde mental, entre outros (SENAES/MTE, 2006). Por meio da SENAES, foi criado em âmbito nacional o programa de Economia Solidária em Desenvolvimento⁵⁹, que na atualidade é o principal programa designado à geração de trabalho e renda no Brasil.

Assim, na medida em que essas experiências dão possibilidades de gerar trabalho e renda aos sujeitos, sobretudo àqueles que estão à margem da sociedade, também são funcionais ao sistema capitalista e, apoiadas pelo Estado, acabam por atenuar os conflitos de classe, mantendo o *status quo* (GOERCK, 2009).

Destaca-se ainda o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento não está regulamentado ainda como um programa governamental permanente, o que possibilita que, quando o atual Governo Federal for substituído, tanto a SENAES como este programa podem ser extintos, já que não caracterizam uma política de Estado. Menciona-se como exemplo o que ocorreu no estado do Rio Grande do Sul, quando o então governador Olívio Dutra – PT – foi sucedido pelo governador Germano Rigotto – PMDB. Este último não deu continuidade em âmbito estadual ao Programa de Economia Popular Solidária, que havia sido criado pelo governo anterior (GOERCK, 2009).

Tendo em vista essas fragilidades e a contradição da própria Economia Solidária – como resistência dos sujeitos e como expressão de desigualdade, já que não há empregos formais para todos –, o envolvimento desses quatro elementos que se inter-relacionam torna-se essencial para a pressão na busca de direitos.

Concomitantemente, o desenvolvimento da Economia Solidária na forma em que ela se configura hoje pode representar o crescimento das condições precárias do mercado de trabalho atual, mediante experiências informais, e que possuem

⁵⁹ A Senaes e o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, apoiados pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE –, possuem como intencionalidade regulamentar um Novo Marco Legal, que, além de possibilitar a legalização de grupos informais transformando-os em associações e, principalmente, em cooperativas, objetiva criar uma legislação que possa incluir no sistema previdenciário brasileiro esses trabalhadores informais (GOERCK, 2009).

atividades que comumente são pouco remuneradas, como a reciclagem, e que ao mesmo tempo expressam a necessidade real e emergencial dos trabalhadores de gerar renda em um contexto em que não há ocupações formais disponíveis a todos. Contudo, trata-se de um horizonte que começa a desenhar-se como prática e aprendizado (FRANÇA, 2007).

Da mesma forma, a Economia Solidária pode englobar grupos sociais que têm suas possibilidades de trabalhar reduzidas devido a determinadas condições. Entre eles estão os deficientes físicos e sensoriais, os deficientes psíquicos e mentais, os dependentes químicos, os egressos do sistema penitenciário, os condenados a penas alternativas à detenção, bem como os adolescentes em idade apropriada ao trabalho e que se encontram em situação familiar difícil do ponto de vista econômico, social ou afetivo. Isto é, esses sujeitos, mesmo com possibilidades de inserção no mercado de trabalho limitadas, necessitam sobreviver e, para tanto, gerar trabalho e renda.

Entre esses sujeitos, estão os jovens que se deparam com uma dupla dificuldade. De um lado, o próprio contexto que limita a inserção no mercado de trabalho como visto no decorrer deste capítulo e, de outro, as condições biológicas, sociais, econômicas e/ou afetivas que acabam por reduzir ainda mais sua possibilidade de inserção.

A Economia Solidária aparece nesse cenário, então, como uma das alternativas para esses sujeitos para a geração de trabalho e renda. Tendo em vista a minimização do Estado em sua atuação no social, acarretada pela implantação de um modelo econômico respaldado no aporte teórico neoliberal, as políticas públicas para esse segmento ficam debilitadas, sobretudo no que diz respeito ao acesso ao trabalho assalariado.

Considerando esses aspectos, o próximo capítulo trabalhará os aspectos conjunturais dessa realidade, com vistas a visualizar esse cenário e compreender melhor os aspectos aqui tratados.

3 PANORAMA BRASILEIRO SOBRE O MERCADO DE TRABALHO PARA A JUVENTUDE

Como explicitado no capítulo anterior, entre as consequências dos processos de reestruturação produtiva, implantação de políticas respaldadas no aporte teórico neoliberal e globalização, estão o desemprego e a precarização das relações e condições de trabalho, que atingem diretamente todos os trabalhadores em idade adequada ao trabalho (acima de 16 anos).

Porém, a forma como se estrutura o mercado de trabalho é desfavorável aos jovens. Aspectos como o excesso de mão de obra no mercado e a baixa qualificação e experiência, bem como o desenvolvimento de novas tecnologias, contribuem para que esses sujeitos sejam automaticamente excluídos do mercado. Este passa então a absorver mão de obra qualificada até mesmo para ocupações de baixa complexidade laborativa.

Tendo como referência essas considerações, o presente capítulo objetiva discutir como se configura o mercado de trabalho para o jovem no Brasil, bem como para os adolescentes em conflito com a lei, tendo em vista que estes, em sua maioria, encontram-se em situação de vulnerabilidade social e também cometeram ato infracional, o que, para alguns desses sujeitos, significa a sua privação da liberdade e o desenvolvimento de estigmas – aspectos que dificultam ainda mais sua inserção. Além disso, busca-se trazer aspectos relacionados ao município no qual a pesquisa foi desenvolvida e as características da Economia Solidária, já que esta é apresentada como uma possível alternativa de geração de trabalho e renda para esses adolescentes.

3.1. MERCADO DE TRABALHO PARA O JOVEM

No Brasil, historicamente prevalecem profundas desigualdades sociais e econômicas que se refletem diretamente em todas as faixas etárias. No entanto, no que diz respeito aos jovens, essas desigualdades, quando relacionadas à inserção no mercado de trabalho, aprofundam-se na medida em que, como afirmado no capítulo 2 desta dissertação, o desemprego entre os jovens em idade adequada para trabalhar⁶⁰ tende a ser superior ao dos adultos (POCHMANN, 2000), sobretudo a partir da década de 1990, conforme será observado no decorrer deste capítulo.

Nesse sentido, importa ressaltar que, no decorrer do século XX, houve três movimentos relativos à inserção no mercado de trabalho entre os jovens. Até a década de 1930, a taxa de participação da juventude era crescente no mercado de trabalho. No início do século XX, a jornada escolar, o lazer e a aposentadoria eram privilégios de poucos. Parcela da população jovem, mais especificamente 4/5, possuía o tempo absorvido pelas longas jornadas de trabalho⁶¹ na produção agropecuária (POCHMANN, 2000).

Já a partir de 1930, quando o Brasil inicia a transição do modelo agroexportador para o urbanoindustrial⁶², novas formas de valorização do trabalho urbano surgem, sobretudo por meio da legislação trabalhista. Cabe destacar, no entanto, que historicamente o trabalho não foi valorizado pela sociedade brasileira, devido principalmente à forte herança escravista. No período anterior aos anos de 1930, o trabalho era remunerado com baixos salários e possuía jornadas de até dezesseis horas diárias (POCHMANN, 2000).

⁶⁰ Segundo o ECA, é proibido qualquer trabalho aos menores de 14 anos, salvo na condição de aprendiz.

⁶¹ No início do século XX, havia incorporação de crianças a partir de 6 a 7 anos de idade no trabalho (POCHMANN, 2000).

⁶² O Brasil, considerado um país de capitalismo tardio, desenvolveu seu processo de industrialização *taylorista/fordista* ao longo do século XX. Nessa transformação, enfatiza-se que, com a abolição da escravatura e o surgimento da mão de obra livre, a industrialização brasileira ganhou bases da economia cafeeira. Até o período do trabalho escravo, as necessidades eram satisfeitas pela agricultura de subsistência e, no caso do consumo dos proprietários de terras, pela importação. Com o trabalho livre, os trabalhadores não possuem mais a possibilidade de se dedicar à agricultura de subsistência. Passam a vender sua força de trabalho para comprar aquilo de que necessitavam. Ver: MANTEGA, Guido. *A economia Política Brasileira*. São Paulo, Vozes: 1984.

Com o governo Vargas (1930-45; 1950-54)⁶³, a sociedade brasileira passa a formalizar as relações de trabalho por meio da regulamentação social e trabalhista. É nesse período também que se tem a instituição da jornada de trabalho em oito horas diárias, bem como a proibição do trabalho aos menores de 14 anos, do trabalho noturno para menores de 16 anos e do trabalho insalubre para menores de 18 anos e mulheres (COUTO, 2006).

Entre as implicações desse processo de industrialização nacional e consequente crescimento da urbanização, durante as décadas de 1930 a 1970 houve uma reversão na taxa de inatividade (sistema escolar) do jovem. Isto é, a taxa de atividade (inserção no mercado de trabalho, mudanças de residência, constituição de uma nova família) diminuiu, representando uma menor participação do jovem no mercado de trabalho, e, concomitantemente, houve uma elevação quantitativa do número de jovens na escola⁶⁴ (POCHMANN, 2000).

Nesse período inicial da industrialização nacional, houve maior geração de emprego e renda – mesmo que desigual –, o que favoreceu o financiamento do tempo livre dos jovens. Ou seja, em geral os adultos encontravam-se empregados, o que possibilitava que os jovens somente estudassem. Da mesma maneira, o aumento do gasto público para a criação de escolas (públicas e privadas) proporcionou maior acesso à educação juvenil (POCHMANN, 2000). Fez-se necessária, nesse período, a qualificação do jovem para que ele obtivesse condições técnicas para atuar nesse novo modelo de gestão da mão de obra (*taylorista/fordista*) que estava sendo inserido no Brasil⁶⁵.

⁶³ O governo Vargas, bem como os governos que o sucederam de 1945 a 1964, dirigiu-se na tentativa de organizar as relações entre capital e trabalho. A legislação trabalhista criada na época buscava a harmonia entre empregadores e empregados. Ela atuou fortemente no campo previdenciário, com vistas a atenuar os conflitos de classe e institucionalizar os sindicatos. Destaca-se a criação do Ministério do Trabalho (1930), da Legislação Trabalhista (1943) e do Sistema “S” (Serviço Nacional da Indústria, Serviço Social do Comércio, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) (1946-1964) (COUTO, 2006).

⁶⁴ Salienta-se que, mesmo durante a fase de industrialização (década de 1930 a 1970), no Brasil os empregos destinados aos jovens eram precários (POCHMANN, 2000).

⁶⁵ Nesse contexto, revela-se que, no Brasil, a preocupação com a educação universal é recente, aparecendo como princípio de cidadania na Constituição Federal de 1988. Mas foi a partir da Revolução de 1930 que a educação passou a ser discutida no debate de desenvolvimento nacional e como necessidade para o desenvolvimento da industrialização (POCHMANN, 2000). Destaca-se também que, entre os anos de 1946 e 1964, foi criado o chamado Sistema “S”: Serviço Social da Indústria, Serviço Social do Comércio e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. “A criação deste sistema canalizava recursos oriundos dos empregadores e dos trabalhadores para a criação de

Já a partir da década de 1970, inicia-se um processo de ruptura na evolução da taxa de inatividade da juventude. Houve uma significativa redução na taxa de inatividade e um acréscimo na taxa de atividade⁶⁶. Relaciona-se essa inversão com a piora nas condições de vida das famílias diante da crise do mercado de trabalho, sobretudo formal, acirrada no Brasil após 1990. Desse modo, a partir da necessidade de contribuir com a renda familiar, o jovem passa a buscar uma ocupação no mercado de trabalho.

Dada essa conjuntura, dados apontam que, até o final dos anos de 1980, o desemprego juvenil era inferior ao que se constatou no decorrer da década de 1990. A tabela a seguir ilustra esse crescimento ao comparar os anos de 1989 e 1996.

Tabela 1

Taxas de desemprego juvenil no Brasil, 1989/1996

Faixa etária	1989	1996
10-14 anos	3,6%	11,9%
15-19 anos	5,7%	13,9%
20-24 anos	5,3%	10,1%
10-24 anos	5,2%	12,8%

Fonte: POCHMANN, 1998

As dificuldades em elevar o volume de postos de trabalho nos anos de 1990 tornaram-se expressivas. Como se pode observar a partir das informações constantes na Tabela 1, entre 1989 e 1996, o desemprego juvenil cresce de 5,2% para 12,8%. No mesmo período, a taxa total de desemprego aumentou de 3,0% para 7,2%, segundo a Pesquisa Nacional por Amostras a Domicílio (1989/1996). Destaca-se ainda que a ampliação do desemprego juvenil concentrou-se principalmente na faixa etária de 15-19 anos (POCHMANN, 1998), na qual

um tipo específico de formação profissional, aquela requerida pelo processo econômico brasileiro, e, além disso, conformava o perfil de trabalhador que seria útil ao sistema” (COUTO, 2006 p. 105).

⁶⁶ Até a década de 1980, o padrão de inserção do jovem era marcado pela simples passagem da inatividade – tradicionalmente vinculada ao período escolar obrigatório – para a atividade –inserção no mercado de trabalho (POCHMANN, 2000). Assim, a compreensão de juventude representada pela entrada no mercado de trabalho após o término dos estudos, seja em nível médio, seja universitário, não é algo dado naturalmente, é uma construção social. Jovens oriundos das classes populares não possuem as mesmas condições e modo de vida dos filhos da elite, o que acaba por colocar algumas condições peculiares na construção de suas “trajetórias profissionais”.

comumente, em períodos anteriores, o jovem iniciava sua trajetória profissional, pelo término do Ensino Fundamental ou do Ensino Médio. Desse modo, vê-se claramente como o desenvolvimento de novas formas de gestão e organização do trabalho, analisadas no capítulo 2 desta pesquisa, interfere diretamente para a inserção do jovem no mercado de trabalho a partir da década de 1990.

No padrão de inserção ocupacional até a década de 80, a taxa de desemprego não era elevada. Havia oportunidades relativamente amplas de acesso dos jovens aos empregos regulares, ainda que o padrão ocupacional produzisse e reproduzisse condições extremamente insatisfatórias, como o trabalho infantil, escravo e a superexploração em postos de trabalho extremamente precários e sub-remunerados. Apesar disso, as possibilidades de inserção ocupacional dos jovens nos setores modernos da economia nacional eram indiscutíveis e contribuíam para a mobilidade geográfica e social (POCHMANN, 2000 p. 52)⁶⁷.

Passados treze anos dos dados referidos, e com o desenvolvimento gradativo das novas formas de organização da mão de obra, que visam à potencialização da capacidade produtiva, o jovem, como já citado, a partir de sua condição de baixa qualificação e experiência, continua sendo sistematicamente excluído do mercado de trabalho. Em 2005, os jovens entre 16 e 24 anos representavam 20,7% da população ocupada acima de 16 anos. No entanto, quando se observou o desemprego, entre os 3,2 milhões de desempregados nas regiões metropolitanas e no Distrito Federal acima de 16 anos, 1,5 milhões de pessoas estavam na faixa etária de 16 a 24 anos. Isto é, 45,5% do total de desempregados pesquisados são jovens (DIEESE, 2005)⁶⁸. Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, Estado ao

⁶⁷ Padrão de inserção ocupacional diz respeito à passagem de uma situação de inatividade (sistema escolar) para a de atividade no mercado de trabalho, por meio da ocupação ou do desemprego (procura por um posto de trabalho) (POCHMANN, 2000).

⁶⁸ O mesmo estudo do DIEESE demonstra também que, apesar da considerável presença na força de trabalho, grande parcela dos jovens entre 16 e 24 anos enfrenta dificuldades para encontrar trabalho. Em geral, o jovem ocupado é do sexo masculino, possui ensino médio completo e tem dificuldade de conciliar trabalho e estudo. Comumente desenvolve suas atividades no setor de serviços, cumpre uma extensa jornada de trabalho (acima de trinta e nove horas semanais), é assalariado e tem carteira de trabalho assinada. O rendimento é situado entre um e dois salários mínimos. No entanto, quando se considera o grupo de renda familiar a que pertence esse jovem ocupado, verifica-se a desigualdade de oportunidades ocupacionais. Os jovens oriundos das famílias mais pobres têm suas possibilidades de inserção ocupacional muito aquém desse perfil, uma vez que a grande maioria apenas trabalha e não estuda, possui o ensino fundamental incompleto e recebe rendimentos médios inferiores a um salário mínimo. Já a realidade ocupacional dos jovens oriundos das famílias com melhor poder aquisitivo apresenta níveis superiores ao perfil médio ilustrado. A influência da condição de renda da família sobre o perfil ocupacional dos jovens é clara, o que é alarmante, já que grande parcela da população jovem advém de camadas de baixos rendimentos e

qual pertence o município de Santo Ângelo, no mesmo período (2005), possuía uma taxa de desemprego juvenil de 29,3%, quando o desemprego total era de 15,6%⁶⁹ (DIEESE, 2005)⁷⁰.

No Brasil, a taxa de desemprego total⁷¹ gira em torno de 15% (DIEESE, julho de 2009). Comparativamente ao ano anterior, houve um crescimento, já que, no mesmo período de 2008, a taxa era de 14,6%. Em relação ao nível de ocupação⁷², nos últimos doze meses foram geradas 66 mil ocupações, número considerado inferior ao de pessoas que ingressaram no mercado de trabalho nesse período (166 mil) (DIEESE, 2009). Isto é, o número de sujeitos que ingressam no mercado de trabalho é muito superior ao número de postos de trabalho criados. Como referido no capítulo anterior, a partir dos processos de reestruturação produtiva, tem-se a expansão do desemprego estrutural. Este deriva da crescente potencialização da capacidade produtiva, advinda do desenvolvimento de tecnologias, bem como de novas formas de gestão da mão de obra, que se organizam a partir de um número mínimo de trabalhadores, e fazendo uso do trabalho temporário ou de subcontratos (ANTUNES, 2007). Transformações essas no mundo do trabalho que atingem de forma mais expressiva a juventude brasileira.

Nesse contexto em que se diminui a capacidade do mercado de trabalho de absorver a mão de obra disponível, destaca-se a existência de 34 milhões de jovens entre 15 e 24 anos e 23,3 milhões de adolescentes entre 12 e 18 anos, isto é, 15% da população brasileira (IBGE, 2002). Esses jovens ingressaram ou irão ingressar nos próximos anos em um mercado de trabalho cada vez mais restrito e excludente,

escolaridade, conforme será esboçado no decorrer deste capítulo. Para visualizar os dados relativos a cada região metropolitana abrangida pelo estudo, ver: DIEESE, Estudos e pesquisas. Ano 3. nº 24, 2006. Disponível em: <<http://www.mp.rs.gov.br/areas/infancia/arquivos/dieese.pdf>> Acesso em: 20.09.2009.

⁶⁹ Não se faz observação do desemprego total, bem como do desemprego juvenil no município de Santo Ângelo, no qual foi realizada a pesquisa, em razão da inexistência de informações confiáveis.

⁷⁰ Mesmo com as diferenças metodológicas utilizadas para averiguar o desemprego entre os diferentes institutos de pesquisa, é possível verificar que o desemprego mantém-se superior entre os jovens, quando comparada com os dados anteriores (Tabela 1).

⁷¹ Compreende-se como desemprego total a condição de “indivíduos que se encontram numa situação involuntária de não-trabalho, por falta de oportunidade de trabalho, ou que exercem trabalhos irregulares com desejo de mudança” (DIEESE, 2009).

⁷² Ocupados são aqueles que “nos sete dias anteriores ao da entrevista, possuem trabalho remunerado exercido regularmente, com ou sem procura de trabalho; ou que, neste período, possuem trabalho remunerado exercido de forma irregular, desde que não tenham procurado trabalho diferente do atual; ou possuem trabalho não-remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou remunerado em espécie/benefício, sem procura de trabalho” (DIEESE, 2009).

já que não consegue absorver a mão de obra que entra no mercado a cada ano. Essa condição de carência de emprego faz com que o ciclo da marginalidade social reproduza-se, dado que os jovens advindos das classes pobres do Brasil, devido a suas condições de vida, muitas vezes acabam tendo que ingressar no mercado de trabalho mesmo antes do término dos estudos.

A grande maioria dos jovens brasileiros entre 12 e 18 anos, 66%, somente estuda, enquanto 17,7% estudam e trabalham, 7,5% apenas trabalham, e 9% não estudam e não trabalham (IBGE, 2001). O índice de jovens que não estudam e não trabalham chama atenção, já que se trata, em termos numéricos, de 2 milhões de adolescentes que estão fora do sistema formal de ensino, bem como do mercado de trabalho. Estes sujeitos, provavelmente, sofrem a cobrança de uma sociedade em que a inclusão passa, em geral, pela inserção no mercado de trabalho e/ou no sistema escolar (SILVA; GUERESI, 2003).

Questiona-se também a qualidade do ensino oferecido àqueles que frequentam a escola. Conforme já mencionado no capítulo 2 deste estudo, a média do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) no país é inferior aos dos países desenvolvidos, equivalendo a 4,2 em 2007. Além disso, é notória a baixa qualidade das condições objetivas de ensino público, como infraestrutura, qualificação do corpo docente e material didático, entre outros (POCHMANN, 2000).

Para além das precárias condições do ensino público brasileiro, a baixa escolarização também é uma característica de grande contingente de jovens brasileiros. Dados apontam que, apesar de 92% da população entre 12 e 17 anos estar matriculada, 5,4% ainda são analfabetos. Além disso, dos adolescentes entre 15 e 17 anos, 80% frequentam a escola, porém apenas 40% estão no nível adequado a sua faixa etária, e somente 11% dos jovens entre 14 e 15 anos concluíram o ensino fundamental (IBGE, 2004)⁷³.

⁷³ Quando estes dados são separados em relação à etnia e ao rendimento mensal, verifica-se que aqueles considerados brancos possuem uma média de estudo de oito anos e o rendimento médio de 4,50 salários mínimos. Já a população negra possui a média de 5,7 anos de estudo com o rendimento médio de 2,20 salários mínimos (IPEA, 2002). Isto é, a associação entre anos de estudo e rendimento é clara, bem como há uma inter-relação entre raça, anos de estudo e rendimento. Compreende-se também que, em um mercado de trabalho cada vez mais exigente, a baixa escolaridade dos jovens de cor/raça negra acaba por contribuir para a dificuldade de inserção em ocupações mais bem remuneradas. Em relação às suas condições de vida, observa-se a desigualdade presente na sociedade brasileira em relação à questão da raça. 40% dos adolescentes não brancos vivem em famílias com rendimento mensal de até dois salários mínimos, enquanto, em

Baixa escolaridade e baixos rendimentos caracterizam a juventude brasileira, em um contexto em que as exigências para a inserção no mercado de trabalho aumentam conforme se desenvolvem novas formas de organização e gestão da mão de obra e se inserem novas tecnologias, que contribuem para o crescimento do desemprego estrutural.

Destacam-se três formas de desemprego que atingem a população jovem. O desemprego recorrente engloba os trabalhadores com menos idade que, diante da ausência de emprego estável, assumem a condição de desempregados. Ora se encontram em ocupações de curto prazo, ora na condição de autônomos. Condição essa que se liga à característica do mercado de trabalho de utilizar de forma pontual a mão de obra disponível.

O desemprego de reestruturação empresarial diz respeito ao desemprego causado pelas alterações no interior das empresas, a partir do processo de reestruturação produtiva, trabalhada no capítulo 2 desta dissertação, e que traz novas formas de organização e gestão da mão de obra. Principalmente nas grandes empresas, quando alguma forma de inovação tecnológica foi adotada, houve um processo de concentração das demissões de trabalhadores mais jovens. Durante a década de 1990, 2/3 das demissões do emprego formal no Brasil ocorreram entre os trabalhadores com menos de 24 anos (POCHMANN, 1998).

E, por fim, tem-se o desemprego de exclusão, que se refere ao trabalhador jovem que tende a permanecer marginalizado do mercado de trabalho, sobretudo, das ocupações que são geradas no núcleo organizado da economia nacional. Em sua maioria, trata-se do trabalhador jovem, analfabeto ou com baixa escolaridade, que tende a ser excluído de uma melhor ocupação (POCHMANN, 1998). Esta forma de desemprego pode ser considerada a que atinge um maior número de jovens brasileiros, pois, como observado, grande parcela da juventude vive em condições de vulnerabilidade social.

Como visto no decorrer deste capítulo, o desemprego entre os jovens tende a ser superior ao dos adultos, sobretudo a partir da última década do século XX. Conforme já explicitado no capítulo 2 deste estudo, o final do século XX e o limiar do

relação aos brancos, este índice cai para 20% (IBGE, 2001). Este dado vai ao encontro das raízes históricas do Brasil, que teve no trabalho escravo sua base produtiva durante os três séculos de colonização (1500-1822), criando uma realidade que persiste nas relações sociais até os dias atuais (COUTO, 2006).

XXI são marcados por inúmeras transformações no mercado de trabalho, que envolvem tanto aspectos relativos às novas formas de organização e gestão de mão de obra como a incorporação de novas tecnologias e o papel do Estado diante deste cenário, que contribuem para o crescimento do desemprego e a precarização das relações e condições de trabalho, sobretudo a partir da terceirização da mão de obra, do trabalho informal, e do não acesso aos direitos trabalhistas.

A partir dessas novas configurações, desenvolve-se o princípio de que a produtividade do jovem seria inferior à do adulto. O desemprego entre os adultos, mesmo que seja inferior ao dos jovens, proporciona ao empregador a possibilidade de selecionar e discriminar o uso de mão de obra, contratando pessoas mais qualificadas do que a real necessidade do teor dos postos de trabalho (POCHMANN, 2000). Os jovens nesse contexto muitas vezes são considerados “menos essenciais”, já que possuem menor qualificação e experiência.

No Brasil, geralmente se observa a substituição de trabalhadores com menor escolaridade por outro com maior nível educacional. Essa expulsão não se dá necessariamente por uma mudança nas atividades a serem realizadas nesse posto de trabalho, mas pela possibilidade de contratar pessoas mais qualificadas, mantendo ou até mesmo diminuindo o salário pago anteriormente. Desse modo, a taxa de desemprego juvenil tende a ser maior do que a do adulto (POCHMANN, 2000). Assim, resumidamente, entre os principais motivos para que o desemprego entre os jovens seja superior ao dos adultos está a baixa qualificação e experiência profissional, em um contexto em que há mão de obra qualificada disponível por um baixo custo.

Torna-se necessário, então, que haja incentivos por parte do Estado ao empregador para a contratação de um jovem, tais como contratação flexível, que difere da contratação dos adultos, na medida em que o salário é menor, e com a possibilidade de redução dos pagamentos dos encargos sociais (POCHMANN, 2000). As possibilidades de contratação de jovens garantem aos empregadores menores gastos para mantê-los e até mesmo para demiti-los. Assim, em um contexto em que prevalece a gestão de mão de obra em torno de um número mínimo de trabalhadores, os jovens, devido a essas condições, possivelmente acabam por se tornar opções para a demissão nas empresas no caso do desemprego de reestruturação empresarial.

Nesse cenário, considera-se que parte significativa das dificuldades da inserção do jovem no mercado de trabalho é oriunda dos processos de reestruturação produtiva desenvolvida a partir da década de 1990 no Brasil. Com a prevalência do desemprego, o trabalho autônomo aparece como alternativa para as juventudes e também é incentivado. Como já mencionado, entre os anos de 1930 e 1980, na fase de industrialização nacional, houve uma expansão do emprego, sobretudo assalariado, com carteira assinada, fator que possivelmente contribuiu para as condições gerais de inserção ativa do jovem no mercado de trabalho (POCHMANN, 2000).

No fim do século XX e início do século XXI, o Brasil começa a regredir nas formas de contratação da mão de obra. A flexibilização dos direitos trabalhistas torna-se necessária para as novas formas de gerir e organizar o trabalho. Consolidou-se um cenário desfavorável a toda a população ativa, mas que atingiu principalmente os setores mais frágeis, como os jovens, que passaram a buscar no trabalho autônomo alternativas para a geração de renda.

Desse modo, em relação às ocupações criadas para os jovens na última década do século XX, destacam-se aquelas por “conta própria”. Durante a década de 1980, o trabalho autônomo permaneceu relativamente estabilizado, enquanto que, na década de 1990, cresceu 51%. Nesse mesmo período, o emprego assalariado para o jovem foi reduzido em 22,8% (POCHMANN, 2000), refletindo então a nova condição posta ao mercado de trabalho, a partir do desenvolvimento de novas tecnologias e da flexibilização dos direitos trabalhistas.

Com o crescimento das ocupações autônomas, a trajetória profissional das juventudes tende a ser mais instável e marcada pelo acúmulo de diversas experiências: “Sem carteira profissional estável, ele fica desassistido de programas de proteção e valorização do trabalho, com rendimento instável. Em virtude disso, uma nova rede pública de apoio ao jovem precisa ser construída [...]” (POCHMANN, 2000 p. 36). A condição de autônomo acaba por deixar o jovem mais vulnerável dentro do mundo do trabalho e da própria economia.

Tendo em vista esses aspectos que configuram a realidade do mercado de trabalho para a juventude, questionam-se quais as políticas públicas desenvolvidas no Brasil que atendam a essa demanda. Como já observado no capítulo anterior, a preocupação com os jovens e com o desenvolvimento de políticas públicas para

esse segmento no Brasil é recente. As políticas para a juventude ganham impulso no Brasil a partir dos anos 1990, com a implantação do ECA. Também nessa década, os governos passam a reconhecer os principais problemas que afetam os jovens: saúde, violência e desemprego.

Em relação à saúde, as ações iniciais objetivaram conter o crescimento da epidemia de AIDS, da utilização de drogas ilícitas e da gravidez precoce. A partir de 1997, com o crescimento do número de mortes de jovens por homicídios, bem como com o envolvimento de jovens oriundos das classes médias na criminalidade, alguns programas passam a ser desenvolvidos com vistas a redução e prevenção da violência. E, no final da década de 1990, o desemprego, que se acentua, passa a se configurar uma nova preocupação dos governos, relativa à qualificação profissional dos jovens⁷⁴ (SPOSITO, 2003)

No último ano do governo de Fernando Henrique Cardoso (2002), contabilizou-se 33 programas federais que abrangiam a juventude. No entanto, aspectos como a fragmentação, a descontinuidade administrativa e ações a partir da oferta e não da demanda comprometeram a qualidade dos programas. Além disso, grande parte desses programas foi executada sob a forma de transferência de recursos aos governos municipais e estaduais, organizações não governamentais ou fundações empresariais. Revela-se, nesse sentido, a ausência de uma proposta federal para a população jovem (SPOSITO, 2003).

Atualmente, em âmbito federal, está em desenvolvimento, desde 2005, a Política Nacional de Juventude. Desta resultou a criação da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude, bem como o desenvolvimento do

⁷⁴ Destacam-se alguns programas para a juventude destinados ao trabalho (municipais, estaduais e federais) desenvolvidos na década de 1990 e no início dos anos 2000:

- a) Programa Jovem Cidadão (São Paulo, 2000-2002). Programa de estágios em empresas privadas para concluintes do Ensino Médio;
- b) Serviço Civil Voluntário (Realizado em todos os Estados no período de 1998 a 2002, com experiência piloto nos anos de 1998 e 1999 no Rio de Janeiro e no Distrito Federal). Visava à formação para o trabalho e a cidadania, com prioridade para jovens de baixa escolaridade, baixa renda, portadores de deficiência, filhos de famílias chefiadas por mulheres;
- c) Capacitação Solidária (Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza, Recife, Aracaju, Belém, de 1996 a 2003). Possuía o objetivo de capacitação, desenvolvimento social e cultural dos jovens em situação de vulnerabilidade social;
- d) Primeiro Emprego (Governo Estadual do Rio Grande do Sul – Região Metropolitana de Porto Alegre 1999 a 2002). Proporcionar o primeiro emprego para jovens de baixa renda, egressos do sistema penal, portadores de deficiência, portadores de altas habilidades (LEITE, 2003). No entanto, esses programas não tiveram continuidade com os governos que se sucederam.

Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – ProJovem (PROGRAMA PROJOVEM, 2009), que se refere especificamente ao mercado de trabalho para a juventude.

O ProJovem, a partir de 2007, passou a ser chamado de ProJovem Integrado, já que compreende quatro modalidades, objetivando incorporar um maior número de jovens, compreendendo suas diversidades. Essas modalidades são:

- a) ProJovem Adolescente: Desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), visa contribuir para o retorno à escola dos jovens, entre 15 e 17 anos, que abandonaram os estudos e encontram-se em situação de vulnerabilidade social e/ou que sejam pertencentes a famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Também busca assegurar proteção social básica e assistência às famílias. O programa é desenvolvido em todo o país. É uma reestruturação do então chamado Agente Jovem⁷⁵. O ProJovem Adolescente é um serviço socioeducativo que integra as ações de Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Deve estar vinculado a um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) ou estar a ele referenciado.
- b) ProJovem Urbano: Coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República, é destinado aos jovens entre 18 e 29 anos das áreas urbanas de todo o país. O programa, realizado em parceria com governos estaduais e prefeituras, oferece a conclusão do Ensino Fundamental, cursos profissionalizantes, aulas de informática e auxílio de R\$ 100,00 por mês.
- c) ProJovem Campo: Desenvolvido pelo Ministério da Educação, visa ampliar o acesso e fortalecer a presença de jovens agricultores no sistema educacional, agenciando a elevação da escolaridade – com a conclusão do ensino fundamental –, qualificação e formação profissional.
- d) ProJovem Trabalhador: Coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), é destinado aos jovens entre 18 e 29 anos, desempregados,

⁷⁵ O então Projeto Agente Jovem era voltado a jovens de 15 a 17 anos em situação de risco e vulnerabilidade social, pertencentes a famílias com renda *per capita* de até meio salário mínimo. Objetivava a capacitação de jovens para o mercado de trabalho e para atuar em suas comunidades nas áreas de saúde, cultura, meio ambiente, cidadania, esporte e turismo, além de trabalhar aspectos relacionados com o projeto pessoal de vida desses sujeitos (Disponível em <http://www.caixa.gov.br>. Acesso em 18.08.2009).

matriculados no Ensino Médio, Fundamental ou em cursos de Educação de Jovens e que pertençam a famílias com renda *per capita* de até um salário mínimo. Objetiva o preparo do jovem para o mercado de trabalho e para ocupações alternativas de geração de renda (PROGRAMA PROJOVEM, 2009).

Observa-se que os programas descritos salientam a qualificação e o término do ensino fundamental para os jovens advindos das camadas mais pobres da população. Neles, o Ensino Médio, bem como o ensino superior, é colocado em segundo plano. Sem reforçar o mito, já abordado nesta dissertação, de que a educação e a qualificação por si só garantiriam o acesso ao mercado de trabalho, é inegável que essas condições possibilitam maiores chances de acesso, principalmente em ocupações mais bem remuneradas. Observa-se, então, que, mesmo que possibilitem o acesso ao ensino fundamental para jovens que por inúmeras determinações não o tiveram, esses programas, ao fomentar o mínimo de um direito básico, acabam por reforçar a imobilidade social que permeia a vida desses sujeitos. Além disso, os programas não garantem efetivamente a inserção desses jovens no mercado de trabalho, em ocupações precárias ou não, na medida em que não há postos de trabalho para todos, a partir de uma realidade de desemprego estrutural. Assim, o trabalho autônomo ganha espaço; no entanto, para jovens com baixa escolaridade e qualificação, quando comparados com aqueles advindos das classes média e alta, este se desenvolve a partir de pequenos “bicos”, ou até mesmo pelo ingresso dos adolescentes no mundo do crime, conforme será abordado no próximo subitem. Não se negam a importância e o valor dessas experiências; no entanto, qualificar e deixar essas juventudes desassistidas não transforma de forma substancial as condições de vida desses sujeitos.

Quando observadas as políticas para a juventude no âmbito do governo do estado do Rio Grande do Sul, onde se localiza o município de Santo Ângelo, averigua-se que atualmente não há nenhuma política específica para esse grupo. O então Conselho Estadual de Políticas Públicas de Juventude, instituído no ano de 2005, pelo governo anterior (2003-2007), e que planejava a realização de uma pesquisa nas escolas estaduais com cerca de 40 mil jovens sobre suas expectativas relacionadas a meio ambiente, saúde, segurança, emprego e renda e direitos humanos (TEJADAS, 2007), não consta mais na agenda do governo atual.

Nesse cenário, aponta-se para a necessidade de políticas públicas que enfrentem o plano conjuntural, emergencial, atentando para a diversidade e a particularidade dos jovens inseridos precocemente no mercado de trabalho e que, ao mesmo tempo, possibilitem o discernimento das mudanças estruturais que produzem a desigualdade social (FRIGOTTO, 2007).

A mudança de rumo das políticas públicas para jovens das classes trabalhadoras implica que sejam superadas algumas mistificações o credo do liberalismo conservador em sua face atual, o neoliberalismo. O trabalho precoce de crianças e jovens e a escolaridade precária ou a ausência dela são fatos que correlacionam fortemente, mas um não explica o outro, e também não podem, linearmente, ser tomados como solução do outro. Ambos têm sua determinação fundamental na origem de classe. Ou seja, os jovens que têm trabalho precoce, de baixa qualidade e remuneração, e os jovens que têm pouca escolaridade e de péssima qualidade ou estão fora da escola acham-se nesta condição por serem filhos de trabalhadores com condições de vida precárias (FRIGOTTO, 2007 p. 211).

Contribui para essa realidade a ineficiência das políticas públicas destinadas a esse segmento, levando em consideração que, segundo o ECA, a criança é tida como prioridade absoluta. A inserção precoce no mundo do trabalho, a baixa qualificação e a precariedade dos postos de trabalho destinados a esses sujeitos contribuem para a manutenção de um círculo vicioso de pobreza. Quando essas condições se somam à prática de um delito, as condições de inserção no mercado de trabalho se tornam ainda mais difíceis.

Quando se compara a realidade da juventude brasileira com a de outros países de economias mais avançadas, observa-se o fato de que estes países têm utilizado cada vez mais o dispositivo do aumento do tempo da inatividade dos jovens como estratégia para elevação do conhecimento desse público (POCHMANN, 2000). Isto é, busca-se retardar a inserção dos jovens no mercado de trabalho. Essa perspectiva, porém, acaba por contrastar com a realidade de milhares de jovens brasileiros. Por um lado porque uma grande quantidade de famílias necessita do trabalho desses sujeitos como estratégia de enfrentamento com a pobreza; e, por outro, existem casos em que a procura por trabalho não está diretamente ligada a necessidades extremas de obtenção de renda, e sim por razões de afirmação de sua própria autonomia (BRANCO, 2005). A perspectiva de retardar a entrada do jovem no mercado de trabalho acaba por ser dificultada diante das condições socio-históricas e culturais do Brasil.

Todos esses grupos de jovens têm suas especificidades mas, do ponto de vista psicossocial e cultural, tendem a sofrer um processo de adultização precoce. A inserção no mercado formal ou 'informal' de trabalho é precária em termos de condições e níveis de remuneração. Uma situação, portanto, muito diversa da dos jovens de 'classe média' ou dos filhos dos donos de meios de produção, que estendem a infância e a juventude. Nesses casos, a grande maioria inicia sua inserção no mundo do trabalho após os 25 anos e em postos de trabalhos ou atividades de melhor remuneração (FRIGOTTO, 2004 p. 182).

Além disso, no que diz respeito à população juvenil oriunda dos segmentos mais pobres da população, alguns aspectos podem contribuir para que os jovens insiram-se precocemente no mercado de trabalho, a partir de suas condições. O ingresso no mercado de trabalho pode ocorrer antes mesmo dos 15 anos, já que poucos são os jovens que conseguem concluir os estudos. São frequentes os jovens que estudam e trabalham concomitantemente. Também é comum que, durante essa faixa etária, ocorram a união com um(a) companheiro(a), filhos e mudança de endereço, o que acaba por antecipar o exercício do trabalho para esse jovem. Além disso, novamente aparecem o desemprego, a geração de postos de trabalhos precários, informais, e com baixa remuneração em comparação com aqueles mais qualificados, que acabam por influenciar o jovem para tentar contribuir com a renda familiar (POCHMANN, 2000).

A realidade do mercado de trabalho para a juventude brasileira demonstra desenvolver, a partir das considerações esboçadas, uma inclusão precária. Inclusão marginal, sobretudo para o seguimento de jovens oriundos das camadas vulneráveis da população, já que, devido a sua idade, possuem menor experiência e qualificação.

Como expressão dessa conjuntura, aparece a violência, também como forma de rebeldia e resistência dos sujeitos. Considera-se que a associação entre baixa escolaridade e renda não é determinante para que os jovens ingressem na criminalidade; no entanto, é inegável a sua ligação com a falta de perspectivas de inserção da juventude vulnerabilizada na vida social (POCHMANN; CAMPOS; et. al 2004). Nesse sentido, o item a seguir visa a discorrer sobre a realidade do adolescente em conflito com a lei, considerando que aspectos como baixa escolaridade, qualificação e baixos rendimentos familiares perpassam a vida desses sujeitos, que encontram no mercado de trabalho do crime alternativas para viver e ser visível na sociedade.

3.2 ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI E A INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

As desigualdades sociais presentes na sociedade brasileira, bem como o não acesso de crianças e adolescentes aos seus direitos básicos, como educação e trabalho, e a não efetividade de políticas públicas destinadas aos jovens, possivelmente se associam ao cometimento de ato infracional. A convivência entre adolescentes pobres e ricos em um mesmo espaço social possibilita o fomento da revolta e pode dificultar a busca por visibilidade e reconhecimento social no processo de construção da identidade dos jovens (SILVA; GUERESI, 2003).

O índice de adolescentes em conflito com a lei no Brasil gira em torno de 0,14% do total de jovens de 12 a 18 anos. Ou seja, do total de 24.461.666 adolescentes, 34.870 estão cumprindo algum tipo de medida socioeducativa no país (IBGE, 2005/2006). Isto é, o número de jovens autores de atos infracionais representa uma baixa parcela da população com a mesma faixa etária. No entanto, quando se pensa no espaço cedido pela mídia aos atos infracionais cometidos pelos adolescentes, poder-se-ia pensar em um número mais elevado.

Complementando os dados anteriormente referidos, o gráfico a seguir caracteriza o tipo de regime que os adolescentes em conflito com a lei vêm cumprindo:

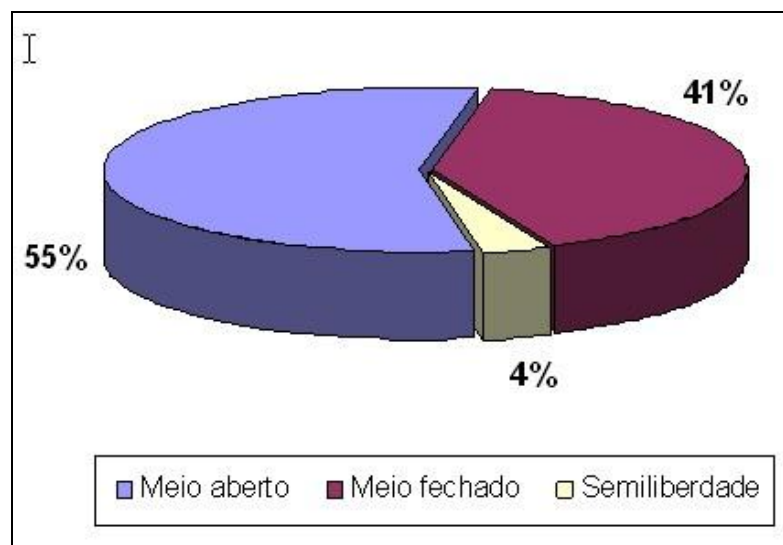


Gráfico 1. Adolescentes em conflito com a lei, segundo o tipo de regime, Brasil –2006

Fonte: Levantamento Nacional do Atendimento Sócio Educativo realizado pela Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, da Presidência da República (SPDCA / SEDH / PR) – 2006 – Organização: Marcelo Iha. Disponível em: <http://www.promenino.org.br/>. Acesso em: 20.08.2009

Relembra-se que a medida de privação de liberdade deve ser imposta ao jovem que cometeu delitos considerados graves e deve obedecer aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, conforme prevê o ECA e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE reforça. Ao mesmo tempo, seu índice de aplicação continua alto, encontrando-se 14.192 no período deste levantamento em medida de internação no Brasil, enquanto 19.444 adolescentes estavam cumprindo medida em meio aberto, e 1.234, em semiliberdade.

No estado do Rio Grande do Sul, de uma população adolescente de 1.590.319 no ano de 2004, 5.646 estavam cumprindo algum tipo de medida em meio aberto (4.261 liberdade assistida, e 1.385 prestação de serviço à comunidade), o que representa 0,36% de jovens cumprindo medida socioeducativa em meio aberto (SARAIVA, PEREIRA, 2004). No que se refere aos jovens em privação de liberdade, não foram encontrados dados relativos ao mesmo período (2004); contudo, em dezembro de 2009, estes totalizavam 1.127. Observa-se o mesmo movimento que acontece no país, de aplicação de medidas em meio aberto em maior número.

No entanto, mesmo quando comparada com o número de medidas em meio aberto, a internação continua sendo aplicada em grande número como forma de resolução de conflitos (SCHIMIDT, 2007). Essa situação reafirma o conservadorismo

ainda presente no sistema judiciário, responsável pela aplicação das medidas, bem como em toda a sociedade brasileira, e também o mito de que o rigor da legislação diminuiria, por si só a criminalidade entre os jovens. A mídia, nesse sentido, ganha destaque a partir da grande visibilidade que dá aos crimes cometidos por adolescentes.

Os adolescentes em conflito com a lei, por seu lado, aparecem na mídia como metáfora da violência, cercados de mitos:

Preocupa também a existência de alguns mitos alimentados pelo trabalho da imprensa: o *mito do hiperdimensionamento*, relacionado à ênfase aos crimes graves, quando 60% do total dos atos infracionais ocorrem sem ameaça de violência à pessoa, visto que a maioria é de furtos; o mito da periculosidade, por decorrência da divulgação preferencial de certo tipo de delitos praticados pelos adolescentes (homicídios, estupros e roubos, etc.), em detrimento do que apontam as estatísticas. Por outro lado, esse tipo de ênfase, ligada à repercussão dos casos que envolvem morte (por si só impactante), conduzida de forma descontextualizada corrobora para a construção do mito; e por fim o *mito da impunidade*, dada a precária informação dos meios [...] acerca do ECA e das medidas sócio-educativas, propaga-se a idéia errônea de que o adolescente fica sempre impune [...] (SALES, 2007 p. 234).

As reportagens relacionadas aos adolescentes autores de ato infracional comumente os relacionam apenas aos delitos graves, como sequestros e homicídios, alimentando a cultura do medo, da insegurança e da violência na sociedade brasileira. Os adolescentes, sobretudo aqueles oriundos dos setores mais pauperizados da população, são vistos apenas como agressores, o que é uma realidade falsa, que será demonstrada no decorrer deste capítulo. A partir disso, esses sujeitos são vistos como “caso de polícia”, o que faz com que cresça o discurso acerca do endurecimento da legislação no que diz respeito aos adolescentes em conflito com a lei, sobretudo em relação à idade penal (SALES, 2007).

Importa considerar ainda que os meios de comunicação se submetem ao mercado – já que se mantêm por meio da publicidade – e a uma determinada ideologia política. Ao darem aos eventos que envolvem adolescentes e atos

infracionais a condição de espetáculo, garantem a audiência e envolvem os telespectadores em uma dramatização da violência (SALES, 2007)⁷⁶.

“No espetáculo, imagem da economia reinante, o fim não é nada, o desenrolar é tudo” (DEBORD, 1997 p. 17). Assim a mídia dá cobertura aos eventos que envolvem adolescentes em conflito com a lei sem considerar o contexto no qual estão inseridos, dando uma dimensão de espetáculo a partir da dramatização dos acontecimentos, na qual aquele que cometeu o delito não possui ambiguidades e é visto como síntese do “mal absoluto” em um jogo entre o bem e o mal.

Apraz-nos construir a imagem do criminoso sem face humana, coberto pela máscara de infâmia, da abjeção extrema, desprovido do sentimento de culpa e do mais leve senso de limite. Concebendo-o assim, como que escovado dos restos humanos, para imunidade, alargado o abismo que nos separa desse personagem animalizado, melhor nos protegermos do risco de confundirmo-nos com ele [...] (SOARES, 2005 p. 121).

Assim, esses adolescentes são estigmatizados como os principais autores da violência que cresce no país. Para eles, cabem o isolamento e leis mais rígidas, que garantam à sociedade “de bem” a não visualização de uma juventude desprovida de direitos.

Ao mesmo tempo, revela-se o interesse das elites para que os crimes, cometidos tanto por adolescentes quanto por adultos, sejam punidos de forma mais severa.

Em tempos de ascensão de uma sociedade centrada na propriedade privada, na mercadoria e na multiplicação das riquezas, nada mais coerente do que uma justiça mais severa contra o roubo para responder à necessidade de segurança (SALES, 2007 p. 218).

Aparece aqui a criminalização da pobreza, referida no capítulo anterior, na medida em que apenas os pobres devem ser punidos e controlados, ao cometerem furtos, roubos, sequestros contra aqueles que detêm a riqueza.

⁷⁶ Acerca da temática que envolve mídia, adolescência e violência, ver SALES (2007). A autora faz uma análise de dois acontecimentos cobertos pela mídia e de grande repercussão na sociedade brasileira – as rebeliões da FEBEM de São Paulo em 1999 e o sequestro do ônibus 174 no Rio de Janeiro.

Será que as elites e as camadas médias não cometem crimes? Ou cadeia no Brasil é mesmo para os outros? É provável que só um golpe sofisticado, arquitetado por criminosos de 'colarinho branco', renda maior prejuízo para a sociedade e o Estado do que a soma de todos roubos e furtos cometidos pelos miseráveis que se embrutecem nos cárceres [...] (SOARES, 2005 p. 188).

Desse modo, a mídia, atendendo aos interesses de determinada classe, contribui para a construção de estigmas acerca desses adolescentes, difunde o mito da não responsabilização dos jovens em relação ao cometimento do ato infracional e fomenta a discussão sobre a necessidade de maior rigidez para com eles. Já em relação aos crimes cometidos pelos políticos e outros, a impunidade destes já se tornou corriqueira. Além disso, utiliza-se esse argumento para a depreciação do Estado como corrupto e ineficaz, fortalecendo o privado.

Torna-se então necessário analisar quem são e como vivem esses adolescentes, com vistas a ilustrar a realidade desses sujeitos e relacionar com os aspectos trabalhados no item 3.1 acerca da realidade do mercado de trabalho para a juventude. Contudo, como não foram encontrados dados que contemplem os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto no país – demonstrando a carência de estudos que contemplem estes jovens –, serão utilizados dados daqueles que cumprem medida de privação de liberdade, já que os egressos do sistema privativo de liberdade também são sujeitos deste estudo. Concomitantemente, há a possibilidade de que a realidade daqueles que cumprem medida em meio aberto seja semelhante à dos que são privados de liberdade. Ao mesmo tempo e contraditoriamente, estes últimos cometeram delitos graves, como roubos e homicídios, o que pode representar que a realidade destes seja mais perversa.

As informações foram obtidas por meio do Mapeamento Nacional da Situação das Unidades de Execução de Medida de Privação de Liberdade ao Adolescente em Conflito com a Lei, realizado no ano de 2002 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em parceria com o Departamento da Criança e Adolescente (DCA), da Secretaria dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça.

Destaca-se ainda que no ano de 2002, no Brasil, 9.555 meninos e meninas entre 12 e 21 anos estavam privados de liberdade em uma das 190 instituições existentes no país com essa finalidade. Aparentemente, esse dado pode ser

considerado baixo. No entanto, quando se retoma o Gráfico 1, que compara as medidas socioeducativas em sua totalidade, mesmo que diga respeito a outro período, é ainda alto o índice de internações no Brasil. Quando se consideram os principais tipos de delitos praticados, essa consideração é reforçada (Gráfico 2).

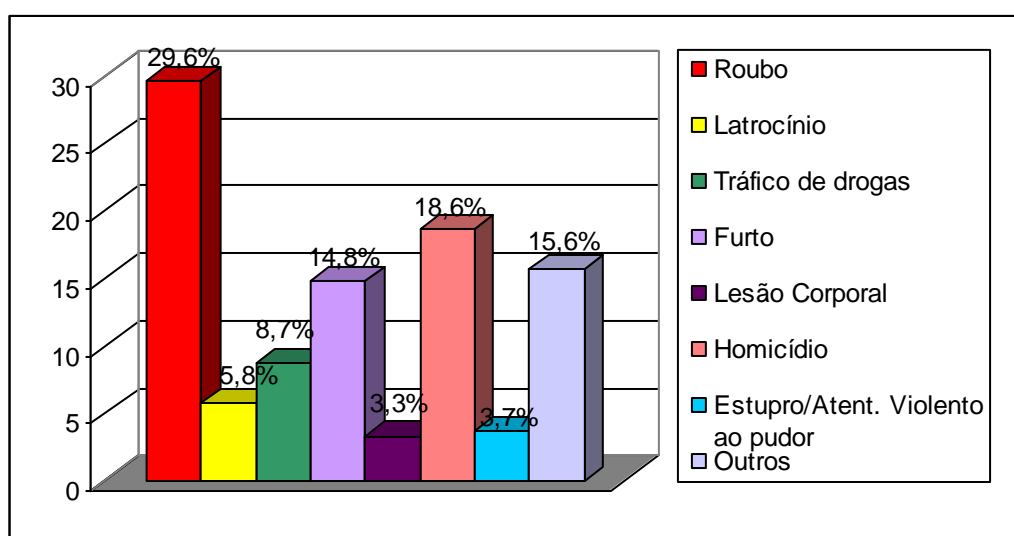


Gráfico 2. Internação de Adolescentes segundo os principais delitos praticados, Brasil –2002. Fonte dos dados brutos: IPEA/MJ-DCA (2002). Disponível em http://www.ipea.gov.br/pub/td/2003/td_0979.pdf

Obs.: Para o estado de São Paulo, foi considerada 70% da população de adolescentes em privação de liberdade e, para o Rio Grande do Sul, os dados correspondem a 50% dos adolescentes.

Furtos⁷⁷ (14,8%) e tráfico de drogas (8,7%) totalizam 23,5% dos delitos cometidos pelos adolescentes privados de liberdade da pesquisa. Crimes que claramente demonstram violência contra a integridade física como roubos, latrocínio, homicídio e lesão corporal, somam 61%.

Reporta-se novamente ao tratamento dado pela mídia mediante os atos infracionais cometidos por adolescentes. Comumente, as reportagens noticiam os crimes violentos contra a pessoa, como se os autores normalmente fossem adolescentes. Já os crimes não considerados graves, que totalizam 23,5%, sequer são noticiados. Demonstra-se que, caso a pressão exercida pela mídia e pela sociedade conservadora resulte em um maior rigor da legislação e na diminuição da idade penal, uma grande quantidade de adolescentes que cometeram crimes que não são considerados graves iria somar-se ao enorme contingente de adultos já

⁷⁷ Furto: Crime que consiste na subtração de coisa móvel, para si ou para outrem (neste caso, não há violência contra pessoa) (BRASIL, 1940).

presos, reiterando a prática punitiva àqueles que, para além de transgressores da lei, mais vezes não tiveram seus direitos fundamentais garantidos pelo Estado, pela sociedade e pela família.

Avaliando essa afirmação de que esses adolescentes muitas vezes não tiveram seus direitos básicos assegurados, os dados a seguir buscam ilustrar essa realidade.

Dos adolescentes internados em unidades de privação de liberdade no Brasil, mais de 90% são do sexo masculino. Em relação a raça/cor, observa-se que mais de 60% dos adolescentes em privação de liberdade no Brasil são afrodescendentes, sendo 21% negros e 40% pardos, e 1% indígenas e amarelos (IPEA/MJ-DCA, 2002). Reitera-se com este dado a desigualdade existente entre as raças no Brasil: como demonstrado anteriormente, os sujeitos não brancos, em sua maioria, possuem menor escolaridade e renda familiar. Observa-se assim a possível associação entre a desigualdade social e racial e o cometimento do ato infracional.

Com efeito, pelo simples fato de não corresponderem ao padrão estético da sociedade brasileira, os adolescentes negros apresentam mais dificuldades de integração social, enfrentando inúmeros obstáculos, alguns intransponíveis, para a obtenção do reconhecimento social, tão caro ao adolescente. Nesse sentido, os jovens negros tornam-se mais vulneráveis ao delito: o cometimento de ato infracional é o que resta como forma de obter reconhecimento de uma sociedade que os ignora (SILVA, GUERESI, 2003 p. 22).

No que se refere à escolaridade dos adolescentes internos, observa-se que 51% deles não estavam frequentando a escola quando praticou o delito. Além disso, a grande maioria dos internos, 89,6%, não concluiu sequer o Ensino Fundamental, conforme demonstram as informações que constam no Gráfico 3.

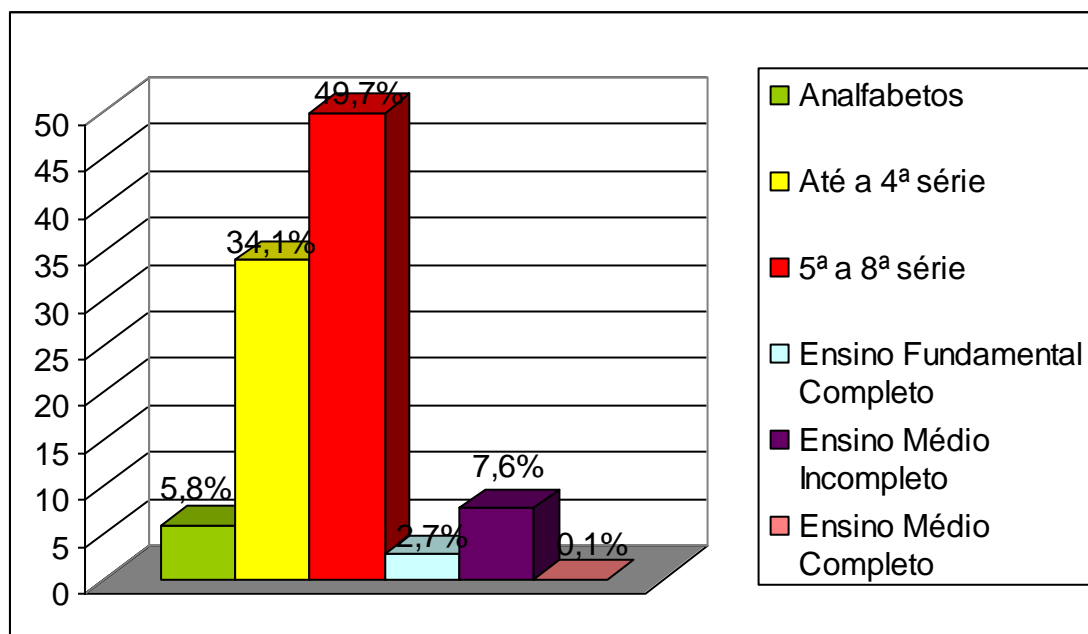


Gráfico 3. Escolaridade dos Adolescentes Privados de Liberdade no Brasil – 2002

Fonte dos dados brutos: IPEA/MJ-DCA (2002). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/pub/td/2003/td_0979.pdf

Obs.: Para o estado de São Paulo, foi considerada 70% da população de adolescentes em privação de liberdade e, para o Rio Grande do Sul, os dados correspondem a 50% dos adolescentes.

Como observado no item 3.1, em torno de 40% dos jovens brasileiros não estão na série correspondente a sua faixa etária (IBGE, 2004). Essa mesma condição ocorre entre os privados de liberdade, tendo em vista que 87% dos adolescentes privados de liberdade têm entre 15 e 18 anos, idade que corresponde ao ingresso no Ensino Médio (IPEA, MJ-DCA, 2002). Baixa escolaridade, que dificulta ainda mais a inserção no mercado de trabalho, tendo em vista que este tende a absorver mão de obra mais qualificada.

Complementando este dado, observa-se que esses mesmos adolescentes de baixa escolaridade são oriundos de famílias com baixo rendimento mensal, uma vez que 66% possuem renda de menos de um até dois salários mínimos (Gráfico 4).

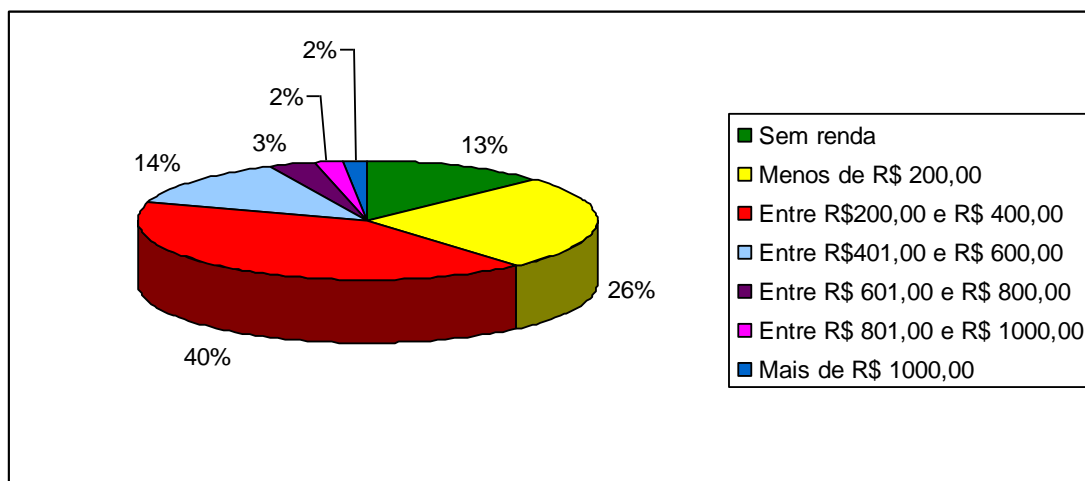


Gráfico 4. Adolescentes que cumprem medida de privação de liberdade segundo a renda familiar no Brasil – 2002.

Fonte dos dados brutos: IPEA/MJ-DCA (2002). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/pub/td/2003/td_0979.pdf

Obs.: Para o estado de São Paulo, foi considerada 70% da população de adolescentes em privação de liberdade e, para o Rio Grande do Sul, os dados correspondem a 50% dos adolescentes.

A grande maioria dos adolescentes privados de liberdade no Brasil vive em famílias que ganham até R\$ 400,00. Unindo este dado com os já expostos, a seguinte constatação se confirma: “as sentenças cospem no sistema penitenciário e nas chamadas entidades socioeducativas os personagens de sempre, ‘restos’ da sociedade, ‘sobras’ indigestas. Os presídios estão repletos de pobres e negros, do sexo masculino, jovens” (SOARES, 2005 p. 188). O princípio de prioridade absoluta, promulgado pelo ECA, aparece assim em uma realidade distante, já que, como se pode perceber, adolescentes privados de sua liberdade anteriormente já foram privados de outros direitos, como educação e rendimentos que garantam condições dignas de vida.

Soma-se a essa realidade que, quando questionados se estavam trabalhando no período em que houve a prática do ato infracional, 49% não estavam trabalhando, 40% estavam localizados no mercado informal de trabalho e apenas 3% trabalhavam com carteira assinada. De 8% não se obtiveram informações (IPEA, MJ-DCA, 2002). A partir dos dados referidos relativos ao mercado de trabalho para a juventude, bem como os referentes às características dos adolescentes privados de liberdade, compreende-se que, com a baixa qualificação que estes adolescentes possuem, dificilmente conseguiriam se inserir em ocupações formalizadas.

Ao observar o que as instituições de privação de liberdade oferecem aos internados, em relação à profissionalização, tem-se que, em âmbito nacional, 85% oferecem algum tipo de profissionalização (IPEA, MJ-DCA, 2002). Isto é, as demais unidades de privação de liberdade (15%), que não oferecem essa possibilidade aos internos, não estão de acordo com o artigo 124 do ECA, que dispõe sobre os direitos dos adolescentes privados de liberdade, entre os quais está o direito de receber escolarização⁷⁸ e profissionalização. Além disso, destaca-se que, mesmo nas instituições que oferecem a profissionalização, a disciplina e o bom comportamento aparecem como critérios para a inserção dos jovens em tais atividades, mesmo que esse direito seja para todos os internados (SILVA, GUERESI, 2000).

A relação da profissionalização com as necessidades locais do mercado de trabalho⁷⁹ é avaliada como inadequada em 41% das unidades no Brasil (IPEA, MJ-DCA, 2002). Isso possivelmente se dá pela falta de parceria com políticas locais e estaduais de profissionalização.

Entre as principais dificuldades encontradas para que essa profissionalização aconteça, destacam-se: insuficiência/inadequação de espaço físico/oficina; insuficiência de material de trabalho; insuficiência de carga horária; descontinuidade dos cursos; inadequação de metodologia; baixa qualidade dos cursos oferecidos; insuficiência ou inexistência de instrutores; capacitação inadequada de instrutores; baixa escolaridade dos adolescentes; insuficiência de vagas; superlotação das unidades; inexistência de programas de qualificação específicos aos adolescentes internos; dificuldade para realizar parceria; escassez de recursos; dificuldade no acesso a recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT (IPEA, MJ-DCA, 2002).

Essas condições podem demonstrar que nem sempre se consegue ter uma verdadeira preparação ao mercado de trabalho. Os cursos oferecidos em geral dizem respeito a um mercado clássico de trabalho para prestação de serviços de baixa ou média complexidade, como padeiro, carpinteiro e sapateiro. Em uma das

⁷⁸ Em relação ao número de unidades de privação de liberdade que oferecem escolarização aos adolescentes, ver: SILVA, Enid Rocha Andrade; GUERESI, Simone. *Adolescente em conflito com a lei: situação do atendimento institucional no Brasil*. IPEA. Texto para discussão nº 979. Brasília, 2003. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/pub/td/2003/td_0979.pdf.

⁷⁹ Segundo o ECA, no artigo 124, constitui um dos direitos dos jovens privados de liberdade permanecer internado na mesma localidade ou naquela mais próxima do domicílio dos pais ou responsáveis.

unidades pesquisadas, o curso de informática é o mais solicitado pelos adolescentes; no entanto, nunca foi oferecido. Já em outro é disponibilizado o curso de datilografia, inadequado aos tempos atuais (SILVA, GUERESI, 2003).

Dados relativos ao estado do Rio Grande do Sul, do ano de 2008⁸⁰, revelam que essas características dos adolescentes privados de liberdade, como baixa escolaridade e pertencimento a famílias com baixo rendimento, possivelmente vêm se mantendo no decorrer dos anos, mesmo que se refiram apenas a um Estado do Brasil. No entanto, o dado relativo à raça/cor no Estado demonstra que a grande maioria, 60,36% dos adolescentes internados, é de brancos, e 39,36%, de não brancos⁸¹. Isso se deve à peculiaridade da formação étnica do Rio Grande do Sul, que teve em sua colonização um grande número de imigrantes europeus.

Assim, considerando que possivelmente exista uma relação entre reincidência e dificuldade de inserção no mercado de trabalho, a preocupação deveria ser dirigida para que o adolescente de fato encontrasse uma colocação nesse mercado. Nesse sentido, constata-se que, no mundo do crime, não há falta de vagas para a inserção de adolescentes (SILVA, GUERESI, 2003).

A partir do olhar de adolescentes como metáforas da violência (SALES, 2007), da invisibilidade desses sujeitos, conforme abordado no capítulo anterior, e das condições sociais que vivenciam, como a baixa escolaridade e a renda familiar, a inserção no mercado de trabalho acaba se dando, muitas vezes, a partir das oportunidades que a comunidade em que estão inseridos lhes proporciona. Nesse cenário, o mercado do tráfico de drogas lhes soa muito atraente, na medida em que lhes oferece dinheiro rápido, bem como a ilusão de poder e de força.

⁸⁰ Os dados relativos ao Estado do Rio Grande do Sul são oriundos do Mapeamento do Sistema Socioeducativo de Privação de Liberdade no Estado do Rio Grande do Sul, realizado em 2008/2009 pela Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Sul (FSS/PUCRS) em parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH).

⁸¹ No Estado do Rio Grande do Sul, em outubro do ano de 2008, havia 1.079 adolescentes privados de liberdade. Contudo, o dado relativo à raça/cor diz respeito a 531 jovens. Isso pode demonstrar a possível falta de qualidade nas informações que dizem respeito às particularidades dos adolescentes, o que resulta na carência de dados que possam dar base para construção de políticas públicas para esse segmento que deem conta tanto das características comuns, como baixa escolaridade, como das singularidades dos sujeitos (FSS/PUCRS, SEDH, 2008/2009).

[...] Perfila-se ainda nitidamente uma prática muito lucrativa no mundo capitalista, um comércio ilegal totalmente desprovido de ética: o tráfico de drogas. Sob a aparência do sucesso, da força, do poder, esta atividade atrai muitos jovens, mas trata-se do campo do ilícito, das drogas, da economia clandestina que desloca milhões de dólares no mundo e escapa dos impostos. [...] Conjugado ao tráfico de armas de fogo, seu caminho é marcado no Brasil por milhares de mortes (SALES, 2007 p. 316 e 317).

Os índices de homicídios entre os jovens, assim como a taxa de desemprego, costumam ser superiores aos dos adultos. Em 2002, dos 47.885 óbitos de jovens brasileiros, 37.486, ou seja, 78,28%, diziam respeito a morte por causas externas, sendo o homicídio o principal fator. E somam-se a esse cenário os homicídios ligados ao uso de arma de fogo (TRASSI, 2006), que se relaciona com o tráfico de drogas.

Há um déficit de jovens, entre 15 e 24 anos, na sociedade brasileira – fenômeno que só se verifica nas estruturas demográficas de sociedades que estão em guerra. Portanto o Brasil vive as consequências de uma guerra inexistente e, mais que qualquer outro, determinado setor social está pagando com a vida o preço dessa tragédia [...] um genocídio paradoxal, autográfico e fratricida. Jovens pobres matam jovens pobres, numa dinâmica que não conhecem e não controlam [...] (SOARES, 2005 p. 247).

O índice de mortes entre jovens é maior, bem como a taxa de desemprego, constituindo aí uma possível relação. Aparecem nesta inúmeras facetas, como a baixa escolaridade e o baixo nível de renda, associados ainda à questão da raça/cor, que contribuiriam ao desemprego junto com a conjuntura que desfavorece a inserção desses sujeitos. No crime, no entanto, que se associa ao elevado número de mortes dos jovens e no qual sempre há vagas, eles encontrariam renda e reconhecimento.

O tráfico de armas e drogas é o que mais cresce nas metrópoles brasileiras, o que mais organicamente se articula ao crime organizado e o que mais influi sobre a criminalidade que se expande pelo país. Nessa relação, as drogas financiam as armas e estas intensificam a violência⁸² (SOARES, 2005).

Entre outras consequências sociais do tráfico de drogas, estão a expulsão de crianças do seio de suas famílias, a realização de atentados em escolas, ao

⁸² A relação entre tráfico de drogas e armas se iniciou em meados da década de 1980, principalmente no Rio de Janeiro. Gradualmente, essa relação foi se ampliando em outras regiões do país (SOARES, 2005).

transporte público, contra o patrimônio público, etc. Além disso, é responsável também pelo aumento do cumprimento de medidas de internação (SALES, 2007), que, conforme explicitado no Gráfico 2, já em 2002 dizia respeito a 8,7% dos delitos dos jovens privados de liberdade.

Nesse contexto ainda se inserem outros elementos, como a violência e a corrupção policial, o financiamento do tráfico por grandes empresários e políticos, mas não são objetos de investigação deste estudo. Importa neste caso referenciar a juventude que se insere nesse mercado. Jovens que são recrutados como “soldados do tráfico” (SOARES, 2005) e que são seduzidos pela rapidez de acesso a bens considerados valiosos, como armas, carros, roupas, tecnologias em geral, e pela exibição, já que, dentro da comunidade onde estão, possuem poder e privilégios. Concomitantemente, essas possibilidades que o tráfico dá a esses adolescentes são tão frágeis quanto a vida desses sujeitos. O que “vem fácil, vai fácil”, já que o que foi conquistado pode ser retirado pela própria polícia, pelos próprios membros do bando, pelos inimigos (SALES, 2007).

A vantagem de estar na vida do crime é arrumar dinheiro. Só isso, ter dinheiro no bolso, ter dinheiro direto. Estando aqui, nunca vou estar duro; posso estar duro hoje, mas amanhã eu sei que vou estar com dinheiro. É um dinheiro maldito, mas é um dinheiro rápido que a gente tem necessidade.

Só tem as desvantagens também, que é rodar e ser morto, ser morto na mão dos amigos [...]. (SOARES, 2005 p. 134)⁸³.

Dinheiro e morte são dois elementos que andam lado a lado. O tráfico traz benefícios a esses adolescentes, como o acesso ao consumo, o reconhecimento, a visibilidade, a sensação de pertencimento a um grupo, bem como, no caso dos meninos, a masculinidade, a virilidade que se materializa como um diferenciado poder de sedução das meninas da comunidade e aquelas de outras localidades (SOARES, 2005). Nele vive-se pouco, mas vive-se “bem”.

Aqueles que não recorrem ao crime percorrem um caminho mais longo quanto à possibilidade de acesso a bens de consumo. Passam pela batalha do primeiro emprego, do término dos estudos (em geral do ensino médio), pelo

⁸³ Este relato está no livro Cabeça de Porco (2005) e foi colhido por Celso Athayde e MV Bill, no ano de 2002. Quem fala é um adolescente que na época tinha 15 anos.

consumo por meio do sistema a prazo ou estratégias de troca de favores entre familiares e amigos. Esses jovens também possuem o sonho do sucesso fácil, pelo esporte (principalmente o futebol), pela música e também pela moda (SALES, 2007).

A sociedade brasileira possui então um grande desafio: disputar esses jovens com o mercado de trabalho oferecido pelo tráfico.

Não é fácil. Não bastam empregos, quaisquer empregos, ou frentes de trabalho. Às vezes qualquer emprego resolve; em geral, não é bem assim que acontece. [...] Eles não querem ser apenas pintores de nossas paredes, mecânicos de nossos carros, engraxates de nossos sapatos. Eles querem o que nossos filhos querem: internet, música, arte, dança, esporte, cinema, mídia, tecnologia de última geração, criatividade. Já foi o tempo em que bastava acenar com a integração subalterna para calar as demandas. Agora, quem demanda quer mesmo a tal cidadania [...] (SOARES, 2005 p. 286).

A atual conjuntura do mercado de trabalho brasileiro acirra o desenvolvimento de empregos precários, desempregos, vínculos subordinados à economia ilegal do narcotráfico, exploração sexual dos jovens. Há uma cisão entre direitos e violência, já que os adolescentes ora estão na condição de cidadania escassa, como usuários e serviços de assistência e filantropia, ora como associados à criminalidade e à violência, sendo estas últimas as mais divulgadas pelos meios de comunicação (SALES, 2007).

Existe um hiato entre as políticas governamentais destinadas a crianças e adolescentes e as demais políticas do campo da seguridade social, que propiciam a prática de delitos. Soma-se a essa condição o baixo comprometimento dos governos locais com a implantação do ECA, bem como com o alto índice de encarceramento dos jovens.

A falta de perspectivas educacionais, culturais, de trabalho e de mobilidade social demonstra descaso com os jovens de nosso país. Como observado anteriormente, as políticas relacionados com a qualificação e a inserção profissional dos jovens se tornam pouco eficientes em um contexto em que o desemprego prevalece. Ao mesmo tempo, jovens oriundos das elites e classes médias têm a possibilidade de retardar a sua inserção no mercado de trabalho, enquanto jovens pobres abandonam ou conciliam os estudos com o trabalho, seja aquele considerado legal ou ilegal.

Em uma sociedade na qual “o espetáculo é a afirmação da aparência” (DEBORD, 1997 p. 16), isto é, na qual o que importa é o ter, o consumo, é necessária a criação de alternativas que possibilitem os mesmos benefícios que o envolvimento com o crime proporciona aos adolescentes. Em um lugar onde a estética, conforme explicitado no capítulo anterior, triunfa sobre a ética e valores como a descartabilidade, a instantaneidade e o individualismo ganham espaço, a discussão sobre possibilidades alternativas de inserção social desses jovens é de extrema importância.

Tendo em vista esses aspectos, este trabalho objetiva discutir a inserção de jovens e adolescentes em conflito com a lei em um empreendimento econômico e solidário. Contudo, antes de se iniciar essa discussão, os próximos itens abordarão a realidade do município de Santo Ângelo, onde está localizada a cooperativa objeto deste estudo, tanto em seus aspectos socioeconômicos quanto especificamente aspectos relacionados à Economia Solidária.

3.3 AS PARTICULARIDADES DO MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO

O município de Santo Ângelo, geograficamente, está localizado no noroeste do estado do Rio Grande do Sul e é conhecido como capital das Missões⁸⁴. É formado por acentuada miscigenação étnica, com predominância de alemães, italianos e portugueses. A grande maioria dos imigrantes se instalou, em torno de 1891, no interior do município, formando colônias de produção familiar.

O município de Santo Ângelo possui 681 quilômetros quadrados, localizados à margem direita do Rio Ijuí, tendo como limítrofes os municípios de Catuípe, Entre-Ijuís, Giruá, Guarani das Missões, Sete de Setembro e Vitória das Missões (IBGE, 2003). Possui uma população em torno de 76.745 habitantes, sendo que 64.900 residem na área urbana e 11.845 na área rural, equivalendo a uma taxa de urbanização de 84,57% (Pnud, 2000). Em 2000, a população de Santo Ângelo representava apenas 0,75% da do Estado e 0,05% da população do país.

Já no ano de 2008, a população municipal decresceu, totalizando 73.800 habitantes (IBGE, 2008). Dado que pode demonstrar a possível migração de parcela da população para outros municípios e estados. Desse modo, ao se observar a estrutura etária do município (Tabela 2), percebe-se que a maioria da população é adulta. Sendo assim, pode-se considerar a hipótese de que a população jovem migra para outras localidades em busca de melhores condições de inserção no mercado de trabalho, bem como de qualificação.

⁸⁴ Os povos missioneiros se organizaram em mais de trinta reduções, situadas ao norte da Bacia do Rio da Prata, áreas hoje pertencentes ao Brasil, à Argentina e ao Paraguai. A partir de 1682, os padres jesuítas fundaram os Sete Povos das Missões: São Borja (1682), São Nicolau (1687), São Luís Gonzaga (1687), São Miguel (1687), São Lourenço (1690), São João Batista (1697) e Santo Ângelo (1706). Porém, o conflito pela posse das terras entre Portugal e Espanha, fez com que o tratado de Madri desencadeasse a Guerra Guaranítica, em que os índios foram derrotados e dispersos num vasto território. Posteriormente, em 1761, com a anulação do tratado de Madrid, estes se reorganizaram. No entanto, em 1767, os padres jesuítas foram definitivamente expulsos do continente americano, iniciando a decadência das reduções jesuítico-guaranis. Até 1801, o atual território missioneiro pertenceu ao domínio espanhol, quando foi tomado pelas forças portuguesas. Atualmente as reduções jesuítico-guaranis, localizadas em território brasileiro, são conhecidas como Sete Povos das Missões: São Francisco de Borja, São Nicolau, São Luiz Gonzaga, São Miguel Arcanjo, São Lourenço Mártir, São João Batista e Santo Ângelo Custódio (<http://www.santoangelo.rs.com.org.br/>).

Tabela 2

Estrutura etária da população de Santo Ângelo-RS, 2000

	População	(%)
0 a 9 anos	13.224	17,25
10 a 14 anos	7.031	9,16
15 a 17 anos	4.360	5,67
18 a 22 anos		
23 a 24 anos	2.397	3,12
25 anos ou mais	42.733	55,68

Fonte dos dados brutos: Pnud (2000)

Como se pode observar, a maioria da população do município é adulta, possuindo mais de 25 anos. Concomitantemente, o contingente de jovens entre 15 e 24 anos também é significativo, representando 17,91% da população total. Desses jovens, 2,5% são analfabetos, 10,1% possuem menos de quatro anos de estudo e 76,7% possuem menos de oito anos de estudo. Já do total de jovens entre 15 e 17 anos, 82,2% frequentam a escola. Esses dados demonstram que o direito à educação básica vem sendo garantido à maioria dos jovens do município. Contudo, questiona-se novamente a qualidade do ensino oferecido no município. Como já referido anteriormente, o índice de desenvolvimento da educação básica nacional é de 4,2, que é considerado baixo, já que a média dos países desenvolvidos é acima de 6. No município de Santo Ângelo, esse índice é ainda inferior à média nacional, sendo de 3,6 (MEC, 2007), o que possivelmente demonstra que o município precisa de mais investimentos na educação para avançar muito em relação a aspectos como repetência e desistência dos alunos.

O município possui 45,4% de estabelecimentos educacionais que oferecem pré-escola, 44,5% que dispõem de ensino fundamental e apenas 10,1% das escolas oferecem Ensino Médio (IBGE, 2003). Novamente se reitera a baixa preocupação observada no país, e agora em âmbito municipal, do oferecimento do Ensino Médio. Em relação ao Ensino Superior, o município possui uma Faculdade e uma Universidade, ambas privadas, que recebem alunos, principalmente da região noroeste, à qual Santo Ângelo pertence. Contudo, não se encontraram dados referentes ao número de habitantes municipais que têm acesso a este grau de ensino, mas acredita-se que não seja elevado até mesmo pelo número de sujeitos que têm acesso ao Ensino Médio.

Já no que se refere à população adulta, observa-se um índice de analfabetismo bastante elevado, sendo de 6,7%. Além disso, 20,7% da população acima dos 25 anos possui menos de quatro anos de estudo, e 59,1% têm menos de oito anos de estudo. A média de anos de estudo gira em torno de 6,8. Ao observar essas informações, pode-se perceber que possivelmente a preocupação com a educação é recente neste município, principalmente se comparado com o início dos anos de 1990, quando o índice de analfabetismo chegava a 10,4% da população adulta e 4,3% da população jovem.

A renda *per capita* gira em torno de R\$ 330,50, tendo crescido 42,21% desde o ano de 1991, quando era de R\$ 232,40 (Pnud, 2000). A proporção de pobres – medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar inferior a R\$ 75,00, equivalente a metade de um salário mínimo vigente em agosto de 2000 – é de 22,4% (Pnud, 2000). Nesse aspecto, também houve uma melhora desde o início da década de 1990, quando este indicador era de 32,2%, representando uma queda de 30,56%. Mesmo considerando que a renda não é o único determinante da pobreza, este dado demonstra as melhoras ocorridas nas condições financeiras da população desde o final do século passado. No entanto, o índice de Gini⁸⁵ manteve-se exatamente o mesmo – 0,58 – passados dez anos.

Outros dados também importam para caracterizar as condições de vida do município de Santo Ângelo: em 2000, 95,6% dos domicílios tinham acesso à água encanada, 98,8% à energia elétrica, e 96,3% dos domicílios urbanos possuíam acesso à coleta de lixo. Ou seja, a grande maioria dos habitantes municipais tinha garantidos serviços básicos, que contribuem para uma melhor qualidade de vida da população. Serviços esses que, no ano de 1991, possuíam índices de alcance menores do que os atuais: 87,4% possuíam água encanada; 93,4%, energia elétrica; 84,8%, coleta de lixo (Pnud, 2000).

Destaca-se também que a esperança de vida ao nascer, que em 1991 era de 70,1 anos, teve um leve crescimento para 72,4 anos. Média que está um pouco acima da nacional, que é de 71,3 anos (IBGE, 2003). Em relação à taxa de mortalidade infantil, também houve uma melhora: de 18,9 em cada mil nascidos

⁸⁵ O índice Gini permite verificar a desigualdade de renda existe no município, em uma escala de 0 a 1, na qual o 0 significa que todos possuem a mesma renda, e quanto mais perto de 1 maior é a desigualdade.

vivos em 1991 para 16,2 em 2000. Novamente, quando comparado com o Brasil, o município possui indicador acima da média nacional, já que, em cada mil nascidos vivos no Brasil, 27 crianças com menos de 1 ano morrem (IBGE, 2003). Melhoras que podem estar ligadas ao crescimento dos índices de acesso a serviços básicos.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) municipal também cresceu nos últimos anos. Em 1991, era de 0,762, considerado médio, e, em 2000, aumentou 7,74%, chegando à marca de 0,821⁸⁶, índice considerado alto. As melhoras observadas na educação, na renda e na longevidade são as dimensões que mais contribuíram para essa melhora. Naquele período, o hiato de desenvolvimento humano (a distância entre o IDH municipal e o IDH máximo, ou seja, 1) foi reduzido em 24,8%.

Em relação a outros municípios brasileiros no que se refere ao IDH, Santo Ângelo ocupa a 212ª posição, estando apenas 211 municípios (3,8%) em situação melhor e 5.295 (96,2%) em situação pior ou igual. Em relação aos outros municípios do Estado do Rio Grande do Sul, Santo Ângelo ocupa a 73ª posição, estando 72 municípios (15,4%) em situação melhor e 394 (84,6%) em situação pior ou igual (Pnud, 2000). Isto é, Santo Ângelo possui melhor desenvolvimento humano do que a maioria das cidades do Brasil e do estado do Rio Grande do Sul.

No que se refere à saúde, os estabelecimentos se concentram na rede privada (56,7%), estando os demais (43,3%) na rede pública (IBGE, 2003). Contudo, grande parte das instituições privadas conta com a filantropia, o que não possibilita afirmar que a maior parte da população recorre à rede privada.

Em relação à economia do município, salienta-se que está centrada nos setores comercial e de prestação de serviços. O segmento de serviços representa uma fatia importante da economia santo-angelense, totalizando 4.633 empresas. O comércio mais expressivo é o de máquinas e implementos agrícolas, insumos, produtos agropecuários, alimentação, vestuário e utilidades, totalizando 1.852 estabelecimentos comerciais. As principais atividades agrícolas do município são, em ordem de importância, o cultivo de soja, milho, trigo, aveia, feijão, arroz, mandioca e girassol (PREFEITURA MUNICIPAL DE ÂNGELO-RS).

⁸⁶ O IDH varia de 0 a 1, 0 sendo até 0,499 considerado baixo, de 0,500 a 0,799 médio, e, acima de 0,800, alto (Pnud, 2000).

Complementando os dados que abordam os aspectos socioeconômicos do município, em relação ao Produto Interno Bruto municipal adicionado por parte da agropecuária é de R\$ 44.602; já em relação à indústria, é de R\$ 124.665; e, quanto aos serviços, é de R\$ 533.216 (IBGE, 2009). Reitera-se, portanto, o destaque do setor de serviços no município na economia. O setor da indústria, que comumente é o que mais emprega e é considerado fator de desenvolvimento municipal, possui baixa representatividade quando comparado com o de serviços. Esse dado pode ser relacionado com a diminuição do número de habitantes municipais e com a possibilidade de os jovens estarem migrando para outras regiões em busca de melhores condições de emprego.

No que tange aos aspectos relacionados à cultura municipal, destaca-se a existência dos Centros de Tradições Gaúchas, grupos gauchescos organizados com o intuito de preservar as tradições da comunidade. Somam-se também os grupos folclóricos, que se organizam de acordo com suas etnias, entre eles alemães, italianos, árabes, portugueses, suíços, espanhóis, afro, poloneses e franceses.

O município também conta com uma série de prédios históricos e atrações turísticas, como o Prédio da Antiga Estação Ferroviária, a própria Prefeitura Municipal, o Teatro Municipal Antônio Sepp, o Centro Municipal de Cultura Santo Ângelo Custódio, o Museu Municipal Dr. José Olavo Machado, a Catedral Angelopolitana, o Monumento ao Índio Guarani e o Memorial Coluna Prestes.

Os principais eventos municipais são a Feira Internacional do Milho – FENAMILHO, a Procissão de Cristo Morto, a Semana Cultural, o Festival da Música Missioneira, a Romaria Penitencial Nossa Senhora da Salete, a Festa do Colono e Motorista e o Natal Luz. Contudo, alguns desses eventos são pagos, como a FENAMILHO e a Festa do Colono e Motorista, ou então estão vinculados a determinada religião – como a igreja Católica, que engloba a maior parte da população municipal. Porém, destaca-se também a existência de diversas outras igrejas no município: evangélicas (batistas, adventistas, luteranas, presbiterianas, metodistas, entre outras), espíritas, afrobrasileiras, testemunhas de Jeová e mórmons. Além disso, existem outras minorias que seguem o islamismo e o budismo, bem como expressões diversas como o xamanismo (mbyá guarani) e o judaísmo.

Os espaços gratuitos de lazer dizem respeito sobretudo às praças, dentre as quais se destacam a Praça Pinheiro Machado e a Praça Ricardo Leônidas Ribas, que se localizam no centro da cidade. Outras, localizadas em bairros, também contam com quadras para a prática de esportes, bem como pistas de *skate*. Há ainda outros locais de acesso gratuito, como o Seminário Sagrada Família e também a cascata do Comandaí. Existem clubes para o lazer; contudo, são pagos e de acesso restrito aos sócios.

No que diz respeito aos programas destinados aos jovens, destaca-se o ProJovem Adolescente, antigo Agente Jovem, que é desenvolvido em parceria com o Governo Federal. Esse programa atende mais de trinta adolescentes na faixa etária de 15 a 17 anos, de diferentes bairros da cidade. Pelo projeto, são realizados cursos de eletricidade, elétrico predial básico e artesanato, assim como aulas de informática, mediante parceria com o Instituto Cenecista de Ensino Superior de Santo Ângelo – IESA. Além disso, professores do programa desenvolvem oficinas de teatro e dança, e os jovens participam ainda de atividades de recreação com crianças do projeto Despertar com Arte (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ÂNGELO, 2009). Esse dado demonstra novamente que, para os jovens oriundos das camadas mais pobres da população, como aqueles que são privados de liberdade, são destinados trabalhos, qualificações que podem reforçar o círculo de pobreza ao qual pertencem. Normalmente ocupações com artesanato e eletricidade, garantem baixos rendimentos. Ao mesmo tempo, é inegável a importância da realização de atividades relacionadas a arte e lazer, que constituem direitos das crianças e dos adolescentes.

O Programa ProJovem Trabalhador – destinado aos jovens entre 18 e 29 anos, desempregados, matriculados no Ensino Médio, Fundamental ou em cursos de Educação de Jovens e que pertençam a famílias com renda *per capita* de até um salário mínimo –, referido no item 3.1 desta dissertação, também está sendo desenvolvido no município, atendendo 500 jovens com o perfil acima descrito. Tendo em vista a qualificação profissional, estão sendo oferecidos cursos de 350 horas/aula que serão completadas em março do ano de 2010, atendendo às áreas de inclusão digital, educação ambiental, administração, alimentação, arte e cultura, estética e beleza, construção e reparos, educação, serviços domiciliares e turismo e hospitalidade, entre outros.

Em relação aos adolescentes em conflito com a lei, não existem dados acerca do número total de jovens que estão cumprindo medidas socioeducativas (meio aberto e fechado). No Centro de Atendimento Socioeducativo (Case)⁸⁷ Regional⁸⁸ de Santo Ângelo, em dezembro de 2009, havia cerca de 44 adolescentes privados de liberdade⁸⁹, sendo que, em todo o estado do Rio Grande do Sul, no mesmo período, havia 1.127 adolescentes internados (FASE-RS, 2009).

As medidas socioeducativas em meio aberto desenvolvidas pela Comarca de Santo Ângelo são desenvolvidas por uma organização não governamental (ONG) que, em 2004⁹⁰, possuía um total de 150 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto. Destes, 97 estavam prestando serviços à comunidade, e 53, em liberdade assistida. De um contingente de 18.978 adolescentes residentes em Santo Ângelo, 0,79% estavam cumprindo algum tipo de medida em meio aberto (SARAIVA, PEREIRA, 2004). Destaca-se que, segundo o SINASE, a aplicação das medidas socioeducativas em meio aberto são de responsabilidade do município. No caso de Santo Ângelo, essa responsabilidade foi repassada para uma ONG⁹¹, a qual recebe recursos para tal atuação.

⁸⁷ A Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE) foi criada em 2002, representando a extinção da antiga Fundação do Bem-Estar do Menor (FEBEM). A sua criação se deu a partir de uma concepção de atendimento que corresponde ao ECA e que busca romper com o paradigma correccional-repressivo que orientava as ações punitivas destinadas aos adolescentes em conflito com a lei até a criação do Estatuto (FASE-RS, 2009).

⁸⁸ Outro processo desenvolvido a partir da criação do ECA foi a regionalização do atendimento aos adolescentes. Em relação à privação de liberdade, atualmente o Estado do Rio Grande do Sul conta com 11 unidades de atendimento no interior (FASE-RS, 2009).

⁸⁹ A CASE Santo Ângelo possui capacidade de internação de 40 adolescentes, ou seja, está internado no município um número maior de jovens do que a capacidade disponível (FASE-RS, 2009).

⁹⁰ A instituição não dispõe de sistema de registro que levante as características dos jovens que estão em atendimento.

⁹¹ Com maior expressão a partir da década de 1970, as ONGs possuíam um papel articulador com os movimentos sociais e captavam recursos para estes. Naquele período, eram os movimentos sociais que lutavam contra a ditadura e em prol de causas como alimentação e moradia. Contudo, a partir da década de 1990, passa a se desenvolver um movimento de inflexão nessa relação entre ONGs e movimentos sociais. As ONGs passam a assumir o papel principal. Estas possuem maiores possibilidades de obtenção de recursos e apoio do que os movimentos sociais, possuindo maior respaldo e credibilidade social. Estas também passam a se relacionar de forma diferente com o Estado. Enquanto, nas décadas de 1970 e 1980, participavam junto com os movimentos sociais no enfrentamento do sistema, a partir dos anos de 1990 passam a ter uma relação de parceria com este. Além disso, o Estado e os mecanismos internacionais passam a negociar diretamente com as ONGs, que negociam mais facilmente. Desse modo, há uma redução em quantidade e impacto social dos movimentos sociais, e as ONGs assumem a representatividade das organizações sociais, em uma relação de “pedido” e negociação entre parceiros. Como resultado, tem-se a “drástica (e fatal) mudança na forma e conteúdo das lutas sociais neste âmbito; mais dócil relação (não conflitiva, mas negociada) com o capital e com o Estado; despolitização e esvaziamento das organizações populares

Mesmo que não seja objetivo deste estudo discutir acerca do desenvolvimento do Terceiro Setor⁹² no Brasil, refere-se que o que seria uma responsabilidade do poder público municipal foi repassado para uma entidade civil. Lembra-se que a minimização no Estado no que tange às políticas sociais propagou-se no Brasil na década de 1990, quando o governo adere às políticas respaldadas na teoria neoliberal. Desse modo, transfere-se para a sociedade civil uma responsabilidade estatal, neste caso os adolescentes em conflito com a lei em Santo Ângelo.

A partir dessa breve contextualização do município de Santo Ângelo, observa-se que, em termos sociais, há um bom desenvolvimento, sobretudo quando levado em conta o IDH municipal. No entanto, no que tange às políticas de trabalho destinadas aos jovens, o município compartilha praticamente as mesmas características do restante do país – programas focalizados, que possibilitam a qualificação em áreas precarizadas, não garantindo substancialmente a inserção profissional do jovem. Desse modo, o item a seguir descreve a Economia Solidária no município como uma das alternativas existentes para gerar trabalho e renda à população local, objetivando demonstrar quais são suas principais características, relacionando-as com o Brasil e o estado do Rio Grande do Sul.

e suas demandas sociais agora intermediadas pela ONG” (MONTAÑO, 2003 p. 274). Destaca-se ainda que, a partir da cultura meritocrática que caracteriza a história dos direitos no Brasil, o trabalho das ONGs que aderem a essa perspectiva parecem ser mais eficientes. Somado à intensa apelação da visão do Estado como ineficiente e corrupto, essas organizações passam a ter maior credibilidade e assumir o dever do Estado, que também passa a destinar recursos junto a organismos internacionais. Para um maior aprofundamento sobre a temática, ver: MONTAÑO (2003); GOHN (2002); BARBOSA (2007).

⁹² O termo Terceiro Setor possui uma imprecisão conceitual. Contudo, nas ciências sociais é costume dividir, com variações, a ordem social em: economia/mercado, política/Estado e um Terceiro Setor, composto pela sociedade civil (SOBOTTKA, 2002).

3.3.1. A experiência em Economia Solidária em Santo Ângelo

Atualmente, no Brasil, existem aproximadamente 21.859 empreendimentos considerados econômicos e solidários mapeados pelo Ministério do Trabalho e Emprego⁹³, e que possuem uma extensa variedade de produtos e serviços, englobando 1.687.496 trabalhadores. De todo o país, o estado do Rio Grande do Sul é o que possui o maior número de empreendimentos econômicos e solidários, totalizando 2.085 e envolvendo 364.748 sujeitos (SENAES, 2007).

Destaca-se que o Estado do Rio Grande do Sul implementou, antes mesmo do Governo Federal, um programa designado Economia Popular e Solidária, durante o governo de Olívio Dutra (1999-2002). Esse programa estava direcionado para a criação e o fomento de empresas interligadas em redes para a autogestão de empreendimentos populares (GOERCK, 2006). Possivelmente devido a este programa o número de empreendimentos localizados no Estado seja superior ao encontrado no restante do país.

O município de Santo Ângelo possui atualmente dez empreendimentos econômicos e solidários mapeados, que, em um primeiro momento, aparentemente envolveriam 21.570 pessoas, isto é, mais de 20% da população municipal. No entanto, o elevado número de sujeitos contabilizados como participantes da Economia Solidária no município deve-se ao mapeamento do Sistema de Crédito Cooperativo – SICREDI⁹⁴, o que pode distorcer a realidade da Economia Solidária, já

⁹³ Em 2003, o Governo Federal criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, alocada no Ministério do Trabalho e Emprego, tendo como objetivo viabilizar e coordenar ações de apoio à Economia Solidária. Entre essas ações está o desenvolvimento do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIÉS), com informações sobre os empreendimentos econômicos e solidários, e de entidades de apoio, assessoria e fomento (EAF). Essas informações foram coletadas nos anos de 2005 e 2007 a partir da realização do mapeamento de empreendimentos econômicos e solidários em todo o país.

⁹⁴ O SICREDI é composto por Cooperativas Centrais, Confederação, Banco Cooperativo e empresas controladas (Administradora de Cartões, Administradora de Consórcios e Corretora de Seguros), além da SICREDI Participações S.A. Hoje, possui no Brasil mais de um milhão e quinhentos mil associados (disponível em: <<http://www.sicredi.com.br/>>. Acesso em: 20.08.2009). É considerado como empreendimento econômico e solidário, pois se constitui como uma cooperativa de crédito. No entanto, a efetividade dos princípios norteadores da economia solidária, como cooperação, autogestão e solidariedade, neste sistema são questionáveis, na medida em que envolve um elevado número de sujeitos, que podem não participar diretamente das decisões relativas ao empreendimento, que possivelmente tem seu funcionamento semelhante ao de uma empresa privada.

que este não possui um elevado número de empreendimentos e que não envolvem um elevado número de sujeitos⁹⁵.

Os empreendimentos do município de Santo Ângelo representam apenas 0,47% dos grupos de Economia Solidária do Rio Grande do Sul. O número de empreendimentos econômicos e solidários no município pode ser considerado relativamente baixo, principalmente quando comparado com outros municípios do mesmo porte e também localizados na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, como Ijuí e Cruz Alta, com 23 grupos de Economia Solidária cada (SENAES, 2007), ou até mesmo com cidades menores como Derrubadas, com 26 empreendimentos mapeados. Isso possivelmente se deve ao baixo investimento do poder público local para com esse segmento.

Considerando que o município não conta com um número elevado de indústrias e que a área que mais emprega é o setor de serviços, junto às atividades rurais, o apoio da Economia Solidária poderia contribuir com o desenvolvimento local. Contudo, caso o município incentivasse a geração de novos grupos, ao mesmo tempo em que poderia representar um incentivo à informalidade, poderia possibilitar uma melhor organização/articulação/comercialização desses empreendimentos, já que eles precisam do apoio do Estado para sair da condição de informalidade/precariedade, e para tanto precisam pressioná-lo.

Referentemente à área de atuação dos empreendimentos municipais, cinco encontram-se na área urbana, quatro na área rural e um na rural e na urbana (SENAES, 2007). Observa-se que não é possível afirmar que haja uma predominância de empreendimentos rurais ou urbanos, já que a metade realiza todas as suas atividades na área urbana, e a outra metade exerce na área rural, sendo que um destes desenvolve parte dessa atividade na área urbana.

Já em âmbito nacional, a maior parte dos grupos – 10.513 – realiza o trabalho na área rural, 7.539 na área urbana e 3.711 nas áreas rurais e urbanas (SENAES, 2007). A predominância da área rural no desenvolvimento das atividades dos

⁹⁵ Em 2007, esta pesquisadora realizou uma pesquisa para seu trabalho de Conclusão de Curso no mesmo município, em três empreendimentos econômicos e solidários mapeados pelo MTE. Nesses três empreendimentos, foi contabilizada a participação direta de 97 sujeitos. Uma média de 32,33 pessoas por grupo. Este dado possivelmente demonstra a distorção do número de sujeitos quando considerados casos como a SICREDI, em que a maioria dos associados não tem suas atividades diretamente ligadas ao empreendimento.

empreendimentos no país relaciona-se com o principal setor econômico de atividade desses grupos, formado por agricultura, pecuária, pesca e extrativismo (NASCIMENTO, 2009). No estado do Rio Grande do Sul, os empreendimentos no meio urbano totalizam 862, seguido do rural, que soma 791, e de ambos os meios, somando 420. Isto é, no Estado há uma predominância de empreendimentos urbanos, mesmo que as atividades rurais também tenham destaque no Estado, principalmente na região do município estudado.

Como já mencionado, Santo Ângelo possui parcela de suas atividades econômicas no meio rural – cultivo de soja, milho, trigo, aveia, feijão, arroz, mandioca e girassol –, o que faz com que essa realidade também apareça no âmbito da Economia Solidária. Essa alternativa de geração de trabalho e renda ganha destaque no meio rural, na medida em que se tem o chamado êxodo rural, que se desenvolve a partir do processo de urbanização no país. Os trabalhadores rurais, nos períodos de industrialização nacional, ficaram desassistidos em relação à proteção social. Aqueles que permaneceram e permanecem no campo até os dias atuais necessitaram criar alternativas para o desenvolvimento de suas atividades. São muitos os relatos de trabalhadores rurais que compram equipamentos por meio de grupos de Economia Solidária, já que a compra individual tornou-se inviável. Isto é, os empreendimentos na área rural representam propostas alternativas à própria situação do meio rural, em especial em relação à agricultura familiar, que há cerca de três décadas é dependente da cultura da soja na região noroeste, à qual pertence o município de Santo Ângelo.

As principais atividades desenvolvidas por esses empreendimentos municipais são: serviços relacionados com a agricultura; produção de alimentos; crédito cooperativo; limpeza urbana e esgoto; reciclagem (SENAES, 2007). Constata-se a diversidade de serviços e atividades da Economia Solidária do município, que engloba tanto os pequenos produtores rurais quanto os trabalhadores urbanos desempregados que encontraram na reciclagem meios de gerar trabalho e renda.

Em relação à constituição dos empreendimentos da Economia Solidária, observa-se que, em Santo Ângelo, a informalidade está presente em quatro grupos, e os demais se dividem igualmente entre cooperativas (três) e associações (três). Isto é, no município, a maior parte dos empreendimentos está formalizada. O município segue a característica nacional, segundo a qual a maior parte dos grupos

está formalizada, sobretudo sob a forma de associação. Já no estado do Rio Grande do Sul, a maioria dos grupos é informal⁹⁶.

A existência de registro legal possibilita aos empreendimentos ter acesso ao crédito, entre outros benefícios que facilitam sua operacionalização e seu desenvolvimento. Nesse sentido, um dos grupos informais mapeados em Santo Ângelo apontou, como principal dificuldade para a comercialização de seus produtos, a falta de registro, que não permite ao empreendimento emitir nota fiscal. Complementando essa informação, metade dos grupos do município informou ter dificuldades para ter acesso ao crédito, sendo que dois destes apontaram a informalidade como causa dessa dificuldade, e três, as elevadas taxas de juros, incompatíveis com a realidade dos empreendimentos.

A informalidade é um limitador no que tange ao desenvolvimento e à sobrevivência dos grupos. Importa ressaltar que a presença de inúmeros grupos de Economia Solidária que se encontram na situação de informalidade no país – aproximadamente 7.987 (SENAES, 2007) – e possivelmente estão despidos de qualquer direito social é alarmante. O empreendedorismo pode aparecer nesse cenário como um “desdobramento da ideologia e institucionalidade neoliberal voltada para a liberalização da economia e a quebra das regulamentações sociais” (BARBOSA, 2007 p. 68). Isto é, a organização dos trabalhadores em empreendimentos coletivos autogestionados pode representar um incentivo do próprio capitalismo para a retirada do Estado no que diz respeito ao espaço da proteção social⁹⁷.

A chamada cultura do autoemprego se desenvolve a partir do convencimento do trabalho informal como alternativa social e como possibilidade de inserção dos jovens, conforme abordado anteriormente. É baseada em dois eixos temáticos: 1) defesa do trabalho por conta própria como uma realidade concreta e imutável; 2)

⁹⁶ No Brasil, 11.326 empreendimentos econômicos e solidários se constituem como associação, 2.115 são cooperativas e 7.987, grupos informais. No Estado do Rio Grande do Sul, 597 são associações, 382, cooperativas e 1.024, grupos informais (SENAES, 2007).

⁹⁷ A proteção social é um conceito amplo que, desde meados do século XX, engloba a seguridade social, o asseguramento ou garantias à seguridade e políticas sociais. A Seguridade Social “constitui um sistema programático de segurança contra riscos, circunstâncias, perdas e danos sociais cujas ocorrências afetam negativamente as condições de vida dos cidadãos. O asseguramento identifica-se com as regulamentações legais que garantem ao cidadão a seguridade social como direito. E as políticas sociais constituem uma espécie de política pública que visa concretizar o direito à seguridade social, por meio de um conjunto de medidas, instituições, profissões, benefícios, serviços e recursos programáticos e financeiros” (PEREIRA, 2007 p.16).

difusão da sociedade por conta própria, como alternativa para a diminuição da intervenção estatal na promoção do emprego assalariado. Características essas que também estão presentes na Economia Solidária (BARBOSA, 2007).

A partir dessa percepção, os direitos sociais perdem a referência de política de universalidade, já que apenas aqueles inseridos no mercado formal de trabalho terão acesso a estes. No entanto, cabe destacar que as mudanças nos padrões de acumulação capitalista iniciados no final do século passado, que acarretaram transformações no mercado de trabalho, como explicitado, fizeram com que todos os trabalhadores sofram com as desregulações dos direitos sociais, tanto os assalariados como os que se encontram na informalidade⁹⁸. Assim, o Estado é retirado do espaço dos serviços públicos, convertendo-se em ações residuais, realizando programas de capacitação, como os destinados ao segmento jovem da população, para mobilizar atributos individualizados de empregabilidade, bem como incentivando ações de autoemprego e a própria Economia Solidária (BARBOSA, 2007).

Esses aspectos interferem diretamente na relação capital x trabalho na qual estes sujeitos que trabalham na perspectiva da Economia Solidária estão inseridos. Desse modo,

a subsistência, ainda que não participe da valorização do capital, se faz através de atividades subordinadas à relação do capital. O trabalhador desempregado que desenvolve atividades para seu sustento básico, conseguindo em troca pequena renda para alimentação e cuidados elementares [...] Não obstante, sua subordinação se mantém por meio da ida ao mercado para a aquisição de víveres [...] Além disso, constitui-se como exploração, na medida em que participa da rede de reserva necessária para manter o baixo custo de trabalho – por isso seu desemprego [...] (BARBOSA, 2007 p. 99).

Indo ao encontro dessa constatação, destaca-se que a grande maioria dos empreendimentos no país surgiu como uma alternativa ao desemprego, sobretudo a partir dos anos de 1990⁹⁹, momento a partir do qual se desenvolve a implantação de

⁹⁸ Neste caso, refere-se à informalidade como situações trabalhistas nas quais não há garantia de acesso à Previdência Social, como, por exemplo, trabalhadores sem carteira assinada, férias remuneradas, auxílio doença, seguro desemprego, entre outros. Em relação aos empreendimentos, a informalidade representa também que estes não estão registrados juridicamente.

⁹⁹ 9.945 empreendimentos citaram como motivo de sua criação o desemprego, e 19.207 foram criados desde o início da década de 1990.

políticas respaldadas no neoliberalismo, bem como a propagação do movimento de reestruturação produtiva no Brasil. Este mesmo movimento observa-se no Rio Grande do Sul.

Já no município de Santo Ângelo, apenas três grupos informaram que surgiram como alternativa ao desemprego, sendo que os principais motivos que aparecem foi: obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo e condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros apoios. Novamente aparece a necessidade de os trabalhadores se organizarem coletivamente para gerar mais renda, que, como explicitado anteriormente, é comum entre os empreendimentos rurais, nos quais se constituem associações tendo em vista, por exemplo, a compra de equipamentos que, isoladamente, não teriam condições de adquirir. Também se destaca a existência de um empreendimento destinado aos coletores de materiais recicláveis, que apontam que a organização coletiva fez com que eles obtivessem maiores ganhos quando comparados ao rendimento de um trabalho isolado.

O surgimento dos empreendimentos como uma alternativa ao desemprego reitera as causas do desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil mediante as novas configurações do mercado de trabalho. Além disso, a precarização das condições e relações de trabalho também faz com que esses empreendimentos surjam como uma forma complementar de renda. A dificuldade em conseguir financiamento, destacada em âmbito municipal, possivelmente demonstra o porquê de a maior parte dos grupos no município de Santo Ângelo ser formalizada, já que essa é uma condição comumente exigida para a concessão de crédito.

Nesta discussão, pode-se salientar também a questão da sustentabilidade dos próprios empreendimentos dentro do sistema capitalista. Diversas pesquisas apontam para a falta de capital de giro, a defasagem tecnológica, a baixa escolarização dos trabalhadores e a precária cadeia produtiva e de comercialização (BARBOSA, 2007; LECHAT et al, 2007). A informalidade contribui com essa realidade na medida em que empreendimentos informais não podem se candidatar ao recebimento de crédito.

Constata-se que os empreendimentos econômicos e solidários, em geral, possuem um baixo número de associados em suas unidades produtivas, sendo então de pequeno porte, com uma produção e comercialização em pequena escala.

Consequentemente, é comum que sua organização seja improvisada em termos de divisão de trabalho e hierarquia. Também se verifica a sustentação de trabalhos com longas jornadas, baixas condições de segurança e baixo rendimento. Assim, a produção e a comercialização se limitam quase à garantia de sobrevivência, mantendo o circuito de empobrecimento que cerca os grupos (BARBOSA, 2006).

Essas experiências podem então assumir formas camufladas da exploração do trabalho e, em um segundo momento, contar com o apoio público com vistas à requalificação da informalidade (BARBOSA, 2007). No entanto, como já observado no segundo capítulo, a Economia Solidária pode representar, para além da expressão da desigualdade da questão social, a resistência dos trabalhadores.

Considerando então a Economia Solidária como um campo contraditório, o próximo capítulo trará a pesquisa realizada no município de Santo Ângelo. Abordará como a experiência de Economia Solidária estudada contribui ou não para a inserção social de jovens em situação de vulnerabilidade social e adolescentes em conflito com a lei. Como já mencionado, os benefícios do mundo do crime são muitos quando se trata de uma sociedade pautada no consumo, sendo necessário discutir alternativas para a juventude. Nesse caso, a Economia Solidária pode ser considerada uma das alternativas de geração de trabalho e renda, compreendendo o trabalho como direito de cidadania, não apenas como alternativa à marginalidade.

4 ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ALTERNATIVA DE TRABALHO PARA O ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI EM SANTO ÂNGELO

Conforme explicitado nos capítulos anteriores, as transformações do mundo do trabalho no final do século XX e no início do século XXI acarretam mudanças socioeconômicas e atingem diretamente o modo e a condição de vida das classes trabalhadoras, que passam a vivenciar o desemprego estrutural somado a condições e relações de trabalho precárias. Nesse cenário, os jovens são diretamente afetados, já que possuem piores condições de concorrência em relação aos adultos, como baixa qualificação e experiência profissional.

No que diz respeito aos adolescentes em conflito com a lei, a possibilidade de inserção se torna ainda mais difícil, já que, além das dificuldades usuais de ingresso, possuem outros condicionantes que restringem ainda mais a inserção no mercado de trabalho. Nesse contexto, a Economia Solidária se estabelece como uma das alternativas para geração de trabalho e renda desses adolescentes.

Este capítulo visa então analisar empiricamente a experiência de Economia Solidária existente no município de Santo Ângelo que incorpora jovens em situação de vulnerabilidade social e adolescentes em conflito com a lei. Assim, em um primeiro momento, serão descritos os caminhos metodológicos percorridos na pesquisa para que posteriormente se apresentem as evidências encontradas.

4.1 CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA

Uma dissertação de mestrado consiste no diálogo dos resultados de uma pesquisa e de uma reflexão, que aborda um tema delimitado e único. Diz respeito a um trabalho científico, que tem como objetivo inerente a demonstração e o desenvolvimento de um raciocínio lógico. Para tanto, faz-se necessário o uso de métodos e técnicas específicas de acordo com a ciência em que se está trabalhando (SEVERINO, 2000).

Nessa perspectiva, importa ressaltar qual o caminho metodológico utilizado para estudar a temática: *A inserção de jovens em situação de vulnerabilidade social e adolescentes egressos do sistema de atendimento socioeducativo na experiência de Economia Solidária voltada para geração de trabalho e renda no município de Santo Ângelo (RS), no período de 2009.*

Entende-se por metodologia o caminho do pensamento e a prática desempenhada na abordagem da realidade. Para o desenvolvimento da pesquisa, a metodologia apresenta-se como aspecto central, pois abrange as concepções teóricas de abordagem e as técnicas que possibilitam o estudo da realidade, bem como o potencial criativo do pesquisador (MINAYO, 1994).

Esta dissertação de mestrado está embasada no método dialético-crítico, desenvolvido por Karl Marx¹⁰⁰. Esse método de interpretação da realidade fundamenta o estudo do problema, das questões norteadoras e dos objetivos, a coleta de informações e a análise dos dados, bem como de toda a fundamentação teórica.

Salienta-se a importância de se ter a clareza do método para o desenvolvimento da pesquisa. Desse modo, “a formulação de uma questão é a sua resolução” (MARX, 2006 p.15), isto é, a partir do momento em que se problematiza determinado tema, faz-se necessário ir à sua gênese, desvendar o que está por trás dessa questão. Assim, a presente pesquisa tem como problema: como se caracteriza a inserção dos jovens e adolescentes em conflito com a lei em empreendimento de Economia Solidária?

¹⁰⁰ Destaca-se que a dialética marxista desenvolve-se a partir do pensamento hegeliano. Marx muda o foco de um movimento, que antes estava pautado nas idéias, para a apreensão a partir do concreto.

E, para responder a esse questionamento, foram elencadas as seguintes questões norteadoras:

- a) Quais as características socioeconômicas dos sujeitos que compõem o empreendimento econômico e solidário?
- b) Como os sujeitos do grupo estudado realizam processos de articulação, organização e gestão do empreendimento de Economia Solidária?
- c) Quais as condições ofertadas pelo empreendimento estudado para contribuir para a inserção social dos sujeitos?
- d) Qual a contribuição desta experiência econômica e solidária na vida dos sujeitos?

A partir dessas questões que norteiam a pesquisa, tem-se como objetivo geral: Analisar a participação de jovens e adolescentes em conflito com a lei em um empreendimento econômico e solidário, com vistas a contribuir com o debate acerca das políticas sociais para a juventude.

E, como objetivos específicos, busca-se:

- a) Analisar as condições econômicas e sociais ofertadas pelo empreendimento econômico e solidário;
- b) Verificar as condições socioeconômicas dos jovens e adolescentes em conflito com a lei membros do empreendimento;
- c) Identificar a articulação, a organização e a gestão realizadas pelos sujeitos que participam do empreendimento;
- d) Investigar as possíveis contribuições dessa experiência econômica e solidária para a inserção social dos jovens e adolescentes em conflito com a lei.

Considerando esses questionamentos e objetivos, a leitura da realidade foi procedida por meio do método dialético-crítico, compreendendo suas categorias: totalidade, historicidade e as contradições.

A totalidade necessita ser apreendida no movimento total da realidade. Nesse processo, a partir do todo, isolam-se as partes a serem estudadas, identificando suas interconexões, para posteriormente retornar à totalidade. Assim, “é sempre necessário voltar das partes ao todo, pois é este que contém a realidade, a verdade,

a razão de ser das partes” (LEFEBVRE, 1991 p. 210), ou seja, a pesquisa dialética considera o fenômeno no conjunto de suas relações.

A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento, e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho, é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real. Se isto se consegue ficará espelhada, no plano real, a vida da realidade pesquisada [...] (MARX, 1989, p.16)

Para a realização de uma pesquisa embasada no método dialético, é preciso, então, realizar o movimento do particular para o geral, bem como movimentos que sejam indutivos e dedutivos ou, em outras palavras, partir do todo e ir para as partes, sempre voltando à totalidade com um novo olhar, e realizando o movimento passado-presente/presente-passado. No entanto, destaca-se que esta totalidade é limitada dentro do contexto que se pretende estudar: neste estudo, então, busca-se estudar dentro das limitações o mercado de trabalho como um todo, recortando-o posteriormente aos jovens e aos adolescentes em conflito com a lei.

Para tanto, a pesquisa parte de um fato concreto, ou seja, “[...] só é possível realizar a libertação real no mundo real e por meios reais” (MARX, 2005 p.73), isto é, o estudo parte da realidade dos adolescentes em conflito com a lei, bem como do mercado de trabalho, considerados dentro de uma totalidade, em constante movimento, com contradições que necessitam ser desvendadas, para que se possa contribuir para a análise de tal situação, já que toda construção do conhecimento, além de desvendar o real, deve ter como finalidade a ação prática, a transformação de determinadas situações.

Para desvendar o aparente, toma-se a prática como critério de verdade:

[...] não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, nem do que são nas palavras, no pensamento, imaginação e representação dos outros para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se, sim, dos homens em sua atividade real, e, a partir de seu processo na vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo vital [...] *Não é a consciência que determina a vida, mas a vida é que determina a consciência*¹⁰¹ (MARX, 2005, p.52).

¹⁰¹ Grifos da autora.

Desse modo, na dialética marxista a teoria não é separada da prática, isto é, “a prática é o critério de verdade da teoria, pois o conhecimento parte da prática e a ela volta dialeticamente” (GADOTTI, 1983, p.23), constituindo assim a práxis. A dialética avalia cada elemento com suas características próprias, o seu devir, as suas contradições, não constituindo regras universais. Assim, não existem leis fixas, e sim elementos essenciais para a explicação da transformação das coisas.

No caso desta pesquisa, parte-se da investigação por meio dos instrumentos a serem aplicados para desvendar o real. Assim, o que confere sentido à pesquisa é o desvendamento do real no seu contexto histórico.

A história não é outra coisa senão a sucessão das diferentes gerações em que cada uma delas explora os materiais, os capitais e as forças de produção a ela transmitidas pelas gerações que antecederam: assim, por um lado, prossegue em condições completamente distintas a atividade anterior, enquanto, por outro lado, transforma as circunstâncias anteriores por meio de uma atividade completamente diferente, o que pode ser distorcido pela especulação, convertendo-se na história posterior como finalidade da história anterior (MARX, 2005 p.77).

Esta pesquisa busca então o desenvolvimento histórico das categorias explicativas da realidade, isto é, “[...] as circunstâncias são alteradas pelos homens” (MARX,1993 , p.12). Objetiva apreender e desvendar o movimento do real, considerando que não há verdade absoluta, já que a realidade pesquisada encontra-se em permanente movimento.

[...] o mundo sensível que o envolve não é um objeto dado imediatamente, eterno por toda a eternidade, um objeto sempre igual a si mesmo, mas sim o produto da indústria e do estado da sociedade, na verdade, no sentido de que é um produto histórico, o resultado da atividade de várias gerações (MARX, 2005 p.74).

Destaca-se a importância, neste processo, de reconhecer o movimento da realidade, o resgate histórico, bem como o reconhecimento da provisoriade da pesquisa. Assim, “o pensamento se afirma como movimento do pensamento ao mesmo tempo que pensamento do movimento” (LEFEBVRE, 1991 p. 178), isto é, a pesquisa se dá em um processo em movimento, sendo que nenhum conhecimento

pode ser considerado absoluto. Nesse sentido, “tudo que é sólido e estável se volatiliza” (MARX, 2004 p.48), já que tudo está em constante movimento e mutação.

Ao mesmo tempo, deve-se ter cuidado para não cair na armadilha de enquadrar o real nas idéias, isto é, de interpretar os dados da pesquisa como forma de confirmar uma teoria. “[...] permanecer sempre no solo real da história; não de explicar a práxis a partir da idéia, mas de explicar as formações ideológicas a partir da práxis material” (MARX, 2005 p.65). Caso se faça o movimento contrário, ou seja, de enquadramento do real na ideia, os sujeitos da pesquisa serão reféns das teorias já criadas.

A contradição¹⁰², outra categoria do método, se opera por meio de contradições determinadas, “pensáveis”. Nesse sentido, a relação entre dois termos contraditórios é necessária, pois cada um é aquele que nega o outro. “O método dialético busca captar a ligação, a unidade, o movimento que engendra os contraditórios, que os opõe, que faz com que se choquem, que os quebra ou os supera” (LEFEBVRE, 1991 p. 238).

O pensamento atravessa as contradições e posteriormente as relaciona, descobrindo a unidade entre elas. Isto é, a contradição dialética é “negação” e “negação da negação”, sendo que as contradições estão em lutas reais. Desse embate surge uma ascensão do conteúdo positivo que se revela e se libera no e pelo conflito (LEFEBVRE, 1991).

Desse modo, pensar as contradições da realidade é o modo de compreender o contexto como algo essencialmente contraditório e em constante transformação (KONDER, 1987), como já mencionado.

Pelo exposto, o método exige uma prática de análise objetiva, de apreensão do conjunto de conexões internas, das contradições, do movimento, da interação, das transições, do processo de aprofundamento do conhecimento, bem como da historicidade. Assim, a dialética se apropria da realidade, constituindo a análise do movimento (LEFEBVRE, 1991).

¹⁰² Para Marx (1989), a contradição é inerente à sociedade capitalista. Assim, torna-se necessário olhar a sociedade contemporânea como algo contraditório, já que somente a partir das lutas entre os polos opostos nessa contradição é que se têm a superação e a transformação.

Estudar o tema acerca da inserção de jovens e egressos do sistema de atendimento ao adolescente em conflito com lei, em uma experiência de economia sob a luz do método dialético-crítico, representa a análise do concreto delimitado, observando a totalidade e suas interconexões, a historicidade e as contradições, podendo contribuir com as discussões que permeiam esta temática.

4.1.1 Caracterização do tipo de pesquisa

Este estudo pode ser caracterizado como uma pesquisa do tipo exploratória, desenvolvida com base na pesquisa qualitativa, ou seja, a pesquisa que trabalha com o universo de significados, aspirações, crenças, valores, que dizem respeito a um espaço mais profundo das relações, dos fenômenos e processos, e que não são perceptíveis em números, equações, médias e estatísticas. Os dados quantitativos são utilizados para complementar e dar visibilidade às informações qualitativas, ou seja, ambos não se opõem e sim se complementam, pois “a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia” (MINAYO,1994 p.22). Contudo, enfatizam-se os aspectos qualitativos.

4.1.2 Sujeitos da pesquisa

Esta pesquisa foi desenvolvida com a experiência de Economia Solidária, existente no município de Santo Ângelo, que incorpora jovens em situação de vulnerabilidade social e adolescentes em conflito com a lei, sendo estes últimos egressos do sistema privativo de liberdade, e/ou que cumprem ou já cumpriram medidas socioeducativas. Entretanto, são foco deste estudo somente os jovens em situação de vulnerabilidade, e os adolescentes que já cumpriram medida socioeducativa (tanto meio aberto como a privação de liberdade), pressupondo que

estes estão na cooperativa por vontade própria e não por determinação judicial, bem como têm acesso aos rendimentos produzidos por esta¹⁰³.

Trata-se de um estudo de caso, que pode ser considerado uma categoria típica de uma pesquisa qualitativa. Nele há um maior aprofundamento sobre a temática, sendo que a sua complexidade será determinada pelos suportes teóricos que orientarão o seu trabalho investigador. O valor científico de um estudo de caso é marcado pela implicação do sujeito no processo e pelos resultados do estudo, exigindo maior severidade na objetivação, coerência e consistência das ideias (TRIVIÑOS, 1987).

Os critérios para a seleção dos sujeitos a serem entrevistados foram: coordenar o grupo – no caso do adulto entrevistado; estar na etapa de desenvolvimento caracterizada como juventude, tendo em vista a temática desta dissertação; e trabalhar na cooperativa por livre adesão, isto é, não estar cumprindo qualquer tipo de medida socioeducativa.

Considerando esses critérios, a cooperativa estudada possuía, no momento em que a coleta de dados foi realizada, 06 membros – sendo 03 jovens convidados a participar e 03 adolescentes –, que já haviam cumprido algum tipo de medida socioeducativa. Os demais, que estavam na cooperativa cumprindo a medida de prestação de serviço à comunidade, não foram entrevistados, já que eles ali se encontravam por determinação judicial.

Tendo em vista que se trata de um estudo de caso, a pesquisa utiliza a amostra intencional não probabilista. Ou seja, um estudo no qual o pesquisador objetiva conhecer a opinião de determinados elementos da população, mas não representativos dela (MARKONI e LAKATOS, 1996). Salieta-se que, por se tratar de uma pesquisa qualitativa, não se tem, portanto, uma pesquisa com um grande número de sujeitos, pois é preciso aprofundar o conhecimento em relação àquele com que se está dialogando. Assim, como não se está procurando medidas estatísticas, há a possibilidade de compor intencionalmente o grupo de sujeitos com os quais a pesquisa será realizada.

¹⁰³ Não se utilizou o universo de dez empreendimentos econômicos e solidários existentes no referido município e mapeados pela Secretaria Nacional de Economia Solidária nos anos de 2005 e 2007, tendo em vista que estes não têm como sujeitos adolescentes em conflito com a lei.

4.1.3 Coleta das Informações

Em um primeiro momento, para a elaboração da dissertação, foi realizada a revisão bibliográfica acerca da temática proposta. Logo após, foi feita a coleta de informações junto ao empreendimento de Economia Solidária, mais especificamente junto aos jovens nele inseridos e ao coordenador da cooperativa, por meio da entrevista semiestruturada.

As entrevistas com os jovens, bem como com o coordenador da cooperativa, foram realizadas a partir de um formulário semiestruturado, com perguntas abertas e fechadas construídas a partir da teoria que alimenta a pesquisa, bem como de toda informação que já foi colhida a respeito¹⁰⁴ (TRIVIÑOS, 1995).

Antes da aplicação definitiva da entrevista junto aos membros do grupo, foi aplicado um pré-teste. Este teve como objetivo a verificação de dúvidas e das dificuldades de preenchimento, a compreensão das questões e a necessidade de reformulação de perguntas (BARROS; LEHFELD, 2000). Desse modo, no decorrer das demais entrevistas, foram feitas as mudanças necessárias tendo em vista o problema que guia esta pesquisa.

Foram realizados também dois grupos focais^{105 106} com os jovens, para complementar as informações das entrevistas em profundidade, bem como para coletar informações a respeito, sobretudo, dos objetivos que propõem: apontar a articulação, a organização e a gestão realizadas pelos sujeitos que participam do empreendimento e analisar se existe e como é a contribuição do empreendimento para a inserção social desses adolescentes.

No grupo focal, o pesquisador, que muitas vezes é chamado de moderador, é o catalisador da comunicação entre os participantes. Tem como objetivo estimular os participantes a falar e a reagir àquilo que outras pessoas do grupo dizem. Nele os

¹⁰⁴ Os formulários de entrevista constam dos apêndices 1 e 2 desta dissertação.

¹⁰⁵ O número de encontros realizados foi de acordo com o desenvolvimento e as considerações obtidas em cada grupo.

¹⁰⁶ O roteiro para a realização do grupo focal consta do apêndice 3 deste estudo.

sentidos ou representações que emergem são influenciados pela natureza social da interação do grupo (GASKELL, 2004)¹⁰⁷.

A partir dessas características, observa-se que o específico do grupo são as opiniões, as relevâncias e os valores dos entrevistados. As reuniões de um grupo focal são desenvolvidas com um pequeno número de informantes (de seis a doze) (MINAYO, 1999). Destaca-se que foram feitas reuniões com todos os membros da cooperativa dispostos a participar, já que ela é composta por 06 sujeitos.

Enfatiza-se que as entrevistas e as reuniões de grupo foram agendadas previamente com os sujeitos do empreendimento. Anteriormente à sua realização, foi apresentado um termo de consentimento livre e esclarecido¹⁰⁸ aos adolescentes, bem como aos seus responsáveis. O termo tem como finalidade esclarecer a estes acerca da importância de suas participações no estudo, bem como sobre a finalidade do presente trabalho.

Nesse aspecto, aponta-se também o comprometimento da pesquisadora com o anonimato a respeito das informações a serem coletadas nas entrevistas, na medida em que não se pretende utilizar nomes, evitando assim a exposição dos sujeitos e atendo-se apenas ao objetivo desta pesquisa.

Por fim, salienta-se a dimensão ética desta pesquisa. Após a conclusão da dissertação, o resultado será devolvido à população estudada, bem como à comunidade científica por meio de publicações de artigos e participação em seminários de pesquisa. A partir das possibilidades de fortalecimento dos interesses dos sujeitos por meio da devolução da pesquisa, este estudo novamente vai ao encontro do método dialético, que prevê a intervenção no real e a transformação da realidade.

¹⁰⁷ “[...] podemos sintetizar as características centrais da entrevista em grupo:

1. Uma sinergia emerge da interação social. Em outras palavras, o grupo é mais do que a soma de suas partes.
2. É possível observar o processo do grupo, a dinâmica da atitude e da mudança de opinião e a liderança de opinião.
3. “Em um grupo pode existir um nível de envolvimento emocional que raramente é visto em uma entrevista a dois” (GASKELL, 2004, p. 76).

¹⁰⁸ O termo de consentimento livre e esclarecido consta do apêndice 4 desta pesquisa.

4.1.4 Análise das Informações

A análise das informações coletadas foi realizada a partir da técnica de Análise de Conteúdo, com vistas a sistematizar e organizar os dados qualitativos coletados e responder as questões investigadas desta pesquisa. Isto é, como matéria-prima tem-se as informações coletadas a partir do formulário de entrevista e da realização de grupos focais. Contudo, os dados oriundos dessas fontes chegam à pesquisadora em estado bruto, necessitando ser processados para facilitar o trabalho de compreensão, interpretação e inferência a que almeja a análise de conteúdo (MORAES, 1999).

Compreende-se análise de conteúdo como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1977 p. 42).

A análise de conteúdo, então, conduz a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, auxiliando a “reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além da leitura comum” (MORAES, 1999 p. 9).

Na operacionalização da análise de conteúdo, em sua vertente qualitativa¹⁰⁹, parte-se de uma literatura superficial para atingir um nível mais aprofundado. Isto é, busca-se ultrapassar os significados manifestos articulando o primeiro plano dos textos descritos e analisados com fatores que determinam suas características, tais como o contexto e o processo de produção da mensagem (MINAYO, 1993).

Cabe destacar, nesse processo de análise dos dados, a impossibilidade de uma leitura neutra do pesquisador. Em sua proposta original, a análise de conteúdo preocupava-se mais com o significado das mensagens para os receptores, mas,

¹⁰⁹ Com o desenvolvimento da técnica de análise de conteúdo, passa-se a problematizar as abordagens qualitativas e quantitativas. Em relação à abordagem quantitativa, predomina a busca por medidas para as significações, como critério de cientificidade. Já para a vertente qualitativa, coloca-se em xeque a análise de frequência como critério de cientificidade, tentando ultrapassar a mera descrição do conteúdo da mensagem para atingir uma interpretação mais profunda por meio da inferência (MINAYO, 1993).

com a evolução de tal técnica, desenvolve-se a importância das investigações com ênfase tanto no processo quanto no produto, considerando emissor e receptor (MORAES, 1993). As correntes teóricas que alimentam a pesquisa não podem ser desconsideradas nesta fase da pesquisa, bem como os seus objetivos, já que estes é que levam a determinados rumos a interpretação.

A análise de conteúdo é constituída por cinco etapas: 1) preparação das informações; 2) unitarização; 3) categorização; 4) descrição; e 5) interpretação (MORAES,1993).

O processo de *preparação das informações* consiste em identificar as amostras de informação a serem analisadas. Neste caso, serão investigados as entrevistas e os relatos dos grupos focais realizados com os sujeitos da pesquisa. Posteriormente, inicia-se o processo de codificação dos materiais, estabelecendo um código, que foi numérico, para que se possa identificar rapidamente cada elemento dos materiais a serem analisados. Em cada momento em que se julgar necessário voltar aos documentos originais, esta enumeração facilitará à pesquisadora o acesso.

A *unitarização* consiste em reler cuidadosamente os materiais com vistas a definir a unidade de análise, que também pode ser denominada de unidade de registro ou unidade de significado.

A unidade de registro é “a unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento do conteúdo a considerar como unidade de base, visando à categorização (...)” (BARDIN, 1979, p. 98). Essas unidades podem ser constituídas por palavras, expressões, frases, entre outros; nesta dissertação, serão utilizados segmentos das falas.

Todos os materiais foram relidos objetivando então a identificação das unidades de análise. Estas unidades também foram codificadas, de forma que se associem às codificações elaboradas anteriormente. Neste momento, foram utilizadas letras.

Após esta segunda codificação, cada unidade de registro foi isolada, com vistas à sua classificação. Este processo exigiu que estas unidades fossem reescritas ou reelaboradas, de modo que possam ser compreendidas fora do contexto original em que estavam. Cabe destacar que elas devem representar

informações que contenham um significado completo em si mesmas para que possam ser interpretadas sem o auxílio de informações adicionais, já que, nas fases posteriores, foram tratadas fora do contexto original, construindo novos conjuntos de informações, devendo ser interpretadas mantendo-se o contexto original.

Para manter o contexto original, criam-se então as unidades de contexto. Estas servirão de referência para a fixação de limites contextuais para interpretar a unidade de registro.

A justificativa para a proposição das unidades de contexto se fundamenta na convicção já manifesta de que, ainda que se possa dividir uma mensagem em unidades de significado independentes, as unidades de análise, sempre se perderão significados neste processo. Por isso, é importante poder periodicamente retornar ao contexto donde cada unidade de análise provém, para assim poder explorar de forma mais completa todo seu significado (MORAES, 1999 p. 18).

Dentro de uma unidade de contexto, têm-se diversas unidades de análise. Depois de constituídas as unidades de registro e de contexto, desenvolve-se a categorização.

A *categorização* é o procedimento de agrupar as informações, considerando o que há de comum entre elas. As informações da pesquisa serão classificadas por semelhança, segundo critérios temáticos.

Os critérios para a classificação das unidades em categorias são:

- 1) Validade: todas as categorias criadas necessitam ser úteis e significativas aos objetivos e problematizações propostas pela pesquisa;
- 2) Exaustividade: cada conjunto de categorias deverá possibilitar a categorização de todo conteúdo significativo, possibilitando a inclusão de todas as unidades de análise;
- 3) Homogeneidade: a organização será realizada segundo um único critério de classificação;
- 4) Exclusividade: uma informação não será incluída em mais de uma categoria;
- 5) Objetividade: as regras de classificação serão explicitadas para que possam ser aplicadas consistentemente em toda a análise.

Neste processo, leva-se em consideração que, além das categorias explicativas da realidade definidas *a priori*, serão buscadas categorias construídas a partir do material coletado. Para tanto, faz-se necessário considerar esta etapa como circular e cíclica.

Os dados não falam por si. É necessário extrair deles o significado. Isso, em geral, não é atingido num único esforço. O retorno periódico aos dados e o refinamento progressivo das categorias, dentro da procura de significados cada vez melhor explicitados, constituem um processo nunca inteiramente concluído, em que a cada ciclo podem atingir-se novas camadas de compreensão (MORAES, 1999 p. 19).

O processo de categorização não é, portanto, sequencial e linear. Para um aprofundamento das informações, faz-se necessário o retorno frequente às entrevistas e aos relatos dos grupos focais realizados.

Por fim, salienta-se que as categorias foram agrupadas dentro de vários níveis de categorização. As categorias resultadas de um primeiro esforço foram denominadas de categorias iniciais. Estas foram reagrupadas progressivamente em categorias intermediárias e, quando reduzidas a um menor número possível, serão constituídas as categorias finais.

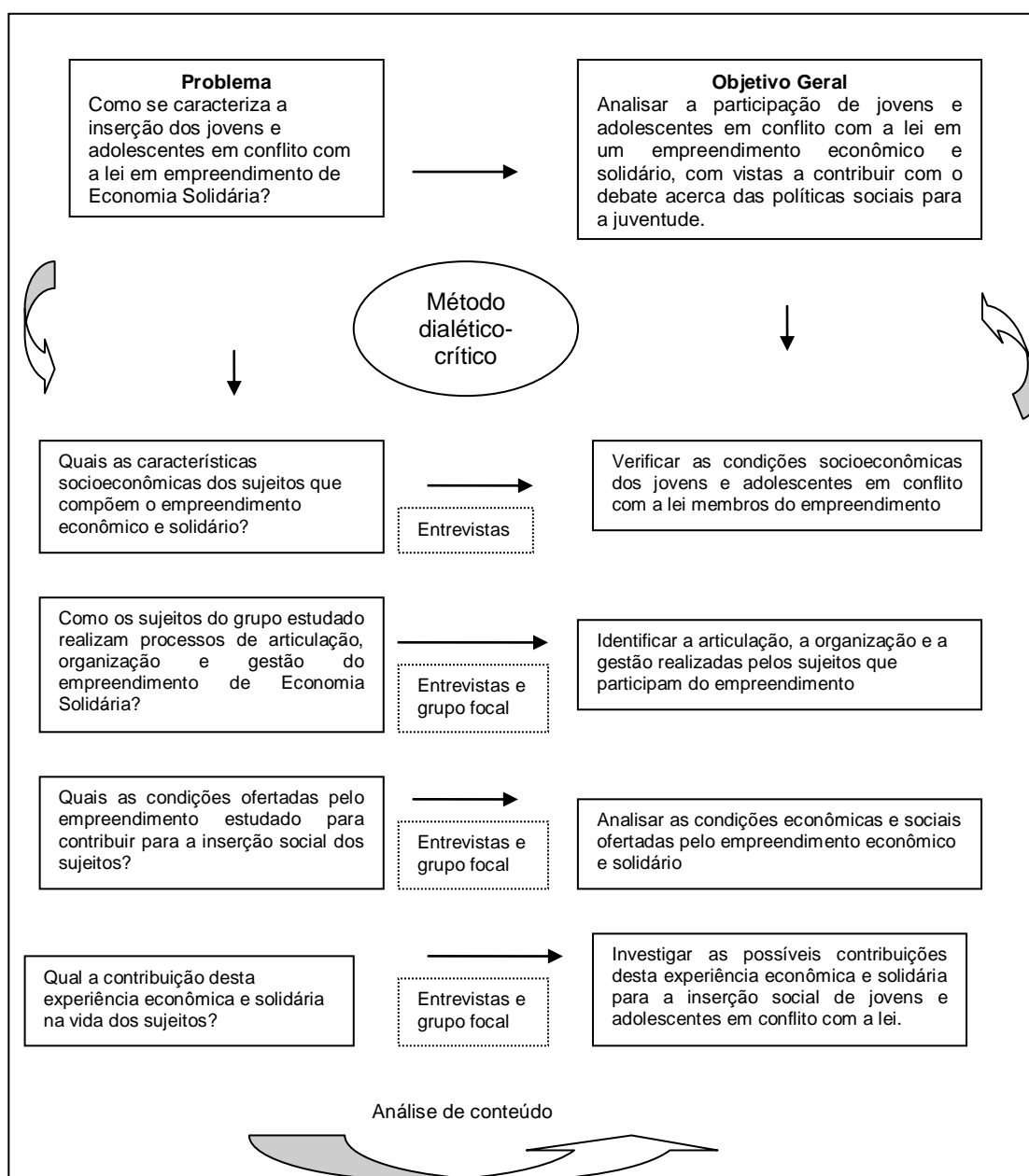
Depois da categorização das unidades de registro, foi desenvolvida a etapa da *descrição*. Nela, para cada categoria foi construído um texto síntese que expressará o conjunto de significados presentes nas unidades incluídas. Sua organização será determinada pelas categorias criadas ao longo da análise.

A quinta e última etapa desenvolvida consiste na *interpretação dos dados*. Para realizar a interpretação, faz-se necessário aprofundar as informações obtidas, seja por meio de teorias precedentes, seja pelos conteúdos latentes. Considera-se esta fase uma das principais para a pesquisa, já que, a partir dela, desenvolve-se uma nova compreensão diante das informações coletadas (MORAES, 1993).

Deste modo, o quadro 1 objetiva sintetizar os caminhos metodológicos desta pesquisa.

Quadro 1

Síntese dos caminhos metodológicos da pesquisa:



Fonte: Elaboração Própria

Após a contextualização da metodologia utilizada para a realização desta pesquisa, os próximos itens visam abordar os resultados encontrados, tendo em vista a resolução do problema de pesquisa. Para tanto, em um primeiro momento foi realizada uma breve contextualização da organização, a partir de materiais disponíveis a respeito dela, bem como da fala do coordenador do empreendimento.

4.2 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE A ORGANIZAÇÃO

A cooperativa¹¹⁰ em estudo, como já explicitado no decorrer desta dissertação, localiza-se no município de Santo Ângelo (RS) e desenvolve atividades relacionadas a paisagismo, jardinagem e produção de mudas. Está vinculada a uma ONG¹¹¹ que executa as medidas socioeducativas em meio aberto na comarca do referido município.

Este empreendimento foi idealizado pelo Juizado Regional da Infância e Juventude, pela Promotoria da Infância e Juventude e pela ONG referida no ano de 1998. Além desses órgãos, a criação deste grupo também contou com a participação de outras entidades:

¹¹⁰ Trata-se, na realidade, de um grupo informal de prestação de serviços relacionados à jardinagem, bem como de comercialização de mudas, mas que, em sua nomenclatura, possui o termo “cooperativa”. Desse modo, não é regido pela lei nº 5.764/71, que discorre sobre as cooperativas. Destaca-se também que não se trata das chamadas “falsas cooperativas”, que decorrem do fato de que a lei é do período da ditadura militar brasileira, bem como de que a Constituição Federal de 1988 liberou a criação de novas cooperativas sem autorização prévia do Estado. A partir disso, considera-se que nem todas as cooperativas designadas de Economia Solidária realmente se constituem de modo que se embasem na solidariedade entre os sujeitos durante o processo de geração de renda. Com a reestruturação do capital e o advento do neoliberalismo, as cooperativas e associações vêm sendo utilizadas, também, como uma das formas de terceirização das empresas privadas e precarização do trabalho assalariado (GOERCK, 2009).

¹¹¹ Esta ONG foi fundada em 1994 e nasceu da necessidade de um programa e de uma entidade que atendesse os adolescentes em conflito com a lei por meio de execução de medidas socioeducativas em meio aberto. Inicialmente, estava vinculada ao Juizado Regional da Infância e Juventude e à Curadoria de Defesa Comunitária Infância e Juventude, mas, durante seu desenvolvimento, foi transformada em uma ONG. No estado do Rio Grande do Sul, esta ONG foi implantada em outros municípios, como Ijuí (que atualmente não está mais executando medidas), Cruz Alta, Santa Maria, Vacaria, Caçapava do Sul, Júlio de Castilhos, São Borja, Três Passos, Santa Rosa, Santiago e São Jerônimo. Essa experiência transcendeu o Estado e hoje também é desenvolvida em outras localidades, como em Porto Velho (RO) e Campo Novo do Parecis (MT). O programa de liberdade assistida de Belo Horizonte (MG) também se inspirou nesta ONG. Como o objetivo desta dissertação não é estudar a referida ONG, para obter mais informações sobre o histórico, bem como o trabalho desenvolvido, ver: SARAIVA, 2006.

A cooperativa surgiu há dez anos atrás. É uma iniciativa da Promotoria Pública e de alguns órgãos como associação, sindicato rural, associação de produtores aí da região e que, através do curso que foi proporcionado pra multiplicadores na área de jardinagem e paisagismo, tentando primeiramente na ideia de embelezar a cidade. Aí eu e mais técnicos agrícolas e mais alguns colegas da Emater¹¹², alguns agrônomos fizemos este curso de paisagista que veio de Porto Alegre [...] E após esse curso a Dra A.¹¹³, então promotora na época, juntamente com o presidente da associação rural de Santo Ângelo, tiveram a ideia de iniciar um projeto em que a gente servisse de multiplicador para o adolescente em conflito com a lei. Foi aí que entrou o [ONG] (Entrevistado G).

A criação desse empreendimento se deu como uma proposta da Promotoria Pública juntamente com a associação rural e a ONG que executa as medidas socioeducativas em meio aberto, objetivando, em um primeiro momento, a profissionalização dos adolescentes em conflito com a lei. Contudo, segundo o Sistema de Garantia de Direitos de crianças e adolescentes, o Judiciário é responsável pelo eixo da defesa, tendo como especificidade a exigibilidade dos direitos por meio da atuação nos casos concretos em que crianças e adolescentes tenham seus direitos ameaçados ou violados (HECHLER, 2009).

O eixo da promoção se refere ao atendimento direto ao direito das crianças e dos adolescentes por meio de políticas públicas, tendo como atores os Conselhos de Direito, Conselhos Setoriais e Entidades de Atendimento (Educação, Saúde e Assistência Social), que seriam os responsáveis pela garantia do direito da profissionalização. Aponta-se, portanto, para a contradição existente, uma vez que, a partir do ECA, a ação da autoridade judiciária fica restrita aos casos de infração da lei, no caso dos adolescentes com direitos violados ou como autores de atos infracionais, sendo que, neste caso, atuou no campo designado para as políticas públicas.

Destaca-se ainda que, quando o grupo começou, os adolescentes poderiam participar da cooperativa somente durante doze meses. Por meio de diálogos com as diretorias de Programas de Aprendizagem Rural – SENAR e Sindicato dos

¹¹² A Emater, órgão vinculado ao estado do Rio Grande do Sul, possui como missão: “Promover ações de assistência técnica e social, de extensão rural, classificação e certificação, cooperando no desenvolvimento rural sustentável”. Disponível em: <http://www.emater.tche.br>. Acesso em: 20.10.2009.

¹¹³ Tendo em vista o sigilo e o comprometimento ético desta pesquisadora, o nome da promotora citada foi substituído pela letra A.

Produtores Rurais, foi formalizada a realização de cursos de aprendizagem no ramo da floricultura, destinados a jovens de até 18 anos de idade, que cumprissem medida socioeducativa em meio aberto. Depois de selecionados vinte adolescentes, e com o apoio financeiro do Fundo Estadual da Criança e do Adolescente (FECA), iniciou-se em 1999 o Primeiro Curso de Capacitação no ramo da floricultura e jardinagem. Neste curso, os adolescentes selecionados tiveram ao longo de doze meses conhecimentos teóricos e práticos acerca de plantio e cultivo de flores, bem como atividades voltadas ao seu desenvolvimento pessoal. Nessa primeira edição, foi construída uma estufa em uma área cedida por um colégio estadual. Seguiram-se outras duas edições com o mesmo formato (SARAIVA, 2006).

Constatou-se, a partir dessas edições, a necessidade de continuar com o empreendimento. Decisão esta que foi tomada pelos profissionais e voluntários da ONG junto aos adolescentes que estavam participando da terceira edição. Esse trabalho passou a ser uma demanda da comunidade pelos “eficientes serviços de jardinagem oferecidos pelos adolescentes e por apresentarem um bom preço, isto devido a forma praticamente artesanal com que as sementes eram produzidas pelos meninos” (SARAIVA, 2006 p. 110).

A partir da decisão de manter o empreendimento foi que se deu o início do trabalho cooperativo. Tanto os adolescentes quanto a equipe da ONG tiveram aulas sobre os princípios básicos do cooperativismo¹¹⁴. Assim, desde junho de 2003 a cooperativa funciona de fato, mas ainda não de direito, na medida em que se encontra na informalidade. Ao mesmo tempo, trata-se de um programa social da ONG à qual está vinculada, fundamentado no artigo 68 do ECA¹¹⁵, e que vem atuando com os adolescentes em regime autônomo, lidando em conjunto quanto a administração, benefícios, prejuízos, riscos e desafios, o que colabora com a responsabilidade de cada um em assumir essas condições (SARAIVA, 2006).

Nesse sentido, retoma-se novamente o contexto atual, em que há uma redução da atuação do papel do Estado no que tange as políticas públicas. Estas

¹¹⁴ Os princípios básicos do cooperativismo são: 1) Adesão livre; 2) Gestão democrática; 3) Taxa limitada de juros ao capital; 4) Distribuição de sobras equivalentes; 5) Neutralidade social e política; 6) Ativa cooperação entre as cooperativas; e 7) Educação, capacitação e informação. (FRANTZ, 2006).

¹¹⁵ Art. 68. O programa social que tenha por base o trabalho educativo, sob responsabilidade de entidade governamental ou não-governamental sem fins lucrativos, deverá assegurar ao adolescente que dele participe condições de capacitação para o exercício de atividade regular remunerada (BRASIL, 1990).

são retiradas paulatinamente da órbita do Estado, sendo transferidas para o mercado e/ou alocadas na sociedade civil, sobretudo por meio das ONGs. Além disso, tem-se a focalização das políticas, que são dirigidas exclusivamente para determinado setor com carências pontuais (MONTAÑO, 2003). Assim, o campo dos direitos dos adolescentes em conflito com a lei, mais especificamente o direito à profissionalização e ao trabalho, que deveria estar articulado com as demais políticas – educação, saúde, assistência social, entre outras, conforme prevê o ECA, bem como o SINASE –, neste município fica articulado por ações desenvolvidas em um grupo que surgiu por meio de uma ação do Judiciário, e também vinculado a uma ONG que tem sua ação focalizada nos adolescentes em conflito com a lei. Diante de tal realidade fica o questionamento, a ser aprofundado em estudos posteriores, acerca da transversalidade de tal ação com as demais políticas públicas.

Salienta-se ainda que, no final do ano de 2004, a cooperativa recebeu da Prefeitura Municipal de Santo Ângelo um terreno onde foi construída, com o auxílio da comunidade, uma sede administrativa para a cooperativa, casa para maquinários e estufas. Isto é, conta com uma sede própria, bem como equipamentos próprios para a realização de suas atividades¹¹⁶. Ou seja, parte do financiamento das ações desse grupo advém do poder público, que repassa a verba para a sociedade civil, a partir de uma demanda focalizada.

Atualmente, como já explicitado, a principal atividade realizada pela cooperativa é a produção de mudas, jardinagem e paisagismo. Na unidade de produção, ou sede da cooperativa, os adolescentes recebem um curso de plantio e cultivo de flores. Nas atividades externas, os jovens trabalham com limpeza de terrenos, podas de árvores, jardinagem e manutenção de jardins e paisagismo em residências, prédios públicos e privados, clubes, colégios e praças.

Os adolescentes que ingressam na cooperativa continuam a participar de outras atividades voltadas ao seu desenvolvimento pessoal, corporal e musical, como era realizado nas primeiras edições. Destaca-se a prática de esportes, principalmente futebol, participando esses adolescentes de torneios realizados no município. Eles também assistem a palestras com temas variados, tais como

¹¹⁶ Salienta-se que, do total de 21.752 empreendimentos existentes no Brasil, 9.124 possuem sede própria, isto é, 42% (MTE, 2007).

cooperativismo, cidadania, prevenção ao uso de drogas e doenças sexualmente transmissíveis, bem como recebem assistência psicológica, pedagógica e de saúde (SARAIVA, 2006).

Tendo em vista o histórico desse empreendimento, salienta-se que, atualmente, os objetivos específicos dessa organização são: oportunizar a aprendizagem de uma profissão, aliada ao prazer e a uma renda familiar; acompanhar, encaminhar e prestar assistência à saúde de todos os membros da família; inseri-los no mercado de trabalho local, carente na área da jardinagem e do paisagismo; conscientizá-los sobre as questões de preservação do meio ambiente; promover a formação de caráter, implementar e resgatar condições de sociabilidade e cidadania (SARAIVA, 2006).

Observa-se assim que, mesmo considerada uma cooperativa – que comumente é construída pela iniciativa dos próprios trabalhadores que a compõem – , os objetivos específicos foram construídos possivelmente pelos membros da ONG, não partindo dos adolescentes que participam da iniciativa. Além disso, um dos objetivos propõe a inserção no mercado de trabalho local; no entanto, como já debatido, em um cenário de desemprego estrutural, essa inserção torna-se restritiva, na medida em que não há vagas para todos. Considera-se também que, no município em estudo, as vagas em ocupações formais também são restritas, pois este não conta com um elevado número de indústrias, sendo as principais ocupações localizadas no setor de serviços. Nesse sentido, a cooperativa oportuniza a qualificação no que tange a jardinagem; porém, se esses jovens fossem trabalhar na área, o que o município disponibiliza são poucas floriculturas, que possivelmente não absorveriam toda a mão de obra formada pelo empreendimento.

Após esta breve contextualização acerca da cooperativa estudada, o próximo item abordará os resultados da pesquisa, tendo como base as entrevistas e o grupo focal realizados com os adolescentes e com o coordenador da cooperativa.

4.3 AS EVIDÊNCIAS ENCONTRADAS

Conforme mencionado no decorrer deste capítulo, uma dissertação de mestrado constitui um diálogo dos resultados de uma pesquisa e de uma reflexão. Neste item, então, são apresentados os dados encontrados na pesquisa de campo realizada, por meio das entrevistas com os jovens e com o coordenador do grupo e também dos grupos focais. Para complementar essas informações, também foram consultados outros materiais disponíveis sobre esse empreendimento (dissertação, artigos de outros pesquisadores, material de consulta disponibilizado pela própria ONG à qual está vinculada a cooperativa), para que se possa realizar e complementar a reflexão acerca da inserção de adolescentes em conflito com a lei em um empreendimento econômico e solidário.

Importa ressaltar que foram realizadas 07 entrevistas – 01 com o coordenador do empreendimento e 06 com os jovens que não estão cumprindo medida socioeducativa em meio aberto e que são membros da cooperativa – e dois grupos focais. Reitera-se a opção de entrevistar os jovens e adolescentes que já cumpriram medida socioeducativa (tanto meio aberto como a privação de liberdade), pressupondo que estes estão na cooperativa por livre adesão e não por determinação judicial, bem como possuem acesso aos rendimentos produzidos por esta.

Além disso, no período em que as entrevistas foram realizadas o número de adolescentes nessa condição que trabalhavam na cooperativa era de seis, isto é, todos os jovens aceitaram participar da pesquisa. Contudo, no momento em que foi realizado o segundo grupo focal, o número de adolescentes era o mesmo, mas alguns dos primeiros entrevistados já não estavam mais presentes e novos estavam inseridos, caracterizando a rotatividade do empreendimento, aspecto a ser trabalhado no decorrer da análise.

A partir desta investigação, podem-se traçar as características dos membros da cooperativa, o trabalho realizado, o processo de participação dos jovens e o impacto dessa experiência nas suas vidas, bem como em suas perspectivas futuras. Nos próximos itens, esses aspectos serão abordados, retomando as falas dos entrevistados, objetivando, desse modo, responder o problema de pesquisa, tendo em vista que as pesquisas e os estudos não dizem

respeito a uma realidade acabada e pronta, bem como a um conhecimento único, isto é, o movimento não cessa, assim como as contradições e a historicidade, e outros estudos, outras concepções de mundo, perpassam a realidade que se busca estudar.

4.3.1. Características socioeconômicas dos membros da cooperativa

A cooperativa em estudo, como já abordado, incorpora jovens e adolescentes em conflito com a lei que estão ou já cumpriram medidas socioeducativas. Como também já explicitado, os jovens entrevistados foram aqueles que, no momento da realização das entrevistas, não estavam cumprindo medida, o que caracteriza a sua livre adesão, sendo este um dos princípios do cooperativismo (FRANTZ, 2006).

Os sujeitos deste estudo estão na faixa etária dos 15 aos 26 anos (Tabela 3).

Tabela 3

Faixa etária dos sujeitos da pesquisa/2009

Idade	Número de sujeitos
15 anos	01
17 anos	03
19 anos	01
26 anos	01
Total	06

Fonte: Elaboração Própria

Como se pode observar na Tabela 3, cinco dos seis entrevistados são adolescentes, quando compreendida a faixa etária abordada pelo ECA (12-21 anos de idade). O entrevistado que possui 26 anos não se configura como adolescente¹¹⁷; contudo, pode ser considerado jovem, na medida em que esta categoria, mesmo

¹¹⁷ Mesmo que este entrevistado não seja considerado adolescente, ele está na cooperativa por livre adesão e demonstra que o empreendimento não incorpora somente adolescentes em conflito com a lei. Tendo em vista essa evidência, optou-se por entrevistá-lo.

com as imprecisões conceituais já abordadas neste estudo, pode englobar sujeitos com até 34 anos (POCHMANN, 2004). Refere-se que o coordenador do grupo é um adulto de 43 anos, professor da rede de ensino público, que, como já citado, foi um dos idealizadores dessa cooperativa.

Destaca-se ainda que esse empreendimento não vem apenas contando com a presença de adolescentes em conflito com lei, já que um membro possui 26 anos e foi convidado para participar do empreendimento, tendo declarado que nunca cumpriu qualquer medida socioeducativa quando adolescente ou qualquer outra pena do sistema criminal. Isto é, a cooperativa, mesmo que esteja focada para os adolescentes, também possui outros trabalhadores.

Dos seis jovens entrevistados, apenas três já cumpriram algum tipo de medida, que inclusive foi cumprida na própria cooperativa. Os demais foram convidados para trabalhar no projeto, seja porque algum parente cumpre medida socioeducativa, seja por iniciativa do coordenador ou de algum membro da própria ONG. Dos que cumpriram medidas, segundo informações do coordenador, tiveram que cumpri-las principalmente por pequenos furtos. No Brasil, a segunda causa de internação, conforme visto no capítulo 3, são os furtos (14,8%) (IPEA, MJ-DCA, 2002).

A prestação de serviços à comunidade é uma alternativa de cumprimento de medida; contudo, a internação ainda é aplicada em grande número (SCHMIDT, 2007), seja pela possível reincidência dos jovens, seja pelo não cumprimento do princípio de excepcionalidade para a privação de liberdade. Assim, a cooperativa estudada mostra-se como uma alternativa interessante, pois possibilita o cumprimento de medida e, após, a geração de trabalho e renda aos adolescentes que a cumpriram e desejam continuar trabalhando. Ao mesmo tempo, questiona-se o porquê de estes jovens terem que trabalhar para obter renda, enquanto poderiam se dedicar exclusivamente aos estudos e ter acesso a outras atividades de lazer, condições que comumente os adolescentes das classes média e alta possuem.

A continuidade da participação no empreendimento após o cumprimento da medida é optativa. Na fala do entrevistado G, para participar da cooperativa, basta “querer”:

Podem optar, não é obrigatório, ninguém fica na cooperativa obrigado, a não ser quando é pena mesmo, que eles têm que cumprir as medidas, e aí é oferecido alguns órgãos ou entidades que fazem esse tipo de trabalho, e a, e a cooperativa é mais um. [...] A característica principal é querer, é desejar ficar (Entrevistado G).

Demonstra-se então a livre adesão dos membros, que aceitam participar da cooperativa, arcando com as responsabilidades do trabalho. Até mesmo para os adolescentes que estão cumprindo medida socioeducativa, esse empreendimento é posto como uma das possibilidades de cumprimento de medida, sendo possível que esta se cumpra em outros locais do município.

Destaca-se ainda que o SINASE corrobora a diretriz do ECA sobre a natureza pedagógica da medida socioeducativa. Reafirma que, quando não se tratar de delito grave, as medidas de liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade devam ser sancionadas em detrimento da privação de liberdade, já que esta última somente deve ser aplicada em caráter de excepcionalidade e brevidade. Busca, desse modo, reverter a tendência de internação dos adolescentes, bem como confrontar a sua eficácia invertida, uma vez que se tem constatado que a elevação do rigor das medidas não tem melhorado substancialmente a inserção social dos egressos do sistema socioeducativo.

Além disso, afirma a necessidade, entre outras, do entendimento da lei e suas especificidades; da integração dos órgãos do Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria, da Segurança Pública e da Assistência Social; da operacionalização do atendimento inicial do adolescente em conflito com a lei; e do atendimento estruturado e qualificado aos egressos. Contudo, ao especificar o acompanhamento aos egressos, afirma que os programas de atendimento socioeducativo deverão facilitar o acesso e oferecer acompanhamento opcional para egressos da internação. Desse modo, aponta para o acompanhamento opcional somente aos ingressos da internação – o que é contraditório, já que busca a ampliação da aplicação das medidas em meio aberto, e os jovens oriundos destas medidas também podem necessitar de acompanhamento posterior, tendo em vista, até mesmo, a não reincidência, que pode acarretar a própria internação. Destaca-se então o grupo em estudo, que proporciona a geração de trabalho e renda, bem como o acompanhamento da ONG para aqueles que já cumpriram medidas tanto em meio aberto como de privação de liberdade. Ao mesmo tempo, destacam-se as

contradições apontadas, como a criação do grupo vinculado ao sistema judiciário, bem como a necessidade de articulação com as demais políticas públicas, tendo em vista o acesso aos direitos previstos na Constituição e no ECA.

Salienta-se ainda que todos os membros são do sexo masculino, o que poderia reiterar os dados do mapeamento nacional que demonstram que 90% dos adolescentes internados são do sexo masculino (IPEA/MJ-DCA, 2002) e que são estes os que mais cometem atos infracionais. Contudo, isso não significa que, no município de Santo Ângelo, sejam apenas os meninos que cometam delitos, mas que aqueles que aceitam participar da cooperativa são os sujeitos do sexo masculino, até mesmo pela atividade desenvolvida, que comumente engloba os homens, o que talvez não atraia o interesse das meninas. Estas comumente são direcionadas a outra cooperativa – também vinculada à referida ONG, que engloba também as mães destes jovens e que desenvolve atividades relacionadas à confecção e ao artesanato¹¹⁸, novamente designando a estes sujeitos atividades que comumente proporcionam baixos rendimentos.

No que tange à escolaridade dos jovens (Tabela 4), observa-se a mesma tendência nacional, segundo a qual 87% dos adolescentes privados de liberdade não estão na série que corresponde a sua faixa etária (IPEA, MJ-DCA, 2002).

Tabela 4

Escolaridade dos sujeitos da pesquisa/2009

Sujeito	Idade	Escolaridade
A	17 anos	6ª série do ensino fundamental
B	15 anos	7ª série do ensino fundamental
C	19 anos	7ª série do ensino fundamental
D	17 anos	7ª série do ensino fundamental
E	17 anos	2º ano do ensino médio
F	26 anos	Ensino médio completo

Fonte: Elaboração Própria

¹¹⁸ Reporta-se que a questão de gênero não será aprofundada neste estudo, tendo em vista que este debate não se configura como objetivo desta dissertação.

Como se pode observar, cinco dos seis entrevistados não estão na série correspondente a sua faixa etária, que no caso seria o ensino médio e, no caso do adolescente “E”, seria o 3º ano do ensino médio. O entrevistado “F”, que já concluiu os estudos, não se configura como adolescente, e como já referido, foi convidado a participar do projeto.

Salienta-se ainda que os adolescentes A, B, C e D não estão estudando, apesar de ser esta uma condição para participarem da cooperativa:

Estes adolescentes trabalham na cooperativa em turno inverso ao da escola, sendo que uma das condições para continuarem trabalhando é frequentar a escola. Todo mês suas notas são acompanhadas pelo professor responsável, e os meninos que apresentam um baixo rendimento são encaminhados para aulas de reforço, ministradas pelos professores que atuam na ONG, junto a psicopedagoga que orienta o trabalho (SARAIVA, 2006 p. 111).

Acompanhamento esse que, a partir da fala dos meninos, não vem sendo realizado, já que, como observado, estes sequer estão frequentando a escola. Destaca-se que a ONG conta com uma “Escola de Passagem”, mas ela atende até a 6ª série e oferece vinte vagas, sobretudo àqueles adolescentes que estão nas séries iniciais ou ainda não foram alfabetizados (SARAIVA, 2006). Essa escola possui como objetivo o retorno desses jovens à escola regular, o que é de suma importância, já que, caso contrário, representaria uma nova reclusão, que seria caracterizada pelo não retorno à sociedade, pelo convívio apenas em espaços a eles destinados – escola para adolescentes em conflito com a lei, cooperativa para adolescentes em conflito com a lei.

Contraditoriamente, o SINASE afirma a necessidade da intersetorialidade, isto é, a articulação da política destinada aos adolescentes em conflito com a lei com as demais políticas – educação, saúde, assistência social, Sistema de Justiça e Segurança Pública. Ou seja, uma escola de passagem destinada exclusivamente para os adolescentes em conflito com a lei, mesmo que provisoriamente, estaria na contramão do que está idealizado pelo SINASE, já que este prevê a articulação com a própria política de educação. Assim, em um plano ideal, os adolescentes em conflito com a lei analfabetos ou que estão nas séries iniciais deveriam receber um atendimento especializado dentro da própria rede pública de ensino.

Concomitantemente, os adolescentes do estudo, quando questionados sobre por que não estão estudando, demonstram a fragilidade do sistema público escolar:

Eu parei de estudar porque eles falaram, por causa da minha idade [...] Me falaram que eu passei da idade [...] Os professor falaram, aí eu larguei de mão (Entrevistado A).

A evasão escolar, conforme visto nos capítulos anteriores, é característica de grande parcela dos jovens em conflito com a lei, bem como daqueles oriundos das camadas mais empobrecidas da população. Nesse sentido, a manutenção dos jovens na escola precisa ser debatida, tanto a respeito do número de vagas oferecidas como sobre a concepção pedagógica utilizada no ensino, a qualificação dos professores, o acesso às novas tecnologias e a articulação com a comunidade próxima, a família e redes de apoio. A carência de ações que envolvam todos esses aspectos contribui para que encaminhamentos necessários para um jovem que não está na série adequada a sua faixa etária não sejam realizados, como se pode observar a partir da fala do entrevistado A. Este poderia ser encaminhado ao Ensino de Jovens e Adultos (EJA)¹¹⁹, na medida em que estudar em no ensino regular poderia lhe causar constrangimentos, já que a 6ª série do ensino fundamental é composta por alunos de aproximadamente 12 anos – o que poderia causar certo desconforto em um adolescente de 17 anos, bem como a não identificação com os colegas, já que a adolescência também é marcada pela identificação com o grupo de iguais, pelas vivências extrafamiliares, na qual o meio social exerce importante influência no sujeito (TEJADAS, 2007).

A expulsão também aparece como motivo para a não permanência dos adolescentes nos bancos escolares, reafirmando a necessidade do debate e de ações que possibilitem a manutenção dos jovens nas escolas. Faz-se necessário também compreender o campo da educação a partir das desigualdades sociais, já que, historicamente, o sistema escolar não foi estruturado para compreender a diversidade. Mesmo com a universalização do acesso, a desigualdade não se dá mais no âmbito de quem pode acessar a escola, mas sim no seu interior, na

¹¹⁹ Para maiores informações sobre o EJA, ver <http://www.eja.org.br>.

trajetória educacional, ganhando destaque novas práticas: o desempenho individual, a competição, o chamado fracasso escolar (ANDRADE, NETO, 2007).

A evasão escolar aparece então como uma das características dos membros dessa cooperativa. Característica tanto dos adolescentes em conflito com a lei em geral, como da maioria dos membros da Economia Solidária (BARBOSA, 2007). Contudo, a educação é também um condicionante para o desenvolvimento do próprio empreendimento:

[...] para a formação do gestor coletivo e para a modernização da produção, a qualificação e a educação permanentes dos associados não são apenas um instrumento necessário, mas sim uma condição *sine qua non* para o desenvolvimento das empresas em autogestão (DALRI; VIEITEZ, 2001, p. 143).

Para a participação dos jovens que integram a cooperativa, a escolarização é essencial para o efetivo conhecimento acerca do trabalho que realizam e dos resultados que obtêm – além é claro, de ser um direito básico garantido pela Constituição Federal, pelo ECA e pelo SINASE. Talvez este seja um dos condicionantes para que os adolescentes não soubessem informar quais os resultados obtidos na cooperativa, por não compreenderem o seu funcionamento.

Concomitantemente, questiona-se a prioridade dada ao trabalho tanto pelos adolescentes que ali se encontram e não estudam quanto pelas instituições referentes aos direitos da criança e do adolescente do município. O ECA, em seu artigo 53, afirma: “A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”. Além disso, é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente o ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria, e aos pais ou responsáveis cabe a obrigatoriedade de matricular seus filhos ou pupilos nas redes regulares de ensino (BRASIL, 1990). Segundo o mesmo estatuto, ainda, a formação técnico-profissional obedecerá ao princípio de garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular.

Garantias que não vêm sendo asseguradas pelos órgãos competentes, reiterando a dificuldade na garantia de direitos a partir do momento em que a teoria

neoliberal passa a orientar as políticas brasileiras, resultando em direitos reduzidos e precarizados. Em outras palavras: mesmo com a promulgação do ECA em 1990, não há condições reais para a sua efetivação a partir de um Estado mínimo para as políticas sociais. Desse modo, o ECA é um instrumento de pressão, a ser utilizado para transformar situações como as descritas, de não acesso a um direito mínimo que é o da educação.

No que se refere à possibilidade de estes jovens sofrerem do que foi chamado de “adulterização precoce” no capítulo 2 desta dissertação, em que o jovem depende de estratégias para garantir o seu sustento e/ou de sua família, constatou-se que todos os jovens entrevistados são solteiros, não possuem filhos e residem com familiares, sendo que dois jovens residem apenas com a mãe; dois com a mãe, pai e irmãos; um com o pai, madrasta e irmãos; e um com sua avó.

Os jovens entrevistados, quando indagados sobre a presença ou não de filhos, mostraram-se surpresos com a pergunta ou deram risadas. Houve até quem respondeu “Não, muito cedo ainda”, perspectiva que parece fazer parte da vida desses jovens. Nesse sentido, destaca-se que a iniciação sexual faria parte de um rito de passagem da infância à adolescência/juventude. Nesse caminho se dá a afirmação da masculinidade, o que o senso comum chamaria de “tornar-se homem”, perpassando sentidos identitários diversos. Ao iniciarem-se sexualmente, ao menos nesse sentido, os jovens passam a ser vistos como adultos – mesmo que dependentes em outros aspectos dos seus responsáveis. Em estudo realizado no ano de 2006 – “Juventude, juventudes: o que une e o que separa” –, com sujeitos entre 15 e 29 anos, é demonstrada claramente a diferença entre as classes sociais e a gravidez na juventude: 60,6% das jovens pobres afirmaram já ter engravidado, contra 28,5% daquelas das classes altas. Destaca-se ainda que as classes média e alta tendem a postergar a maternidade/paternidade para depois dos 35 anos de idade; já a reprodução nas classes populares se dá mais precocemente (SILVA, ABRAMOVAY, 2007).

Observa-se então a diferença entre os jovens da pesquisa em relação aos demais jovens oriundos das camadas populares. Assim, para os jovens entrevistados, a paternidade precoce não é uma realidade. Afirma-se ainda que, na realização de palestras pela ONG à qual a cooperativa está vinculada, o tema da

sexualidade é trabalhado (SARAIVA, 2006), o que talvez possa contribuir com essa constatação.

A configuração familiar desses jovens pesquisados é, em sua maioria, uniparental – ou seja, família composta por apenas um dos genitores separado vivendo com os filhos, isto é, apenas com sua mãe, e em um caso a avó. Dois dos entrevistados vivem em famílias nucleares – com pai e mãe –, e apenas um dos adolescentes vive em uma família reconstituída (caracterizada pela separação e pela nova união com outro companheiro), com madrasta. Nesse sentido, refere-se que o atendimento ao adolescente em conflito com a lei na ONG que executa as medidas socioeducativas em meio aberto no município de Santo Ângelo, na maioria dos casos, quando chama o responsável pelo jovem, quem comparece é a mãe ou a avó: “Raramente se consegue envolver a figura do pai neste trabalho, porque este é uma figura ausente ou omissa em relação ao atendimento do filho adolescente” (SARAIVA, 2006 p. 100).

Quanto às condições de moradia desses jovens, constatou-se que cinco jovens residem em casas próprias de madeira, e um mora em casa mista (madeira e alvenaria), em bairros pobres do município. Todas as casas possuem água encanada, luz elétrica e banheiro. Contudo, três dos seis jovens (A, C e D) residem em residências com um ou dois quartos. O que, no caso do adolescente A, que mora com seus pais e oito irmãos, representa a divisão de um quarto entre nove pessoas: utilizam-se outras peças da casa como cômodo e/ou alguns dos filhos dormem com o casal. O mesmo ocorre com o adolescente C, que mora com os pais mais seis irmãos. E com o adolescente D, que possui dois irmãos. Essas condições impossibilitam que o jovem tenha seu espaço e possivelmente caracterizam condições precárias de moradia.

Complementado este dado, observou-se a renda familiar dos jovens pesquisados: três deles não souberam informar o rendimento familiar. Destes, o adolescente A afirmou que seus pais não trabalham, o que representa que ele e seus irmãos são os responsáveis pela renda em casa. Outro (B) afirmou que sua avó, com quem reside, vende roupas íntimas, caracterizando o trabalho autônomo, sem vínculo empregatício ou acesso aos direitos sociais. E o jovem D afirmou que apenas sua irmã trabalha e também recebe Bolsa Família, isto é, ele e ela são responsáveis pela renda familiar gerada.

Dos demais que informaram a renda, constatou-se que o adolescente C possui um rendimento familiar de R\$ 300,00, isto é, menos de um salário mínimo mensal; o adolescente E possui uma renda familiar mensal em torno de R\$ 600,00, sendo esta oriunda sobretudo do trabalho do irmão, que possui emprego formal em uma indústria do município. E o jovem F, que reside com sua mãe, possui um rendimento familiar mensal em torno de R\$ 550,00.

A tabela 5 visa sintetizar as condições de vida dos jovens pesquisados:

Tabela 5

Síntese das condições de vida dos sujeitos da pesquisa/2009

Sujeito	Número de pessoas que residem	Número de peças	Número de cômodos	Renda familiar	Renda <i>per capita</i>	Situação dos responsáveis
A	11	5	2	-	-	Desempregados
B	2	7	3	-	-	Autônomo
C	9	4	1	R\$ 300,00	R\$ 33,33	Informais
D	5	5	2	-	-	Irmã trabalha
E	5	5	2	R\$ 600,00	R\$ 120,00	Pais e irmão trabalham
F	2	6	2	R\$ 550,00	R\$ 225,00	Informal

Fonte: Elaboração Própria

A partir da tabela 5, é possível verificar que, mesmo com a falta de algumas informações, a maioria dos sujeitos da pesquisa vivencia a situação de pobreza. O trabalho informal perpassa a vida dessas famílias, bem como os baixos rendimentos. Os jovens B e F são os que, a partir das informações, gozam de melhores condições materiais, possivelmente por residirem apenas com um membro de suas famílias. Contudo, a renda *per capita* não ultrapassa o valor de R\$ 225,00, o que, dentro de uma sociedade do consumo, ainda está muito aquém do ideal, considerando gastos fixos com alimentação, luz, água.

Esses dados também vão ao encontro da pesquisa nacional debatida no capítulo 3 desta dissertação, em que se observa que a grande maioria dos adolescentes privados de liberdade no Brasil vive em famílias com rendimento mensal inferior a R\$ 400,00 (IPEA/MJ-DCA, 2002). Ou seja, por mais que os delitos cometidos pelos adolescentes privados de liberdade sejam considerados mais

graves do que os dos sujeitos desta pesquisa – tanto que estes cumpriram medida de prestação de serviço à comunidade na própria cooperativa –, o baixo rendimento também perpassa a realidade de suas famílias.

Quanto ao acesso a programas sociais como o Programa Bolsa Família¹²⁰, apenas um jovem (D) afirmou que sua irmã recebe. Os demais informaram que nenhum de seus familiares possui acesso a esse benefício. Porém, nem todos têm certeza dessa informação.

A não informação acerca do rendimento familiar, sobre o recebimento ou não de benefícios, pode demonstrar características próprias da juventude. Essa fase do desenvolvimento humano, conforme trabalhado nos capítulos 2 e 3 desta dissertação, é considerada “um período da vida conturbado, marcado pelo conflito com os pais [...] pela intensa aproximação com o grupo de iguais e por vivências extrafamiliares [...]” (TEJADAS, 2007 p. 73). Isto é, o conhecimento acerca de rendimentos familiares e acesso a benefícios, por mais que interfira diretamente em suas vidas, pode não ser uma preocupação para esses jovens, que têm seu olhar voltado para outras experiências e conhecimentos¹²¹.

Outro aspecto diz respeito ao lazer desses jovens. A prática de esportes, sobretudo o futebol, foi referenciada durante a realização dos grupos focais. Como já referido, a ONG conta com uma escola de passagem que atende os adolescentes analfabetos ou que pararam os estudos antes da 6ª série do ensino fundamental. Essa escola, que fica próximo à sede da cooperativa em estudo, possui uma quadra de esportes, a qual é disponibilizada para que esses jovens pratiquem atividades esportivas. Além disso, os jovens que são atendidos na ONG em geral, tanto os que estão cumprindo medida quanto os que já cumpriram e estão na cooperativa, participam de eventos esportivos intermediados por ela. A prática de esportes aparece então como uma das práticas de lazer fora de suas casas.

¹²⁰ O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 70 a R\$ 140) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 70). Ver: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Acesso em: 26.10.2009

¹²¹ A partir dessa constatação, percebe-se uma das dificuldades enfrentadas na pesquisa. Assim, em possíveis pesquisas posteriores que abarquem a juventude, os dados socioeconômicos podem ser obtidos também por outras fontes, como entrevistas com os responsáveis, arquivos das instituições que os atendem, etc.

Outra característica dos jovens entrevistados é a apreciação da chamada cultura *hip-hop*¹²². Esta engloba o *rap* (música), o *break* (dança) e o grafite (pintura). Contudo, a expressão referida também durante a realização de grupo focal é o *rap*. Essa forma musical se caracteriza no Brasil por possuir letras que expressam a realidade da vida de quem os compõe, comumente atravessada pela pobreza. Além disso, o *hip-hop* também é apontado como alternativa para o desenvolvimento de políticas públicas aos jovens:

Daí a importância estratégica do *hip-hop*, que é genuinamente popular e ligado às ideias de cidadania, respeito e paz. Quando as escolas, as comunidades, a sociedade ou os governos proporcionam aos jovens das periferias e favelas acesso à criação cultural e à expressão artística, na prática, lhes oferecem um campo em que podem exercitar a própria subjetividade e expressividade, mostrando-se e inventando-se como pessoas, ante olhares atentos e respeitosos da audiência, que os valorizam pela mera atenção que prestam (SOARES, 2005 p. 286).

O *hip-hop* poderia proporcionar também a visibilidade social desses sujeitos. Além disso, o mundo da cultura é um espaço privilegiado de práticas, símbolos, rituais, nos quais os jovens buscam demarcar o que poderia ser chamado de uma identidade juvenil (MARTINS, SOUZA, 2007). Ao mesmo tempo, precisa estar articulado com as demais políticas públicas para que de fato os adolescentes tenham seus direitos garantidos.

Refere-se ainda que nem todos os jovens conseguem colocar em prática aquilo que dizem gostar de fazer, já que muitas vezes essa execução está condicionada às condições materiais para torná-las concretas. Considera-se também que os gostos não são somente produzidos na esfera individual, já que também são conformados a partir de um campo de possibilidades que se impõem aos jovens a partir de seu universo sociocultural, incluindo aí as esferas sociais e econômicas nas quais os jovens estão inseridos (MARTINS, SOUZA, 2007). Desse modo, salienta-se que o *rap*, expressão do *hip-hop*, foi referenciada pelos

¹²² O movimento cultural *hip-hop* surgiu no final da década de 1970 como uma das alternativas encontradas pela comunidade periférica do Bronx nova-iorquino, em especial os caribenhos e os afroamericanos, para resignificar suas identidades étnicas e questionar possibilidades de uma política diferente em um cenário marcado por graves problemas sociais e políticos. Chegou ao Brasil na década de 1980 e ganha destaque entre os jovens não só pela manifestação artística, mas também pela consciência crítica e social entre os participantes (PRATES, MORAES, GUARESCHI, 2008).

entrevistados somente como “gosto” musical, não demonstrando que ela seja trabalhada com esses jovens dentro do grupo. Assinala-se, portanto, a necessidade de um maior aprofundamento acerca desse aspecto, que poderia ser trabalhado com esses jovens.

Além desse aspecto, dois jovens afirmaram participar ainda de outras atividades, proporcionadas também por outras instituições, como o Programa Projovem (entrevistado F), que atende cerca de 30 jovens do município, e oficinas desenvolvidas pela escola (entrevistado E), envolvendo a prática de esportes, e outras atividades, como cursos de culinária.

Tendo em vista as características dos jovens em estudo referidas, o próximo subitem assinala outras que dizem respeito ao trabalho deles no grupo informal em estudo.

4.3.1 Tempo e rendimentos obtidos na cooperativa

Como se pôde observar no item anterior, os jovens membros da cooperativa, em geral, têm suas vidas perpassadas pela evasão escolar, bem como são oriundos de famílias que vivenciam a pobreza. Considerando essa realidade, questiona-se: como a inserção destes nesse grupo de trabalho contribui para gerar renda para eles?

Para responder a esse questionamento, primeiramente refere-se que o tempo em que esses jovens estão participando da cooperativa – considerando quando as entrevistas foram realizadas (julho/2009) – varia muito: de uma semana a cinco anos. Contudo, a maioria está na cooperativa há alguns meses. Neste aspecto, nota-se a rotatividade dos jovens no grupo, bem como a desistência de alguns membros:

Ahm, o principal, o principal, ahm, causa de desistência assim ó, é aquele menino que vem totalmente desestruturado, muitas vezes com, com, com alto grau de drogadição e que ele encontra muito mais facilidade na rua, no *crack*, na droga, no roubo, no pequeno furto do que no dinheiro difícil que é trabalhar mensal, remuneração baixa, ahm, é muito mais fácil a rua pra consciência desse menino. Então, basicamente as desistências são por esse motivo, pela sociedade onde ele tá inserido lá na vila, pela parceria de repente de deslocarem esse adolescente pra baixo, pro buraco, pela questão da drogadição, né (Entrevistado G).

Na fala do entrevistado G, ficam claros os “benefícios” do crime, já que este garante acesso rápido aos bens de consumo desejados pelos jovens, e que são maciçamente expostos pela publicidade, como forma de se sentir pertencentes e aceitos na sociedade. A excessiva valorização do “ter”, perpetuado pela própria sociedade capitalista, se associa à prática do ato infracional. Porém, mesmo com essa tensão entre trabalho lícito e ilícito, não é possível afirmar que somente a falta de vínculo de trabalho formal, bem como a precarização das condições de trabalho, por si só, levam à prática de delitos.

A questão da drogadição dos jovens também aparece e se relaciona com a prática do ato infracional. O uso de drogas pode estar relacionado com a inserção dos jovens no mundo do tráfico e vice-versa. Reitera-se aqui o que foi abordado no capítulo 2 desta dissertação: a posse e exibição de objetos como armas e drogas, no imaginário desses jovens – e da sociedade –, pode aparecer como transição do mundo infantil ao mundo adulto e garante a visibilidade e a atração das mulheres e dá a sensação de virilidade.

Os baixos rendimentos somam-se a essa questão. Quando os jovens se inserem nessa cooperativa, têm a possibilidade de receber de R\$ 120,00 a R\$ 160,00 mensais, de acordo com o tempo e as atividades realizadas no grupo. Nesse sentido, novamente reporta-se a característica de grande parte dos empreendimentos de Economia Solidária: os baixos rendimentos gerados a partir do trabalho cooperativo. E, como se trata de um grupo informal, e mesmo estando vinculado a uma ONG, este se automantém:

Assim ó, todo, todo o trabalho, todo o rendimento, toda a produtividade que é feita mensal, semanal, ahm, o dinheiro que vai, que vai entrando no nosso caixa, é, a gente vai repassando pra nossa contabilidade [...] Então nós estipulamos assim ó, quotas fixas pra esses adolescentes, que variam de R\$ 160, 150, 140, de acordo com o tempo que ele já tá na cooperativa, com a produtividade dele, com o que ele tá, com o que ele tá, foi o valor que nós chegamos baseado numa média do que entra mensal, que a gente pode, que a gente pode repassar e cobrir as despesas que a gente têm mensal, fixa (Entrevistado G).

Devido à relação custos de manutenção x ganhos da cooperativa, a remuneração desses adolescentes se torna muito baixa. Além disso, eles não possuem acesso aos benefícios da Previdência Social – direito garantido no ECA: ao adolescente aprendiz, maior de 14 anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários (artigo 65). No entanto, as reais condições estruturais do próprio mercado de trabalho, bem como da Economia Solidária, principalmente quando esta se dá, como no caso, a partir de um grupo informal, e que desenvolve atividades comumente de baixos rendimentos, acabam por dificultar o acesso destes jovens aos seus direitos trabalhistas.

Ao mesmo tempo, a ONG disponibiliza alguns serviços sociais e psicológicos para esses sujeitos, bem como suas famílias:

[A ONG] tem toda essa retaguarda, questão médica, entende? A questão social, ahm, psicologia, os enfermeiros estão sempre visitando, pensão alimentícia, mesmo não sendo uma entidade assistencialista, porque [a ONG] não é isso, ele sempre tem suas reservas de doações que o pessoal faz lá, de alimentos e isso é repassado para os mais carentes que a gente sabe, né, e eles mesmo pedem, né? (Entrevistado G)

Refere-se aqui a necessidade de articulação com as demais políticas públicas de acesso e garantia de direitos. Considera-se o acesso universal a serviços públicos básicos como uma prerrogativa da Constituição Federal de 1988. Contudo, não se obtiveram informações sobre como essa articulação é desenvolvida pela ONG, direcionando-se para a necessidade de outros estudos que incorporem essa questão.

A baixa remuneração, além disso, caracteriza uma inclusão precária no mercado de trabalho. Como abordado no capítulo 2, não se considera que esses jovens estejam excluídos socialmente, e sim incluídos de forma marginal por meio

do trabalho precário, sem garantia de direitos, mas que possibilita, ainda que de forma limitada, o acesso ao consumo.

Nesse sentido, durante a realização do segundo grupo focal, os jovens afirmaram ter acesso ao consumo e que adquirem o que desejam a partir da compra em prestação. No entanto, bens como carros e motos, citados com os mais desejados, são impossíveis de adquirir a partir da renda gerada no empreendimento. Desse modo, problematizam-se novamente as alternativas propostas para os jovens oriundos das camadas mais pobres da população:

[...] Quando pensamos no alternativo, podemos ver que a população mesma está construindo alternativa, uma alternativa incluyente, não uma alternativa que aprofunde o abismo com o existente, não a recusa das contradições da sociedade atual. Uma alternativa incluyente provoca a necessidade de resolver a exclusão desta nossa sociedade; a recusa sobretudo da dupla sociedade, uma recusa daqueles que só têm obrigações e trabalho e não têm absolutamente mais nada, e uma sociedade daqueles que têm em princípio absolutamente tudo e nenhuma responsabilidade pelo destino dos demais (MARTINS, 1997 p. 37).

Mesmo que essa alternativa em estudo venha garantindo a possibilidade de geração de trabalho e renda e, assim, a possibilidade de consumo, ainda que limitado, diz respeito a uma desigualdade desenvolvida em âmbito material, mas que se unifica ideologicamente – já que tanto os pobres como os ricos podem consumir aparentemente as mesmas coisas, mas as oportunidades continuam desiguais (MARTINS, 1997).

Desse modo, a configuração que a Economia Solidária vem ganhando nos últimos anos faz com que haja necessidade de maiores articulações e pressões no que tange a sua manutenção, bem como ao acesso aos direitos sociais. Como ela vem se desenvolvendo, caracteriza-se, na maioria das vezes, como uma inclusão precária e marginal. Configura-se como uma estratégia do capital na medida em que incorpora, na maioria das vezes, os segmentos que não são absorvidos pelas empresas, sobretudo os mais velhos e os jovens, bem como aqueles que têm baixa escolaridade. Para estes, bastariam, então, rendimentos capazes de assegurar a sua sobrevivência e a manutenção do círculo de consumo.

O mesmo movimento observa-se em relação aos adolescentes em conflito com a lei. Ou seja, aos jovens pobres, de baixa escolaridade, e que cometeram

delitos em algum momento de suas trajetórias de vida, cabe o trabalho precário, pois assim podem ajudar suas famílias, bem como consumir aquilo que é exposto pela mídia maciçamente. Estariam então reincluídos na sociedade, já que não cometem mais atos infracionais e não perturbam a ordem social. Àqueles advindos das classes média e alta, cabe a utilização do tempo nos estudos, à preparação profissional, o que, como já afirmado, não garante por si só a inserção profissional, mas a facilita e possibilita que, quando esta aconteça, seja remunerada por melhores salários.

Contudo, existem outros aspectos a serem considerados. O próximo item visa abordar aspectos relacionados ao trabalho desses jovens na cooperativa em estudo, sobretudo o que diz respeito à organização e à gestão do trabalho.

4.3.2 Características dos processos de articulação, organização e gestão da cooperativa

O trabalho na cooperativa é dividido em dois segmentos. Como esse grupo conta com uma estufa para a plantação de flores, alguns dos membros ficam na sede, realizando a produção e a comercialização de mudas, e outros realizam o trabalho nas casas, instituições que solicitam a jardinagem e o paisagismo. Destaca-se que o trabalho é feito sempre acompanhado do monitor e supervisionado pelo professor de técnicas agrícolas que coordena a cooperativa. Os adolescentes estão sempre uniformizados e munidos de suas ferramentas de trabalho (pás, enxadas, máquinas, etc.) (SARAIVA, 2006).

Nas atividades externas, os jovens trabalham com a limpeza de terrenos, podas de árvores, jardinagem e paisagismo em residências, instituições e locais públicos como praças, colégios, entre outros. Na realização do trabalho externo, a cooperativa conta com uma Kombi antiga para realizar o transporte das mudas, bem como dos jovens trabalhadores. Meio de transporte que se encontra visivelmente defasado, o que pode acarretar riscos à própria segurança daqueles que se locomovem nela.

Destaca-se ainda que a cooperativa, mesmo estando vinculada a uma ONG, se automantém, isto é, como já abordado, a renda produzida pela cooperativa é distribuída entre seus membros, bem como cobre os demais gastos com a sua manutenção. Desse modo, o empreendimento acaba por sofrer dificuldades financeiras para a aquisição de novos materiais de trabalho, como no caso do veículo de transporte. A fala do entrevistado G, a seguir, responde como funciona a cooperativa no que diz respeito ao acesso a financiamentos:

O [ONG] como ONG sim, através dos projetos que envia para alguns órgãos, recebe, agora pra cooperativa não. A cooperativa é, um dos objetivos que sempre foi da cooperativa é a sua automanutenção, né? E aos poucos nós conseguimos isso, e estamos com muita dificuldade trabalhando assim, né, trabalhando nesse aspecto (Entrevistado G).

A dificuldade financeira dos grupos de Economia Solidária é uma característica presente em inúmeros empreendimentos no Brasil. Como já mencionado, a lógica organizacional, o ritmo produtivo e o custo são comandados pelo mercado. Além disso, praticamente inexistem cadeias produtivas autônomas da Economia Solidária (BARBOSA, 2007).

Também no que tange às condições de trabalho da cooperativa, conforme abordado anteriormente, esta conta com equipamentos e uniformes para os adolescentes. Contudo, a utilização desses uniformes, com o logotipo da ONG à qual o grupo está vinculado, acaba muitas vezes por gerar preconceito por parte daqueles que contratam os serviços, segundo os jovens entrevistados: “Lá vem os infrator”, disse um adolescente se referindo ao que pensam alguns dos contratantes do serviço. “Uns ficam em cima, cuidando pra ver se a gente não vai pegar nada”, já outros costumam dar refrigerantes e alimentos aos adolescentes.

A utilização de uniforme com o logotipo da ONG, segundo a fala dos adolescentes, causa certo desconforto e colabora para que o estigma de “marginais” muitas vezes se mantenha. Nesse sentido, reporta-se novamente aos adolescentes em conflito com a lei como metáforas da violência (SALES, 2007), já que, ao serem identificados como membros desse grupo, vinculado à ONG que executa medidas socioeducativas, são vistos como perigosos, despertando sentimentos como medo no imaginário social.

Quem está ali na esquina não é o Pedro, o Roberto ou a Maria, com suas respectivas idades e histórias de vida, seus defeitos e suas qualidades, suas emoções e seus medos, suas ambições e seus medos. Quem está ali é o 'moleque perigoso' ou a 'guria perdida, cujo comportamento passa a ser previsível. Lançar sobre uma pessoa um estigma corresponde a acusá-la simplesmente pelo fato de ela existir (SOARES, 2007 p. 133).

Além da medida que já foi cumprida, ou no caso daqueles que prestam serviço comunitário, soma-se a “pena” do preconceito para com eles. Preconceito que deixa marcas. E, uma vez que a construção da identidade é um processo social, interativo, de que participa a coletividade e que se dá em determinado contexto histórico (SOARES, 2007), considera-se o “olhar” da comunidade parte da construção da identidade dos meninos que trabalham nesse grupo.

Outro aspecto observado diz respeito à participação dos jovens nos processos decisórios da cooperativa. Compreende-se a autogestão como uma das principais características da Economia Solidária, conforme explicitado nos capítulos anteriores. Comumente, no funcionamento dos grupos de Economia Solidária, são realizadas assembleias/reuniões do coletivo, nas quais são tomadas decisões referentes ao empreendimento, bem como realizadas eleições da diretoria (LECHAT et. al, 2007). Contudo, quando os jovens foram questionados sobre qual a participação deles nas decisões, afirmaram que estas se dão, sobretudo, no cotidiano das atividades:

Muita coisa que foi feita na cooperativa, um pouco, foi com a opinião nossa, que nós chega e ó, isso tem que ser melhor, nós participemo também (Grupo focal)

Mas sempre era reunião entre eu, o professor, a gurizada, pra dizê o que nós queria, era interno só
[...] eu mesmo dei muita opinião aí pra melhorar – O galpão, tudo, dei muita opinião (Entrevistado E)

É, tudo que ele [o coordenador] acha que tá errado, ele fala pra nós, o que nós não gostemo, falemo pra ele, é assim (Grupo focal)

Essas decisões dizem respeito principalmente ao trabalho realizado. Já no que se refere à divisão do rendimento obtido, como já afirmado, não há a participação dos jovens:

Assim ó, nós, ahn, nós, nós até no início nós fazíamos alguma coisa assim. Só que, como ficou muita coisa pra nós administrar, então eles fazem parte hoje assim na, na, não de gastos, mas nos trabalhos, ahn, e com o passar do tempo, alguns mais experientes já apresentam condições de algum tipo de serviço, deles opinarem, de orçamento, questão de, de, como que se faz, como vamos fazer, se é melhor assim, por exemplo, de poda de árvore, derrubada, esse tipo de coisa, assim. Mas a decisão em torno do investimento, despesa, a gente, continua, nós não temos condições assim de querer que esses adolescentes, de uma hora pra outra, que eles tenham condições de sair já administrando alguma coisa (Entrevistado G).

Neste aspecto, observa-se que a condição de pessoa na peculiar condição de desenvolvimento pode não possibilitar que esses jovens assumam responsabilidades acerca das questões financeiras do empreendimento. Soma-se a este fator a baixa escolaridade anteriormente analisada, o que dificultaria ainda mais esse trabalho. Ao mesmo tempo, esse componente do trabalho cooperativado poderia ser trabalhado entre os membros, dentro de suas limitações, tendo em vista o conhecimento destes sobre todo o processo que se desenvolve dentro do grupo. Considera-se assim que, mesmo que inicialmente os jovens pertencentes à cooperativa não tenham “condições” de assumir as responsabilidades financeiras do grupo, tanto pela condição de sujeitos em desenvolvimento quanto pela baixa escolaridade, existiria a possibilidade de serem trabalhados os dois aspectos (baixa escolaridade e contabilidade) conjuntamente, considerando a possibilidade de transformação do real.

Além disso, estudos (LECHAT et. al. 2007) sinalizam que a tomada de decisões no cotidiano dos empreendimentos, sem a realização de assembleias/reuniões, acontece principalmente em grupos informais, como é o caso do grupo em estudo. Uma das possibilidades para esse fato é de que certos grupos possuem sua organização fortemente enraizada nos moldes formais, existindo uma pessoa responsável pela tomada de decisões – no caso, um patrão. Dessa maneira, seria interessante o trabalho acerca da participação e do envolvimento dos jovens em todos os aspectos da cooperativa, já que, ao menos nesse local, poderiam desenvolver novas habilidades, bem como realçar aspectos subjetivos como valorização e pertencimento.

As reuniões realizadas na sede da ONG à qual a cooperativa está vinculada acontecem a cada quinze dias ou mensalmente, e nelas são realizadas palestras sobre temas variados, como cidadania, meio ambiente, prevenção ao uso de drogas,

doenças sexualmente transmissíveis (SARAIVA, 2006) e até mesmo assuntos religiosos: “Sempre tem um palestrante, esses dia veio um pastor pra dá, fazer um culto com nós aí” (Grupo focal).

Nessas reuniões, não são tratados assuntos referentes ao trabalho desenvolvido na cooperativa, já que, como abordado anteriormente, essas discussões se dão no cotidiano.

Nós, nós estamos fazendo assim ó, quinzenais, reuniões com eles, com os psicólogos do [ONG], eles estão desenvolvendo um trabalho em grupo, que é quinzenal, nós tiramos uma tarde, duas horas, que os adolescentes entram em contato então com o [...], para as dinâmicas de grupo que o pessoal faz.

[...] é na questão social, humana, convivência, mas fora isso, as reuniões técnicas que a gente faz, geralmente nos dias de chuva e aos sábados, quando a gente pode tirar um tempo pra gente conversar, é uma questão, ahm, crítica, elogios, na questão, o que tá bom, o que não tá, o que precisa ser melhorado, as nossas dificuldades, a gente relata assim, ó, o que nós precisamos melhorar, algum que tá deixando a desejar, algumas regras que a gente sempre tem que tá repassando, temos as nossas normas também, né? (Entrevistado G).

Pelo que se pode observar a partir da fala dos jovens, trata-se de palestras que abordam temas pensados pelos profissionais da ONG, não aparecendo a participação dos jovens na construção das temáticas a serem trabalhadas.

Outro aspecto que foi encontrado durante as entrevistas foi a relação de “coleguismo” entre os membros da cooperativa:

- As vez tem, uma opinião diferente, né [...]? As vez tem um meio corno.
- [...] mas a relação é boa, com o serviço, em casa, comigo pelo menos, e cos piá que eu sei não tem problema, nada.
- [...]
- É que a gente tá entre piá, trabaia entre piá sempre, coisarada (1)
- Ahm (Pesquisadora)
- Se diverte quebrando cano.
- [...] As veiz tem um que é meio loco no enxadão, que Deus o livre, não tem o que não destrua
- Mas o quê que vocês estavam fazendo com o cano? (Pesquisadora)
- Não, tem que cavocá antes de plantá grama, daí tem que virar a terra, daí tem um cano.
- Uma veiz eu me distraí lá embaixo, chegô no fim l... deu um taio no cano lá.
- Esse aí vorta e meia [...] (5) (Grupo focal).

O coleguismo e as “brincadeiras” realizadas entre os membros demonstram características próprias da etapa de desenvolvimento. Considera-se então que as diferentes juventudes vivenciam as (im)possibilidades relacionadas às desigualdades que perpassam seus cotidianos, mas, ao mesmo tempo, as brincadeiras, a diversão, a (re)invenção de linguagens próprias, apresentam-se como necessidades que também dizem respeito à esfera dos direitos (SOUZA, MARTINS, 2007). Paralelamente, o espaço onde essas brincadeiras são realizadas modifica-se de acordo com a classe social do jovem. Neste caso, é realizada no local de trabalho, mas poderia ser desenvolvida no ambiente escolar, no grupo de amigos, bem como no âmbito familiar.

Soma-se a este aspecto a relação do coordenador do grupo com os jovens:

Ah, é praticamente assim ó, ahn, deveria ser em qualquer outra empresa, a relação, ahn, patrão-empregado, entende? Ou patrão – colaborador, ou... mas, no nosso caso, é mais uma relação pai pra filho, porque assim como eu tô com eles aqui, estamos brincando, tem certas horas que eu tenho que chegar mais duro, que eu tenho que impor algum limite, porque eu tô trabalhando com adolescente, não são profissionais, então eles me desviam muito às vezes na brincadeira, em hora errada, então tem que tá sempre nessa questão atento, corrigindo, entende? (Entrevistado G)

Essa relação, segundo os jovens e o coordenador, não se dá necessariamente de forma hierárquica, mas, em alguns momentos, é necessária a imposição de regras:

[...] Porque as pessoas que nos contratam, elas não querem saber se é adolescente, se não é ou..., elas querem um trabalho profissional porque nós ganhamos concorrência das coisas e licitação de preços, e as pessoas querem um trabalho bem feito, então eu tenho que ter essa responsabilidade também como técnico, né? (Entrevistado G).

A contradição da realidade torna-se clara a partir da fala do coordenador. Ao mesmo tempo em que são jovens, adolescentes, sujeitos na peculiar condição de desenvolvimento, possuem responsabilidades de adultos em seu trabalho.

Considerando essas características dos processos organizativos do grupo, o próximo subitem visa discorrer sobre como a inserção dos jovens nesse empreendimento pode contribuir ou não em suas condições e seu modo de vida.

4.3.3 A contribuição na vida dos jovens

Comumente, quando se pensa em contribuição na vida dos sujeitos, neste caso dos jovens e adolescentes em conflito com a lei, pensa-se em inserção social, condições de vida digna, garantia de acesso a direitos, tendo em vista a não reincidência daqueles que cometeram ato infracional. Contudo, alguns desses aspectos muitas vezes deixam a desejar, como no caso da cooperativa em relação aos rendimentos e ao acesso aos direitos trabalhistas, conforme abordado anteriormente.

Ao mesmo tempo, na fala dos jovens entrevistados, bem como do próprio coordenador do grupo, aparecem aspectos que não foram pensados inicialmente pela pesquisadora, entre os quais podem ser citados o coleguismo, referido anteriormente, e o sentimento de pertencimento e valorização do trabalho realizado:

Eu acho que garante acima de tudo... a principal garantia da cooperativa é a questão da convivência, o vínculo que os adolescentes criam entre si, muitas vezes, muitos deles assim, que nunca tiveram nem na sua casa, na sua localidade, então eu considero esse fator da convivência, do coleguismo, do dia a dia, e a questão financeira também, que queira ou não queira, que mesmo sendo pouco, tem muitos aí que fazem muito com esse pouco (Entrevistado G).

Convívio comunitário, garantido por meio do trabalho, mas que também é marcado pelo preconceito, conforme abordado anteriormente. Questiona-se, diante dessa realidade: seria essa a melhor forma de garantir a convivência com os demais jovens e com a comunidade? Sinaliza-se para a necessidade da criação de alternativas que possam possibilitar esse convívio e que também garantam outros direitos.

Refere-se que a maioria (quatro) dos entrevistados afirmou que nada mudou em suas vidas após a entrada na cooperativa, revelando a necessidade de revisão no que tange ao tratamento dado e às atividades desenvolvidas com esses jovens. Se essa experiência em sua percepção não contribui para a transformação em suas condições e/ou modo de vida, é porque carece de sentido em sua vida. Se o trabalho, considerado elemento fundamental da sociabilidade humana, aqui não representa mudança, pode ser considerado um fardo para esses jovens, já que suas

trajetórias são marcadas pelo não acesso aos direitos, e, para acessá-los, eles precisam trabalhar, aparecendo o caráter meritocrático que perpassa parte das políticas públicas no Brasil.

Concomitantemente, dois jovens sinalizaram mudanças tanto nas condições de vida como no modo de vida a partir de suas inserções no grupo:

Contribuiu, até tive que voltar uma vez no Fórum, mais só por testemunha mesmo, mas contribuiu. Antes eu saía, andava com más inimizadas, essas coisa, amigo ruim que não ajudava em nada, mais agora eu mudei, só ajudo em casa, as minha tarefa tudo, eu mudei, passo em casa, se eu tenho que saí eu já saio com os meus amigo mesmo que é i numa festinha, alguma coisa, mas nunca mais andei nos mau caminho.
[...] Mudou, porque as pessoas que eu andava mais era cos piá da vila, assim, sabe? Agora mudou, porque eu mudei minhas companhia, entendeu? Eu passei a andá com pessoa que me fazem bem, não que me puxam pra baixo daí. Pra mim foi isso que me ajudou. O seu [...] mesmo, quando eu não tô trabaiano na cooperativa, tô trabalhando com ele, em casa a relação com meu pai mudô, antes nós só brigava, discutia, agora eu ajudo ele, sempre quer saber como é que eu tô no serviço, quê que eu fiz hoje, é assim, a gente tem uma relação boa agora em casa (Entrevistado E).

Já outro jovem (entrevistado F) afirmou que, a partir de sua inserção no grupo, foi-lhe proporcionado o acesso à luz elétrica, entre outros benefícios materiais no que toca às condições de moradia. Acesso de suma importância, mas que não deveria estar condicionado ao vínculo com o grupo, e sim um direito de cidadania.

Outra categoria que apareceu na fala dos jovens é a do pertencimento e da valorização do trabalho. Como a relação de coleguismo é presente no grupo, os jovens se sentem valorizados entre si, principalmente aqueles que estão na cooperativa há mais tempo:

Eu gosto porque, bem dizê dos piá eu sou o mais velho, eu sei mais e eles precisam até de mim, daí eu me sinto mais, bem dizê, mais valorizado aqui também, entendeu?
[...]
No começo que eu ainda tinha que eu não sabia fazê as coisa, ficava meio com receio de pegá as coisa, agora eu faço tudo, ajudo tudo aí, até a [...] faço por fora lá pro seu [...], que antes eu não fazia porque eu não sabia, agora eu aprendi (Entrevistado E).

A invisibilidade, trabalhada no capítulo anterior, cede espaço, ao menos no âmbito micro, para o sentimento de pertencimento e valorização. Retomando a estrutura da sociedade, refere-se que estes jovens precisam cometer o ato infracional para entrar em programas, para que seus direitos sejam – neste caso parcialmente – garantidos. A visibilidade se dá ou quando cometem o ato infracional, ou em âmbito micro, em um grupo, mas que no macro ainda não acontece totalmente, conforme visto anteriormente.

No que tange às perspectivas futuras dos adolescentes, variam entre dar continuidade aos estudos e/ou arrumar um trabalho melhor remunerado: quatro afirmaram querer trabalhar em outro local, dois também sinalizaram com o término dos estudos e dois disseram não saber.

Meu futuro? Eu penso em terminá os estudo agora, sabe, daí meu professor tá me convidando pra mim estudá no turno inverso pra mim fazê a prova do ENEM, professor de história, ele sabe também tudo, e eu tô estudando, e eu quero trabalhá meio turno e estudá meio turno, depois tentá alguma coisa, numa universidade, sei lá (Entrevistado E)

Por enquanto eu tô trabalhando, mas no mais quero estudar, ver o que eu quero fazer aí, tô estudando de manhã e trabalhando de tarde, daí não sei, quero ser advogado! (Entrevistado E no Grupo Focal)

- Que tu pensas em fazer no futuro? (Pesquisadora)

- Estudá, acho.

- Estudar... (Pesquisadora)

-Tem que estudá, né, não dá pra pará, tem que i mais adiante (Entrevistado C)

- Penso em trabalhar, num serviço bom (Entrevistado B)

A partir da fala dos entrevistados, observa-se a expectativa de que encontrem um trabalho que seja mais bem remunerado. Além disso, os estudos também são apresentados como desejos. Porém, somente um adolescente informou que gostaria de cursar o ensino superior – “ser advogado”. Essa constatação pode estar relacionada com a distância entre a realidade desses sujeitos e aquela necessária para a realização de uma faculdade. Além disso, talvez esses jovens nem cogitem essa hipótese, pois ela nunca lhes foi apresentada como uma possibilidade em suas vidas.

Já os jovens que falaram que não possuem perspectivas são os mesmos que afirmaram que nada mudou em suas vidas após a inserção no grupo. Como esperar que jovens sem perspectivas para o presente as tenham para o futuro? Sinaliza-se novamente para a urgência da criação de alternativas que compreendam o “ser jovem”, que tenham sentido na vida destes e que também propiciem o acesso aos seus direitos.

Quanto às possibilidades geradas a partir da inserção desses jovens nesse grupo, em relação ao seu futuro, destaca-se que eles recebem um certificado de qualificação na área de jardinagem e paisagismo, bem como, quando solicitado, prestam referências aos possíveis colaboradores:

O que a gente faz assim, ó, é fornecer, quando eles saem, ou quando concluem um determinado tempo, a gente fornece um diploma, né, de profissionais na área, no caso, de auxiliares de jardinagem, que frequentaram curso, capacitação pra tais e tais serviços a gente pode fornecer.

[...] as empresas, mas mesmo assim a gente já tem casos assim, até não no ramo, mas que ligam: ó, tem um fulano aqui que quer trabalhar comigo, ele deu referência aí, e se realmente as referências da pessoa, a gente fala sempre a verdade, né, e já aconteceu bastante caso assim, de adolescentes se empregarem com essas informações que a gente passa, mesmo contando o histórico, porque a gente já orienta quando tem alguma vaga, que não omitam nada, contem a história, todo o seu rendimento, não tenham vergonha do que passou, do seu passado (Entrevistado G).

Contudo, como já abordado, sabe-se que essas condições por si só não garantem a inserção no mercado de trabalho, sobretudo quando se considera a baixa escolaridade desses meninos. Além disso, também como já mencionado nos capítulos anteriores, com o excesso de mão de obra no mercado, decorrente do desemprego estrutural, faz-se cada vez mais uso de trabalhadores qualificados, mesmo para atividades de baixa complexidade laborativa.

4.3.4 Economia Solidária: contribuição para inserção social dos jovens e adolescentes em conflito com a lei?

Considerando inserção social como a possibilidade de usufruir os valores, bens materiais e simbólicos de uma sociedade e sentir-se parte (pertencimento), ter seus valores, suas crenças, um modo de serem reconhecidos e respeitados, bem

como poder expressar-se, participar dos processos de decisões, enfim, participar das diversas instâncias da vida social, cultural, econômica, política da sociedade e dos grupos com os quais convive (PRATES, 2007), juntamente com toda a contextualização sobre o mercado de trabalho e juventudes e adolescentes em conflito com a lei, observa-se um longo caminho a ser seguido para que de fato esses jovens estejam inseridos e incluídos socialmente.

Primeiramente, é possível observar a própria contradição existente nos objetivos da cooperativa, com os resultados que proporciona. Não se pretende, aqui, culpabilizar os responsáveis pelo seu desenvolvimento e, a partir disso, negar a importância do empreendimento. Contudo, alguns aspectos ganham relevância: a partir do ECA, bem como do SINASE, é prevista a articulação entre as políticas públicas, tendo em vista a garantia de direitos das crianças e dos adolescentes. Porém, como se pode observar, trata-se de um trabalho focalizado nos adolescentes em conflito com a lei, sendo que esse grupo informal surge visando atender aqueles que cumprem ou já cumpriram alguma medida socioeducativa.

Como consequência, tem-se uma contradição clara: ao mesmo tempo em que esse grupo gera renda – de forma incipiente –, trabalho e sentimentos como valorização e pertencimento, ele colabora para a manutenção desses jovens em um círculo de pobreza, já que a profissão que aprendem não proporciona altos rendimentos. Além disso, a própria focalização de adolescentes em conflito com a lei colabora com o preconceito social sofrido por esses jovens, na medida em que fazem parte de um grupo que já infringiu a lei. Então se questiona por que é necessário que esses jovens façam parte de uma cooperativa específica para o segmento se, a partir do SINASE, sinaliza-se para a inserção desses jovens no sistema de garantia de direitos – assistência social, saúde, educação, etc. – não de forma focalizada, e sim considerando a universalidade das políticas públicas. Ou, em outras palavras, por que esses jovens não podem participar de outros programas, destinados à juventude em geral?

Quando se questiona sobre a possibilidade de a Economia Solidária ser alternativa de inserção social, reitera-se que esta vem gerando renda ainda de forma muito incipiente, não garantindo direitos tanto para os grupos de trabalhadores usuais, compostos por adultos, quanto para os jovens. Da mesma forma, ela vem constituindo uma forma de inclusão precária no mundo do trabalho, sendo

necessária a pressão dos trabalhadores para que possa de fato ser uma alternativa de geração de trabalho e renda capaz de garantir direitos e saciar as necessidades básicas.

Em relação à juventude e aos adolescentes em conflito com a lei, refere-se que proporcionar trabalho para esses jovens, ao mesmo tempo em que é significativo, considerando a realidade destes, também pode representar a privação novamente das condições que as classes média e alta possuem. Corre-se o risco, em nome do “fazer o bem”, de se retomar o chamado paradigma tutelar. Nesse sentido, estar-se-ia garantindo trabalho aos jovens, dando assistência médica e alguns benefícios emergenciais. Porém, outras leituras podem ser feitas: ao “dar trabalho”, “dar assistência médica”, o lugar dos direitos conquistados pelo ECA perde espaço. Além disso, com baixa remuneração e considerando a não frequência à escola, o trabalho passa a ser fardo, “pena” a ser cumprida por jovens que já se encontram à margem da sociedade.

A tutela, o dar, a meritocracia que tão bem caracteriza a história dos direitos sociais no Brasil, são visões que estão em permanente disputa na sociedade, juntamente com a concepção de direitos universais. É preciso compreender a juventude pobre não somente como classe perigosa, visão tão bem difundida pela mídia, mas como sujeitos de direito.

Assim, compreende-se que: “Uma política pública redistributiva e emancipatória de caráter mais universal, que teria extraordinário efeito social, econômico e ético, seria [...] a retirada do mercado de trabalho, formal ou não formal, de todas as crianças e de todos os jovens até a idade legal de conclusão do ensino médio” (FRIGOTTO, 2007. p. 213). Somada à qualificação da própria rede pública de ensino no Brasil, essa condição possibilitaria que os jovens, independentemente da classe social, tivessem melhores condições de acesso ao mercado de trabalho posteriormente. Em outras palavras, alguns aspectos precisam ser revistos para que de fato a inserção social e tudo que ela implica possam ser alcançados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade da juventude brasileira é perpassada por inúmeras desigualdades, sobretudo aquelas que possuem origem na classe social. A preocupação com os adolescentes e jovens do Brasil é recente, já que, até o final dos anos de 1980, a transição adolescência-mundo adulto era dada pela saída da escola para o mercado de trabalho. Contudo, as transformações que atingiram diretamente o mundo do trabalho em escala global, além do desemprego dos trabalhadores adultos, acarretaram um desafio no que tange o acesso ao mercado de trabalho das juventudes do país, uma vez que esta já encontra obstáculos: a pouca experiência profissional em relação aos adultos e a baixa qualificação.

As políticas públicas destinadas a esse segmento, em geral, são desenhadas a partir de uma concepção de que, por si só, a qualificação garantiria o acesso ao mercado de trabalho. Soma-se ainda o fato de que a qualificação destinada à camada mais pobre da população diz respeito à profissionalização para atividades de baixa capacidade laborativa e, conseqüentemente, de baixa remuneração. Não é garantida, assim, a possibilidade de ascensão social às juventudes pauperizadas.

Destaca-se ainda que, no que tange os adolescentes em conflito com a lei, o trabalho ainda é visto como principal forma de “(re)inserção social”. Nesse sentido, a pesquisa elaborada foi realizada em um grupo informal que, além de ser espaço de cumprimento de medida de prestação de serviço à comunidade, também é possibilidade de geração de trabalho e renda aos egressos do sistema de atendimento socioeducativo. Compreendeu-se que, comumente, tem-se a visão de que a inserção no mercado de trabalho possibilitaria a não reincidência dos adolescentes em conflito com a lei ou a primeira incidência dos jovens.

Nessa perspectiva, esta dissertação procurou trazer dados sobre quem são os jovens inseridos nesse grupo informal desenvolvido com base nos princípios da Economia Solidária. Mostrou que se trata de jovens oriundos das classes populares, de famílias com baixos rendimentos, além de possuírem baixa escolaridade, e que, inseridos nesse empreendimento, também recebem uma remuneração baixa.

Os processos de gestão e organização do grupo são similares aos de outros grupos considerados de Economia Solidária, em que não se tem a efetivação da autogestão, com uma agravante: os jovens não participam das decisões relacionadas às finanças da cooperativa. Além disso, por ser uma cooperativa informal, os jovens não recebem os benefícios previdenciários aos quais têm direito.

No que tange as contribuições ao modo e à condição de vida dos sujeitos, observou-se que, ao mesmo tempo em que a inserção no grupo proporciona sentimentos de valorização e pertencimento, é espaço onde o preconceito da sociedade aparece. Além disso, constatou-se a carência de sentido dessa experiência para os jovens, bem como de perspectivas futuras. Talvez essa seja a constatação mais perversa desta pesquisa.

Desse modo, o trabalho seria a melhor alternativa de inserção social para os jovens vulnerabilizados e adolescentes em conflito com a lei? Compreende-se que a juventude oriunda das camadas populares necessita de projetos que garantam as mesmas possibilidades que os demais possuem: ensino de qualidade, acesso ao ensino superior, lazer, cultura, entre outros direitos básicos, que possibilitem o pleno desenvolvimento de suas capacidades para que, quando adultos, possam ingressar de forma mais contundente no mercado de trabalho.

Além disso, outro aspecto é latente nesse cenário. Uma contradição – promulgação das legislações e normativas como o ECA e o SINASE, que representam um avanço na área infanto-juvenil, *versus* focalização, característica de parte das políticas sociais no Brasil oriundas do ideal neoliberal – precisa ser debatida. Observa-se a focalização da política de atendimento aos adolescentes em conflito com a lei. Compreende-se que eles possuem especificidades, mas que estas não necessitam ser utilizadas como mecanismo de afastamento comunitário. Nessa perspectiva, considera-se necessário que esses jovens sejam encaminhados para as demais políticas do sistema de garantia de direitos, tendo em vista que, como constatado nesta pesquisa, a segmentação a partir de uma cooperativa destinada aos adolescentes em conflito com a lei não proporciona por completo o convívio comunitário, bem como acirra a geração de estigmas para com esses jovens.

Sinaliza-se então para a necessidade de rompimento das políticas focalizadas de cunho assistencialista, que atingem de forma superficial a desigualdade vivenciada por esses jovens e suas famílias. Historicamente, os

direitos das crianças e dos adolescentes vêm sendo mutilados, principalmente quando estes são filhos das classes trabalhadoras. Não se pode perder de vista que o agravamento das condições de vida desses jovens está ligado à forma como se estruturou e se estrutura o capitalismo no Brasil.

No que tange a Economia Solidária, refere-se que esta vem se caracterizando pela inclusão marginal dos trabalhadores, conforme já explicitado no decorrer desta dissertação. Porém, alguns aspectos, como a articulação dos trabalhadores a partir da criação de conselhos e a realização de fóruns, abrem a possibilidade de resistência dos sujeitos que fazem parte de empreendimentos de Economia Solidária. Quanto à possibilidade de esta constituir uma alternativa de inserção social de jovens e adolescentes em conflito com a lei, é necessária uma análise mais atenta. Em casos como o deste estudo, em que jovens são organizados para a realização de trabalho com relações de trabalho precárias, e para o desenvolvimento de atividades de baixa remuneração, a contribuição para a inserção social fica aquém do esperado. Ao mesmo tempo, não se nega que esta vem sendo uma alternativa interessante, pois possibilita alguns aspectos positivos como o pertencimento.

Contudo, acredita-se que a retirada dos adolescentes e dos jovens do mercado de trabalho, até a idade adequada para concluírem o ensino médio, poderia possibilitar melhores condições posteriores de inserção no mercado de trabalho. Porém, a sociedade é permeada por interesses contraditórios, o que torna um desafio o acesso aos direitos por meio de políticas públicas que ao mesmo tempo respondam aos interesses das classes trabalhadoras e que também são utilizadas como instrumento de cooptação destas.

Cooptação essa que, muitas vezes, ruma ao retrocesso no que se refere aos adolescentes em conflito com a lei, uma vez que a redução da maioria penal, por exemplo, é constantemente tomada como solução para a violência urbana. Cooptação que leva parcela significativa da sociedade a acreditar que, para “(re)socializar” os adolescentes em conflito com a lei, basta um trabalho que lhes mantenha ocupados, longe de seus olhos, bem como longe dos demais jovens.

Diante desse cenário, tem-se um grande desafio: o desenvolvimento de novas alternativas de inserção social à juventude vulnerabilizada. Juventude que precisa ser vista pela sociedade não como perigosa, ou somente como “futuro da

nação”, e sim compreendida dentro de suas especificidades que a própria condição de ser jovem envolve: seus gostos, sua linguagem, seu comportamento, seu estágio de desenvolvimento biológico, o lugar que ocupa na sociedade. Alternativas que possam garantir as mesmas oportunidades de acesso à educação de qualidade, ao mercado de trabalho, à cultura e ao lazer.

Por fim, sinaliza-se para a necessidade de estudos contínuos que abarquem essa temática tão complexa, visando à qualificação das políticas públicas destinadas à juventude, bem como aos adolescentes em conflito com a lei.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. *Balanço do neo-liberalismo*. In: SADER, Emir et al. *Pós-Liberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANDRAD, Elaine Ribeiro; NETO, Miguel Farah. *Juventudes e Trajetórias Escolares: conquistando o direito à educação*. In: ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Elaine Ribeiro; ESTEVES, Luis Carlos Gil. *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco, 2007.

ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de. *Associativismo*. In: CATTANI, Antonio David (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

ALVES, Giovanni. *A nova ofensiva do capital, Crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho – O Brasil nos Anos 90*. In: TEIXEIRA, Francisco J. S.; OLIVEIRA, Manfredo Araújo de (orgs.). *Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho*. 2. ed. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1998.

ANTUNES, Ricardo. *As formas contemporâneas de trabalho e a desconstrução dos direitos sociais*. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YASBEK, Maria Carmelita. *Políticas Públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Cortez, 2006.

_____, Ricardo. *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 2. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2007.

ÁRIES, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL, 2000. Disponível em <http://www.pnud.org.br>. Acesso em 20.07.2009

BARBIANI, Rosângela. *Mapeando o discurso teórico latino-americano sobre juventude(s): a unidade na diversidade*. Porto Alegre: Revista Textos & Contextos, jan./jun. 2007.

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. *A Economia Solidária como Política Pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. *Economia Solidária: estratégias de governo no contexto da desregulamentação social do trabalho*. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YASBEK, Maria Carmelita. *Políticas Públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Cortez, 2006.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1979.

BARROS, Aidil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. *Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2006.

BRANCO, Pedro Paulo Martoni. *Juventude e Trabalho: desafios e perspectivas para as políticas públicas*. In: ABRAMO, Helena Wendel Lassance; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. *Retratos da Juventude Brasileira: Análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

BRASIL, 1940. Código Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Decreto-Lei/Del2848.htm>

BRASIL, 1990. *Estatuto da criança e do adolescente*. Coletânea de LEIS- Revista e Ampliada. Conselho Regional de Serviço Social- CRESS 10ª Região, 2005

BRASIL, 1999. *Legislação das Cooperativas Sociais*. Disponível em <http://www.rits.org.br>. Acesso em 28/09/2008.

_____, Política Nacional de Assistência Social, 2004. Disponível em: <http://www.mds.gov.br>. Acesso em: 10.10.2009.

_____, 2006. Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária. Disponível em: <http://www.direitosdacrianca.org.br/midia/publicacoes/plano-nacional-de-convivencia-familiar-e-comunitaria-pnfcfc> Acesso em: 10.04.2009.

BOBBIO, Noberto. *Dicionário de Política*. Brasília/DF: Editora da UNB, 1986.

Carvalho, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: O longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CASTEL, Robert. *As armadilhas da exclusão*. In: BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela; BÓGUS, Lucia; YASBEK, Maria Carmelita (Orgs.) *Desigualdade e questão social*. São Paulo: EDUC, 2004.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CATTANI, Antonio David (Org.). *Trabalho e autonomia*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____, Antonio David (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). 1993. Coletânea de LEIS- Revista e Ampliada. Conselho Regional de Serviço Social- CRESS 10ª Região, 2005.

COSTA, Ana Paula Motta. *Adolescência, violência e sociedade punitiva*. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*. Ano XXVI. n. 83. São Paulo: Cortez, 2005.

COUTO, Berenice Rojas. *O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?* São Paulo: Cortez, 2006.

DAL RI, Neusa Maria; VIEITEZ, Candido Giralvez. *Trabalho Associado: Cooperativas e empresas de autogestão*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS- DIEESE. Disponível em: <http://www.dieese.org.br>. Acesso em 18.08.2009

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. História da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRANÇA, Genauto, Carvalho de. *Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação*. In: O mundo empresarial e a questão social. Civitas: Revista de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Volume 7, n.1, janeiro a junho de 2007.

FRANTZ, Walter. *Organizações solidárias e cooperativas: Espaços de educação e bases da economia solidária*. Série Economia Solidária. Caderno nº3. Ed. Unijui.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas*. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Orgs). *Juventude e Sociedade: Trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SÓCIO- EDUCATIVO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (FASE). Disponível em: <http://www.fase.rs.gov.br/portal/index.php>. Acesso em 05.09.2009.

GADOTTI, Moacir. *Concepção dialética da educação: um estudo introdutório*. 8. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. *A Economia Solidária diante do modo de produção capitalista*. Caderno CRH, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.

GASKELL, George. *Entrevistas Individuais e Grupais*. In: FERREIRA, Marieta de M. et al. *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: Getulio Vargas, 1994.

GOERCK, Caroline. *Processos de trabalho na Economia Popular Solidária: Uma forma diferenciada de organização do trabalho no Vale do Rio Pardo*. Faculdade de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006. (Dissertação de Mestrado).

_____, Caroline. *Programa de Economia Solidária em desenvolvimento: sua contribuição para a viabilidade das experiências coletivas de geração de trabalho e renda no Rio Grande do Sul*. Faculdade de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009 (Tese de doutorado).

GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2002

GUIMARÃES, Nadya Araújo. *Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil?* In: ABRAMO, Helena Wendel Lassance; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. *Retratos da Juventude Brasileira: Análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1993.

HECHLER, Angela Diana. *Tecendo Redes de Proteção para crianças e adolescentes: caminhos e descaminhos na construção da condição de sujeitos de direito*. Faculdade de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009. (Dissertação de Mestrado).

IAMAMOTO, Marilda V. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2003.

_____, Marilda V. *Serviço Social em tempo de Capital Fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2008

IANNI, Octavio. *A era do globalismo*. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20.09.2009.

INSTITUTO DE PESQUISA E ECONOMIA APLICADA-IPEA. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em 18.08.2009.

JARDIM, Ana Carolina Montezano Gonsales; RITTER, Carolina. *Questão Social e Criminalização da Pobreza*. In: 2º Seminário Internacional de Política Social no Mercosul: Pelotas, 2008.

KLINKSBERG, Bernardo. *10 Falácias sobre problemas sociais na América Latina*. In: KINKSBERG, Bernardo. *Falácia e mitos do desenvolvimento social*. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001.

KONDER, Leandro. *O que é dialética*. 17. ed. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1987

KONZEN, Afonso Armando. *Pertinência socioeducativa: Reflexões sobre a natureza jurídica das medidas*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Ed., 2005.

LECHAT, Nöelle. *Trajetórias Intelectuais e o campo da Economia Solidária no Brasil*. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 2004.

LECHAT, Nöelle; RITTER, Carolina; LEMES, Fabio; SCHIRMER, Tiago. *Gestão de empreendimentos econômicos solidários na região Noroeste do Rio Grande do Sul*. In: O mundo empresarial e a questão social. Civitas: Revista de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Volume 7, n.1, janeiro a junho de 2007.

LEITE, Elenice Moreira. *Juventude e trabalho: criando chances, construindo cidadania*. In: FREITAS, Maria Virgínia; PAPA, Fernanda de Carvalho (Org.). *Políticas Públicas: Juventude em pauta*. São Paulo: Cortez, 2003.

LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal/lógica dialética*. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LEVANTAMENTO NACIONAL DO ATENDIMENTO SÓCIO EDUCATIVO, 2006. Disponível em: [HTTP://www.promeninno.org.br](http://www.promeninno.org.br). Acesso em 20.08.2009.

MANTEGA, Guido. *A economia Política Brasileira*. São Paulo: Vozes: 1984.

MAPEAMENTO NACIONAL DA SITUAÇÃO DAS UNIDADES DE EXECUÇÃO DE MEDIDA DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI, 2002. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 20.08.2009.

MAPEAMENTO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2009. Acesso restrito.

MARCONI, Marina de A. e LAKATOS, Eva M. *Técnicas de Pesquisa*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

MARTINS, Carlos Henrique dos Santos; SOUZA, Patrícia Lânes Araújo de. *Lazer e tempo livre dos (as) Jovens Brasileiros (as): escolaridade e gênero em perspectiva*. In: ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Elaine Ribeiro; ESTEVES, Luis Carlos Gil. *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco, 2007.

MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). *Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio*. São Paulo: Veras Editora, 1999.

_____, Maria Lúcia. *Serviço Social: identidade e alienação*. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*. Ed. Martin Claret, 2006.

_____. *O Capital: Crítica da economia política*. Vol. 1. Livro I- O processo de produção de capital. 13 ed. Rio de Janeiro: Ed. Bertraud do Brasil, 1989.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia Alemã*. Ed. Martin Claret, 2005.

_____. *A ideologia Alemã*. 9 ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. *Manifesto do Partido Comunista*. Ed. Martin Claret, 2004.

MENDEZ, Emilio García. *Adolescentes e Responsabilidade Penal: um debate Latino Americano*. Buenos Aires, 2000. Disponível em: <http://www.justica21.org.br>

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2006.

MINAYO, Maria C.s. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo- Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1993.

_____, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa Social: teoria método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994

MILANEZ, Francisco. *Desenvolvimento Sustentável*. In: CATTANI, Antonio David (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). Disponível em: <http://www.mte.gov.br/>. Acesso em: 30.03.2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Disponível em: <http://www.mec.gov.br> Acesso em: 16.08.2009.

MONTAÑO, Carlos. *Terceiro Setor e Questão social*. Crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2003.

MORAES, Roque. *Análise de Conteúdo*. Educação- PUCRS, Porto Alegre, ano XXII (37): 7-32, março, 1999.

NASCIMENTO, Aline Fátima. *Economia Popular Solidária: alternativa de inclusão social ou forma oculta de precarização?* Faculdade de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009. (Dissertação de Mestrado).

OSÓRIO, Luis Carlos. *Adolescente hoje*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992

PRATES, Jane Cruz. *O planejamento da pesquisa social*. Revista Temporalis. N. 7. Porto Alegre, ABEPSS, 2003.

PRATES, Maíne Alves; MORAES, Maria Lúcia Andreoli de; GUARESCHI, Neusa Maria de Fátima. *O universo paralelo: o hip hop como alternativa de reelaborar experiências da juventude periférica*. In; Revista da Graduação: publicações de TCC, 2008. Disponível em; <http://www3.pucrs.br/portal/page/portal/biblioteca>

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ÂNGELO. Disponível em: <http://www.santoangelo.rs.cnm.org.br/>. Acesso em: 20.09.2009

PEREIRA, Potyara A. *As Necessidades humanas: subsídios a critica dos mínimos sociais*. 4 ed. São Paulo; Cortez, 2007.

POCHMANN, Márcio. *A batalha pelo primeiro emprego: as perspectivas e a situação atual do jovem no mercado de trabalho brasileiro*. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.

_____. *Emprego e desemprego dos jovens no Brasil nos anos 90*. Disponível em: <http://www.apeb.nep.unicamp.br>. 1998. Acesso em 20.08.2009.

_____. *Juventude em busca de novos caminhos no Brasil*. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Orgs). *Juventude e Sociedade: Trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

POCHMANN, Márcio; CAMPOS, André. Et. al. *Atlas da exclusão social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ÂNGELO. Disponível em: <http://www.santoangelo.rs.cnm.org.br/> Acesso em: 20.06.2009.

PROGRAMA PROJovem. Disponível em: <http://www.projovem.gov.br/site/interna.php?p=material&tipo=Conteudos&cod=11>. Acesso em: 05.06.2009.

PROJETO AGENTE JOVEM. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br>. Acesso em: 18.08.2009.

RAZETO, Luis. *Economia de Solidariedade e organização popular*. In GADOTII, Moacir; GUTIÉRREZ, Francisco (orgs). Educação Comunitária e Economia Popular. São Paulo: Cortez, 1993.

ROSA, Elizabete Terezinha Silva. Adolescente com *prática de ato infracional*: a questão da inimputabilidade pena. In: Revista Serviço Social e Sociedade. Ano. XXII. N.67. São Paulo: Cortez, 2001.

REIS, Carlos Nelson dos; NASCIMENTO, Aline de Fátima REIS. *Formas Alternativas de Economía Solidária: algunas evidencias de las restricciones impuestas por la cuncurrencia del mercado*. In: IX Congreso Internacional de la Asociación Española de Historia Económica, 2008, Murcia. IX Congreso internacional de la asociación española de historia económica, 2008.

REIS, Maurício Cortez Reis; CAMARGO, José Márcio. *Desemprego dos Jovens no Brasil: Os efeitos da Estabilização da Inflação em um Mercado de Trabalho com Escassez de Informação*. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/pub/td/2005/td_1116.pdf. Acesso em 10.08.2009

SALAMA, Pierre. *Uma introdução à economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

SALES, Mione Apolinário. *(In) visibilidade perversa*: adolescentes infratores como metáfora da violência. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, Andréia Mendes dos; GROSSI, Patrícia Krieger. *Mídia e consumismo na infância*: Crivagens da violência invisibilizada. In: Revista Serviço Social e Sociedade. Ano XXVI. n. 83. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *A globalização e as ciências sociais*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SARAIVA, João Batista Costa. *Adolescente em conflito com a lei: da indiferença à proteção integral: Uma abordagem sobre a responsabilidade penal juvenil*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Ed., 2005.

SARAIVA, Liliane Gonçalves. *Medidas sócio-educativas e a escola: uma experiência de inclusão*. Ijuí: UNIJUÍ, 2006. Dissertação de mestrado em Educação nas Ciências.

SARAIVA, Liliane Gonçalves; PEREIRA, Gerson. Realidade da execução das medidas sócio-educativas em meio aberto no Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.mp.rs.gov.br/areas/infancia/arquivos/meioaberto.pdf>

SCHMIDT, Derli; PERIUS, Vergílio. *Cooperativismo*. In: CATTANI, Antonio David (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

SCHMIDT, Fabiana. *Adolescentes Privados de Liberdade: A dialética dos direitos conquistados e violados*. Faculdade de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007. (Dissertação de Mestrado).

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (SENAES). Disponível em: http://www.mte.gov.br/tca_contas_anuais/2006/senaes.asp. Acesso em: 10.07.2009.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo, SP: Cortez, 1975; 21. ed. 2000.

SILVA, Ademir Alves da. *A gestão da seguridade social brasileira: Entre a política pública e o mercado*. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, Enid Rocha Andrade; GUERESI, Simone. *Adolescente em conflito com a lei: situação do atendimento institucional no Brasil*. IPEA. Texto para discussão nº 979. Brasília, 2003. Disponível em : http://www.ipea.gov.br/pub/td/2003/td_0979.pdf. Acesso em: 24.08.2009

SILVA, Lorena Bernadete; ABRAMOVAY Miriam. *Construções sobre sexualidade na Juventude*. In: ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Elaine Ribeiro; ESTEVES, Luis Carlos Gil. *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade*. Brasília: Ministério da

Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco, 2007.

SILVA, Maria Liduina de Oliveira e. *O Estatuto da Criança e do Adolescente e Código de Menores: descontinuidades e continuidades*. In: Revista Serviço Social e Sociedade. Ano XXVI. N. 83. São Paulo: Cortez, 2005.

SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO (SINASE). Disponível em: <http://www.direitosdacrianca.org.br/midia/publicacoes/sistema-nacional-de-atendimento-socioeducativo-sinase>. Acesso em: 26.08.2009.

SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 2001.

_____, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. 1 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____, Paul. *Economia Solidária*. In: CATANI, Antonio David (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

SOARES, Laura Tavares. *Os custos sociais do Ajuste neoliberal na América Latina*. São Paulo: Cortez, 2000.

SOARES, Luiz Eduardo; ATHAYDE, Celso; MV Bill. *Cabeça de Porco*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

SOBOTTKA, Emil A. *Organizações civis: Buscando uma definição para além de ONGs e "Terceiro Setor"*. *Cívitas - Revista de Ciências Sociais-PUC/RS*. Ano 2, nº 1, 2002.

SPOSITO, Marília. *Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil*. In: FREITAS, Maria Virgínia; PAPA, Fernanda de Carvalho (Org.). *Políticas Públicas: Juventude em pauta*. São Paulo: Cortez, 2003.

TEIXEIRA, Francisco J. S.; OLIVEIRA, Manfredo Araújo de (orgs.). *Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho*. 2. ed. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1998.

TEJADAS, Sílvia da Silva. *Juventude e ato infracional: as múltiplas determinações da reincidência*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

TRASSI, Maria de Lourdes. *Adolescência- violência: desperdício de vidas*. São Paulo: Cortez, 2006.

TRIVINÕS, Augusto N. S. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1995.

VELASCO, Erivã. Garcia. *Juventude e políticas públicas de trabalho no Brasil: a qualificação profissional e a tensão entre preferência e individualização*. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YASBEK, Maria Carmelita. *Políticas Públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Cortez, 2006.

YASBEK, Maria Carmelita. *Pobreza e Exclusão Social: expressões da questão social no Brasil*. In: *Revista Temporalis*. Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

WACQUANT, Loic. *As prisões da Miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

APÊNDICE 1

FORMULÁRIO DE ENTREVISTA COM OS MEMBROS DO EMPREENDIMENTO

I- Características Sócio-Econômicas:

1. Idade do Associado/cooperado: _____

2. Situação no empreendimento:
 Cumprindo Medida sócio-educativa
 Egresso do Sistema Privativo de Liberdade

3. Gênero: Masculino Feminino

4. Escolaridade:
 Analfabeto (a)
 Ensino Fundamental Incompleto
 Ensino Fundamental Completo
 Ensino Médio Incompleto
 Ensino Médio Completo
 Outro _____

5. Estado Civil: Solteiro (a) Casado (a) Separado (a)
 União estável Outro _____

6. Possui Filhos: Sim Não

7. (Se sim na anterior) Quantos filhos? Um Dois Três Quatro
 Cinco ou mais

8. Você mora com quem? familiares com companheiro (a)
 sozinho outra _____

9. Se mora com familiares, qual o grau de parentesco?

- Pai Avós Irmão (s)
 Mãe Tio (a/s) Outros _____

10. A residência em que você mora é: Própria Alugada Cedida
 Ocupada Outra _____

11. Estrutura da residência:

- Alvenaria
 Material
 Mista
 Água Encanada
 Luz elétrica

Número de cômodos: _____

12. Qual é sua Renda Individual? menos de 1 s.m. 1 s.m.
 1 a 2 s.m. 2 a 3 s.m.
 3 a 4 s.m. 4 a 5 s.m.
 5 s.m. ou mais

13. Qual é sua Renda Familiar? menos de 1 s.m. 1 s.m.
 1 a 2 s.m. 2 a 3 s.m.
 3 a 4 s.m. 4 a 5 s.m.
 5 s.m. ou mais

II - Características dos processos de articulação, organização e gestão da cooperativa:

14. Há quanto tempo trabalha na cooperativa?

15. Já exerceu outra atividade profissional remunerada? Qual? Motivo da saída:

16. Quais os motivos pelos quais trabalha na cooperativa?

17. Como se desenvolvem as atividades no grupo?

18. Qual sua participação nas reuniões da cooperativa?

19. Qual a periodicidade das reuniões?

20. Você se sente pertencente ao grupo? Por quê?

21. Quais as principais dificuldades encontradas no trabalho na cooperativa?
22. O que a cooperativa lhe proporciona?
23. Quais os resultados obtidos por meio do seu trabalho na cooperativa?

III - Convívio Comunitário

24. Houve alguma mudança na sua vida após a entrada na cooperativa? Qual?
25. Como é sua relação com os membros da comunidade onde vive?
26. A cooperativa contribui na sua relação com a comunidade? De que forma?
27. Há alguma perspectiva futura em sua vida? Qual?

APÊNDICE 2

FORMULÁRIO DE ENTREVISTA COM O COORDENADOR DO EMPREENDIMENTO

1. Idade:
2. Profissão:
3. Escolaridade:
4. Como e porque surgiu a cooperativa destinada aos adolescentes em conflito com a lei?
5. Quais as características que os adolescentes devem ter para participar da cooperativa?
6. Como é sua relação com os membros?
7. Como se desenvolvem as atividades no grupo?
8. São realizadas reuniões com os adolescentes? Periodicidade:
9. Quais são os temas trabalhados nas reuniões?
10. Os adolescentes participam das decisões? De que forma?
11. Há desistência por parte dos adolescentes na participação da cooperativa?
Motivo:
12. Quais as principais dificuldades encontradas?
13. A cooperativa recebe algum tipo de apoio (financeiro, apoio técnico)?
14. O que a cooperativa garante aos adolescentes?
15. Quais os resultados obtidos através do trabalho dos adolescentes?
16. Outras informações:

APÊNDICE 3

ROTEIRO DE COLETA GRUPAL:

O roteiro de coleta grupal seguirá os seguintes tópicos de discussão:

1. Relação dos membros:
2. Relação com a comunidade:
3. Participação na cooperativa
4. Perspectivas futuras:

APÊNDICE 4

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
NÚCLEO DE PESQUISAS EM POLÍTICAS SOCIAIS E PROCESSO DE
TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL – NEPsTAS**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da pesquisa: O MERCADO DE TRABALHO PARA O ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI: a economia solidária como alternativa de inserção social em Santo Ângelo

Justificativa e Objetivos: Este estudo tem por objetivo: Analisar a participação de adolescentes em conflito com a lei em um empreendimento econômico e solidário, com vistas a verificar sua contribuição para a inserção social destes sujeitos. Será idealizado devido a percepção do pesquisador em dar uma maior ênfase a esse grupo de geração de trabalho e renda.

Procedimento: Para realizar a coleta de informações, serão realizadas entrevistas individuais com os sujeitos da pesquisa, utilizado um formulário semi-estruturado, bem como reuniões de grupo empregando um roteiro de coleta grupal.

Riscos: A participação na pesquisa não causa nenhum tipo de risco a saúde ou de outra natureza ao participante.

Benefícios: A participação na pesquisa contribuirá para a produção de conhecimento sobre Economia Solidária, bem ao segmento dos adolescentes em conflito com a lei. Não haverá nenhum tipo de benefício financeiro ou de outra natureza.

Garantias: Garantia de requerer esclarecimentos a qualquer pergunta ou dúvida a cerca do estudo.

- Da liberdade de retirar do consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo, sem que me traga qualquer prejuízo.
- Dar segurança que não serei identificado, e que se manterá em caráter confidencial as informações relacionadas à privacidade, podendo eu inclusive, escolher um nome fictício como identificação.
- Que serão mantidos os preceitos éticos e legais após o término do estudo.
- Do compromisso do acesso às informações em todas as etapas do trabalho, bem como do resultado deste.
- De permitir anotações das falas, com garantia de anonimato.

Consentimento; Tendo em vista os itens acima apresentados, eu

_____,
de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em autorizar a participação

de _____ na pesquisa e declaro que fui informado sobre o objeto da mesma, tendo recebido cópia do presente Termo de Consentimento. Fui informado (a) que não existem danos a integridade física e emocional provocados pela pesquisa.

Declaro que recebi cópia do presente Termo de Consentimento

Caso novas perguntas sobre este estudo posso chamar Dr. Carlos Nelson dos Reis no telefone (051) 33203500 e ou através do endereço eletrônico, cnelson@pucrs.br

Ou entrar em contato com o Comitê de Ética da PUCRS pelo fone: (51)33203345

A aplicação dos instrumentos está sendo realizado pela mestrandia Carolina Ritter, carolinaritter@hotmail.com ou pelo fone (55) 91755038

Assinatura da pesquisadora

Assinatura do responsável
pelo pesquisado

Santo Ângelo, _____, _____

APÊNDICE 5
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
NÚCLEO DE PESQUISAS EM POLÍTICAS SOCIAIS E PROCESSO DE
TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL – NEPsTAS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da pesquisa: O MERCADO DE TRABALHO PARA O ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI: a economia solidária como alternativa de inserção social em Santo Ângelo

Justificativa e Objetivos: Este estudo tem por objetivo: Analisar a participação de adolescentes em conflito com a lei em um empreendimento econômico e solidário, com vistas a verificar sua contribuição para a inserção social destes sujeitos. Será idealizado devido a percepção do pesquisador em dar uma maior ênfase a esse grupo de geração de trabalho e renda.

Procedimento: Para realizar a coleta de informações, serão realizadas entrevistas individuais com os sujeitos da pesquisa, utilizado um formulário semi-estruturado, bem como reuniões de grupo empregando um roteiro de coleta grupal.

Riscos: A participação na pesquisa não causa nenhum tipo de risco a saúde ou de outra natureza ao participante.

Benefícios: A participação na pesquisa contribuirá para a produção de conhecimento sobre Economia Solidária, bem ao segmento dos adolescentes em conflito com a lei. Não haverá nenhum tipo de benefício financeiro ou de outra natureza.

Garantias: Garantia de requerer esclarecimentos a qualquer pergunta ou dúvida a cerca do estudo.

- Da liberdade de retirar do consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo, sem que me traga qualquer prejuízo.
- Dar segurança que não serei identificado, e que se manterá em caráter confidencial as informações relacionadas à privacidade, podendo eu inclusive, escolher um nome fictício como identificação.
- Que serão mantidos os preceitos éticos e legais após o término do estudo.
- Do compromisso do acesso às informações em todas as etapas do trabalho, bem como do resultado deste.
- De permitir anotações das falas, com garantia de anonimato.

Consentimento; Tendo em vista os itens acima apresentados, eu

_____,
de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa e declaro que fui informado sobre o objeto da mesma, tendo recebido cópia do presente Termo de Consentimento. Fui informado (a) que não existem danos a integridade física e emocional provocados pela pesquisa.

Declaro que recebi cópia do presente Termo de Consentimento

Caso novas perguntas sobre este estudo posso chamar Dr. Carlos Nelson dos Reis no telefone (051) 33203500 e ou através do endereço eletrônico, cnelson@pucrs.br. Ou entrar em contato com o Comitê de Ética da PUCRS pelo fone: (51)33203345
A aplicação dos instrumentos está sendo realizado pela mestrandia Carolina Ritter, carolinaritter@hotmail.com ou pelo fone (55) 91755038

Assinatura da pesquisadora

Assinatura do pesquisado

Santo Ângelo, _____, _____

APÊNDICE 6

CARTA DE AUTORIZAÇÃO DO COORDENADOR DO SERVIÇO

Eu, _____, coordenador (a) do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, conheço o protocolo de pesquisa ***Economia Solidária: seu possível impacto no modo e condição de vida dos adolescentes em conflito com a lei*** da pesquisadora Carolina Ritter, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC/RS e aprovo a coleta de dados nesta instituição após a aprovação do referido projeto pelos órgãos competentes (Comissão Científica e Comitê de Ética em Pesquisa).

Assinatura

carimbo



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Porto Alegre, 21 de outubro de 2008

Prezada Coordenadora,

Encaminho a Vossa Senhoria o projeto de pesquisa da Mestranda CAROLINA RITTER que foi revisado quanto ao cumprimento das solicitações realizadas em parecer anterior.

As solicitações foram atendidas:

- Sim
 Não

Com base nas alterações executadas e de acordo com a avaliação o projeto enquadra-se na seguinte categoria:

- Aprovado
 Com pendências – anexar parecer
 Não aprovado – anexar parecer

Contando com sua colaboração, aproveito para apresentar cordiais saudações.

Atenciosamente,

Leônia Capaverde Bulla
Profª. Dra. Leônia Capaverde Bulla

Membro da Comissão Científica – FSS/PUCRS

À
PROFª. DRA. BEATRIZ GERSHENSON AGUINSKY
COORDENADORA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO
SOCIAL
NESTA UNIVERSIDADE

PUCRS

Campus Central

Av. Ipiranga, 6681-P. 15-sala 330-CEP90619-900
Porto Alegre – RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3539 – Fax (51) 3320-3606
E-mail: servico-social-pg@pucrs.br
www.pucrs.br/fss/pos



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

OF.CEP-1455/08

Porto Alegre, 12 de dezembro de 2008.

Senhora Pesquisadora,

O Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS apreciou e aprovou seu protocolo de pesquisa registro CEP 08/04470 intitulado: **"Economia solidária: seu possível impacto ao modo e condição de vida dos adolescentes em conflito com a lei"**.

Salientamos que seu estudo pode ser iniciado a partir desta data.

Os relatórios parciais e final deverão ser encaminhados a este CEP.

Atenciosamente,


Prof. Dr. José Roberto Goldim
Coordenador CEP-PUCRS

Ilma. Sra.
Profª. Gleny T. Duro Guimarães
Faculdade de Serviço Social
N/Universidade

PUCRS

Campus Central
Av. Ipiranga, 6690 - 3º andar - CEP: 90610-000
Sala 314 - Fone Fax: (51) 3320-3345
E-mail: cep@pucrs.br
www.pucrs.br/prppg/cep